

caixa

RELATÓRIO E CONTAS 2014

Índice

ÓRGÃOS SOCIAIS 4
DIREÇÕES E GABINETES 5
REDE COMERCIAL 6
CARTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 8
Quadro I – PRINCIPAIS INDICADORES 11
1. CONSIDERAÇÕES GERAIS 12
1.1. Enquadramento das atividades 12
1.1.1. Conjuntura Internacional 12
1.1.2. Conjuntura Nacional 14
1.1.3. Sector Financeiro 17
1.2 Principais Aspetos Institucionais 18
2. SÍNTESE DA ATIVIDADE 19
3. ATIVIDADE BANCÁRIA 21
3.1. Depósitos 21
3.2. Créditos 24
3.3. Crédito e Juros Vencidos 26
3.4. Atividades Financeiras 27
4. OUTRAS ATIVIDADES 29
4.1. Recursos Humanos 29
4.1.1. Caracterização dos efetivos 30
4.1.3. Mobilidade de pessoal 33
4.1.4. Benefícios Sociais 34
4.2. Gestão de Riscos 34
4.3. Recursos Tecnológicos e Informáticos 36
4.4. Organização e Qualidade 36
4.5. Instalações 37
4.6. Marketing 38
4.7. Novos Canais Eletrónicos 39
4.8. Relações com os Emigrantes 40
4.9. Relações Internacionais 41
4.10. Atividades no Âmbito da Responsabilidade Social 43

5. ANÁLISE DA RENDIBILIDADE 45
5.1 Resultados do Exercício 45
5.1 Rendibilidade e Eficiência 48
5.1 Rácios Prudenciais 49
5.2 Provisões e Imparidade 49
5.3 Créditos e Juros Vencidos 50
6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS 51
7. NOTAS FINAIS 51
BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 53
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL 56
RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS 57

ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral	
Presidente	Marcos Fortunato Oliveira *(INPS)*
Vice-Presidente	António Manuel Veiga Santos Mendonça Mendes (Geocapital)
Primeiro Secretário	Nancy Helena Almeida Cardoso Monteiro *(INPS)*
Segundo Secretário	Diogo Afonso Mendes de Almeida (Geocapital)

Conselho de Administração	
Presidente	Emanuel de Jesus da Veiga Miranda (INPS)
Vice-Presidente	Diogo Campos Barradas de Lacerda Machado (Geocapital)
Vogal	Leonesa Maria do Nascimento Lima Fortes *(INPS)*
Vogal	Filinto Elísio Alves dos Santos *(CCV)*
Vogal	Luís Manuel Veloso de Almeida (Geocapital)
Vogal	Nuias Mendes Barbosa da Silva
Vogal	Luís Vasconcelos Lopes (IMPAR) - até Agosto 2013 Paulo de Oliveira Lima (IMPAR) – a partir 30 de Agosto

Conselho Fiscal	
Presidente	Eunice da Graça da Luz *(CCV)*
Vice-Presidente	Raimundo Duarte Monteiro *(IMPAR)*
Vogal	Daniel do Rosário dos Santos *(INPS)*

Comissão Executiva	
Presidente	Emanuel de Jesus da Veiga Miranda (INPS)
Vogal	Filinto Elísio Alves dos Santos *(CCV)*
Vogal	Nuias Mendes Barbosa da Silva

DIREÇÕES E GABINETES

Direção Financeira e Internacional	Emanuel Gomes - Diretor
Direção de Informática e Comunicações	Jorge Lima - Diretor
Direção Comercial Norte	Manuel Almeida - Diretor
Direção Comercial Sul	Maria Júlia Ferreira - Diretora
Direção Administrativa e Recursos Humanos	Celia Santos - Diretora
Direção Operacional	Manuel Júnior - Diretor
Direção de Gestão de Risco	João Carlos Lopes - Diretor
Gabinete de Acompanhamento de Crédito	Emanuel Semedo - Coordenador
Gabinete de Assuntos Jurídicos	Maria de Lourdes de Pina - Coordenadora
Gabinete de Auditoria Interna	Antónia Cardoso -Coordenadora
Gabinete de Marketing	Helder da Luz - Coordenador
Gabinete de Organização, Estudos e Projetos	José Luis Silva - Coordenador
Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão	Vera Lima - Coordenadora
Gabinete de Função *Compliance*	Ariana Ribeiro - Coordenadora
Gabinete de Secretariado e Relações Públicas	Diva Vieira - Coordenadora
Gabinete de Instalações e Avaliação Imobiliária	Octávio Melo - Coordenador
Gabinete de Segurança	Abel Cardoso - Coordenador

REDE COMERCIAL

Agência da Fazenda	Denise Santos - Gerente
Agência do Plateau	Eurizandra Semedo - Gerente
Agência de Assomada	António Alvarenga - Gerente
Agência Achada de Santo António	Dulce Barreto - Gerente
Agência dos Espargos	Júlia Maria T. Lopes dos Santos - Gerente
Agência de Santa Maria	Carla Carvalhal - Gerente
Agência do Aeroporto Amilcar Cabral	Júlia Maria T. Lopes dos Santos - Gerente
Agência de Mindelo	Águeda Cardoso da Graça - Gerente
Agência de Monte Sossego	Alcídia Ramos (até 30/11) - Gerente Edmar Vasconcelos (a partir 1/12) - Gerente
Agência da Ribeira Grande	Manuela Delgado - Gerente
Agência de Palmarejo	Amílcar Almeida - Gerente
Agência de São Filipe (Fogo)	Queilidénia Freitas (até 30/11) - Gerente Katia Pinheiro (a partir 1/12) - Gerente
Agência da Calheta de São Miguel	Claudelino Dias - Gerente
Agência do Aeroporto da Praia	Eurizandra Semedo - Gerente
Agência do Sucupira	Denise Santos - Gerente
Agência de Achada São Filipe (Praia)	Ivete Carvalho – Subgerente
Agência do Tarrafal (Santiago)	Emiliano Costa - Gerente
Agência de Fonte Cónego	Alcídia Ramos (até 30/11) - Gerente Luís Sousa (a partir 1/12) - Subgerente
Agência do Coculi	Manuela Delgado - Gerente
Agência do Paúl	Manuela Delgado - *Gerente*
Agência do Aeroporto da Boa Vista	Alcino Almeida - Gerente

Agência de Sal-Rei	Alcino Almeida - Gerente
Agência de Santa Cruz	José Jorge Silva - Gerente
Caixa Empresas	Katia Antunes - Gerente
Agência dos Mosteiros	Queilidénia Freitas (até 30/11) - Gerente Katia Pinheiro (a partir 1/12) - Gerente
Agência de Porto Novo	Armindo Luz - Gerente
Agência do Maio	Carlos Martins - Gerente
Agência de Ribeira Brava	José Moreno - Gerente
Agência Tarrafal (São Nicolau)	José Moreno - Gerente
Agência Sede (Praia)	Carlos Gonçalves – Subgerente
Agência de Nova Sintra	Queilidénia Freitas (até 30/11) - Gerente Katia Pinheiro (a partir 1/12) - Gerente
Agência *Private Banking*	Dilza Soulé – Gestora de Cliente

CARTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Estimados Acionistas, Clientes e Amigos,

No ano em que se comemora os quarenta anos de independência nacional, o balanço que, seguramente, nós, os cabo-verdianos, fazemos da evolução de Cabo Verde, enquanto país independente, mas também enquanto nação com mais de cinco séculos de história construída, por um lado, à custa de muito sofrimento, injustiça e exploração, mas, por outro, à luz de muita imaginação, criatividade, solidariedade, perseverança, visão e determinação, é bastante positivo e, ao mesmo tempo, muito animador face aos desafios que se nos colocam ainda na estrada do desenvolvimento. O Percurso feito nestes quarenta anos orgulha-nos muito.

A Caixa Económica de Cabo Verde, S.A., com os seus quase 87 anos de história recheada de contribuições cruciais no processo de afirmação económica e social de Cabo verde, assumiu-se como um dos pilares indispensáveis do empoderamento do povo cabo-verdiano, com um papel importante na construção da riqueza nacional e o índice de desenvolvimento humano de que a nação muito orgulha-se.

Não obstante os nefastos reflexos da crise financeira e económica mundial na economia Cabo-verdiana que teima a persistir, a Caixa conseguiu durante o exercício económico de 2014 prosseguir o seu percurso de afirmação e consolidação da sua posição no mercado, ao mesmo tempo que vem consolidando e fortalecendo a sua situação financeira e económica, tendo alcançado resultados globalmente aceitáveis face à evolução ainda não muito positiva da economia nacional em 2014, explicada, sobretudo, pela tímida retoma das economias dos países que formam o principal polo de cooperação e relações económicas e comerciais de Cabo Verde, designadamente os países da União Europeia e os EUA. Este processo de consolidação em curso permite perspetivar um crescimento robusto e equilibrado da sua atividade para o futuro.

Os resultados alcançados, tanto no plano económico e financeiro, quanto no plano da atividade comercial, foram construídos no quadro do Plano Estratégico aprovado para o quadriénio 2013-2016, o qual definiu três objetivos: 1) Posicionar a Caixa como o melhor banco do país em termos de capacidade de resposta aos Clientes, rentabilidade financeira para os Acionistas, ambiente laboral para os Colaboradores, e relacionamento com a Comunidade; 2) Baixar o rácio *Cost-to-Income* para menos de 55%; 3) Crescer no segmento Emigrante acima de 50%.

Para a prossecução dos objetivos acabados de referir, elegeu-se quatro eixos prioritários de intervenção: Consolidação, Eficiência, Diversificação, e Internacionalização. No quadro do Plano

Estratégico e dos eixos atrás referidos, as atividades da Caixa em 2013 centraram-se em cinco eixos de intervenção: Agressividade, Eficiência, Inovação, Organização e Unificação. O objetivo prioritário para o exercício de 2014, tal com em 2013 foi o incremento do negócio e rendibilidade. Este objetivo, embora abaixo da meta pretendida, foi alcançado. Provas disso são os crescimentos de 8,2% e 2,8% verificados ao nível de captação de recursos de clientes e crédito líquido, respetivamente, e o aumento da ROE (Rendibilidade dos Capitais Próprios) de 5,78% para 6,19%.

Assim, em resultado das prioridades definidas para 2014, mas também devido à situação pouco favorável da conjuntura económica e financeira nacional e internacional, a qual contribuiu para a degradação da capacidade de certos clientes honrarem regularmente o serviço da dívida junto da Caixa, os Resultados Líquidos do exercício fixaram-se em 230 mil contos, o que representa um aumento na ordem dos 12% face a 2013, os Fundos Próprios sofreram um aumento de 4% e o Rácio de Solvabilidade melhorou ainda mais, passando de 14,29% em 2013 para 15,19%.

No respeitante às atividades, a Caixa viu o seu Ativo Líquido registar um crescimento de 7,7% contra os 12,62% registado em 2013, para atingir os 54.382 mil contos, fruto, essencialmente, do crescimento verificado nos Recursos de Clientes.

Prosseguiu-se com a criação das condições humanas, físicas, tecnológicas e institucionais com vista à materialização de todos os projetos que fazem parte da do Plano Estratégico para 2013-2016.

Com a implementação paulatina dos projetos previstos no Plano Estratégico, considerando as perspetivas de alguma retoma da economia mundial e as previsões de crescimento económico, para Cabo Verde para os próximos anos, aliados à abnegação e engajamento total que os trabalhadores da Caixa têm demonstrado no desempenho das suas funções, continuamos, pois, confiantes de que a Caixa, em 2015, vai enfrentar com sucesso os desafios que se lhe colocam, designadamente o incremento da sua carteira de crédito tanto em termos quantitativos como qualitativos.

Estamos, pois, em crer que as medidas e ações materializadas em 2014 contribuíram para o reforço das condições básicas necessárias para o banco seguir o seu processo de desenvolvimento, com base em inovação e modernização das suas infra-estruturas físicas, tecnológicas, mas também dos processos de negócios e estrutura organizacional e, ainda, na aposta forte na valorização e motivação dos seus Recursos Humanos. Assim sendo, acreditamos que a Caixa vai poder reforçar o seu posicionamento competitivo no mercado para, deste modo, continuar a criar cada vez mais valor para os seus acionistas, trabalhadores e sociedade, a um nível que a todos satisfaça.

Para concluir, dirigimos palavras de agradecimento aos nossos Clientes pela sua preferência, aos Acionistas pela confiança depositada em nós, e, muito em especial, aos estimados Colaboradores pelo inesgotável profissionalismo e lealdade que demonstraram ao longo do ano.

Às Autoridades Governamentais e de Supervisão o Conselho de Administração deixa expresso o seu agradecimento pela cooperação e confiança que têm dispensado à Caixa Económica de Cabo Verde.

Aos membros do Conselho Fiscal o nosso agradecimento pelo profissionalismo evidenciado no acompanhamento da nossa Instituição.

O Conselho de Administração

Presidente - Emanuel de Jesus da Veiga Miranda

Vice – Presidente - Diogo Campos Barradas de Lacerda Machado

Vogal - Leonesa Maria do Nascimento Lima Fortes

Vogal - Filinto Elísio Alves dos Santos

Vogal - Luís Manuel Veloso de Almeida

Vogal – Paulo de Oliveira Lima

Vogal – Nuias Mendes Barbosa da Silva

Quadro I – PRINCIPAIS INDICADORES

	Unidade	2013	2014
1. Dimensão			
- Ativo Líquido	Contos	50.659.596	54.382.292
Variação	%	12,62	7,35
- Recursos Próprios (Capital + Reservas + Resultado)	Contos	3.665.364	3.767.519
- Crédito s/ Clientes (líquido)	Contos	33.707.352	34.655.369
- Recursos de Clientes	Contos	45.628.646	49.322.386
- Trabalhadores		310	313
- Agências e outras formas de Representação	Unidades	35	35
- Agências	Unidades	31	32
- Delegações nos Correios	Unidades	4	3
2. Rendibilidade			
- Resultados Líquidos do Exercício	Contos	205.842	230.132
- *Cash Flow* do Exercício	Contos	800.662	619.656
- ROA (Resultado Liquido/Ativo Líquido Médio)	%	0,43	0,44
- ROE (Resultado Liquido/Capitais Próprios Médios)	%	5,78	6,19
3. Prudenciais			
- Fundos Próprios (Aviso BCV)	Contos	3.555.848	3.700.219
- Rácio de Solvabilidade (Aviso BCV)	%	14,29	15,19
- Rácio do Imobilizado Liquido (Imobilizado Liquido/Fundos Próprios)	%	145,31	161,12
- Rácio Transformação (Crédito/Depósitos _Aviso BCV)	%	79,84	73,25
- Crédito Vencido/Crédito a Cliente (Bruto)	%	17,30	17,97
- Imparidades Crédito Vencido/Crédito Vencido (s/Títulos)	%	51,07	51,92
- Imparidades Crédito Vencido/Crédito Vencido (c/Títulos)	%	52,32	52,17
- Indicador Qualidade Crédito (Circular Série "A" nº150/DSE/2009)	%	7,21	7,63
- Crédito em Risco (Circular Série "A" nº 166 de 2012.11.02)	%	10,56	12,14
4. Funcionamento			
- Custos Operativos/Produto Bancário (*cost to income*)	%	68,85	77,24
- Produto Bancário/Nº Médio Trabalhadores	Contos	6.542	5.942
- *Cash Flowl* Nº Médio Trabalhadores	Contos	2.656	1.989
- *Cash Flowl* Recursos Próprios médio	%	22,5	16,7
- *Cash Flowl* Ativo Líquido Médio	%	1,7	1,2

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

No cumprimento dos preceitos estatutários da Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. (CAIXA), vem o Conselho de Administração apresentar à Assembleia Geral e aos Acionistas o Relatório e as Contas referentes ao Exercício de 2014.

1.1. Enquadramento das atividades

1.1.1. Conjuntura Internacional

A economia mundial continua a crescer, ainda que num ritmo moderado, o que poderá estar a refletir mudanças na dinâmica de crescimento entre regiões. As economias mais avançadas estão a registar maior nível de crescimento, dando maior impulso à economia mundial, enquanto que as economias emergentes e em desenvolvimento registam menor dinâmica na atividade.

Neste contexto, o Fundo Monetário Internacional (FMI) antecipa que a economia mundial deverá crescer 3,4% em 2014 e 4% em 2015. Referindo-se às economias emergentes, prevê-se um crescimento de 4,6% e de 5,2%, respetivamente. Quanto às economias avançadas, o crescimento previsto é de 1,8% para 2014 e 2,4% para 2015.

O Fundo avança que o maior nível de crescimento nas economias avançadas é explicado pela melhoria dos balanços dos sectores público e privado e pelas políticas acomodatícias, enquanto que o menor dinamismo nos mercados emergentes e em desenvolvimento é explicado pelos obstáculos estruturais persistentes, incertezas a nível de políticas e condições financeiras voláteis, afetando particularmente países com vulnerabilidades internas.

Particularmente os EUA, não obstante a contração da economia no primeiro trimestre (2,1 por cento), explicada em larga medida pelo impacto do rigoroso inverno na procura interna e na produção, a sua performance no segundo trimestre (crescimento real do PIB em 4,6 por cento) confirma a consistência da sua trajetória de recuperação, assente na implementação, de medidas de política monetária excecionalmente acomodatícias.

Quanto ao desempenho do principal parceiro económico do país, a Zona Euro, as previsões do FMI apontam para um crescimento em torno de 0,8 e 1,3 por cento, respetivamente, para 2014 e 2015 (-0,4 por cento em 2013), suportado por algum alívio na política de consolidação orçamental e pelo impacto da política monetária extraordinariamente acomodatícia nas condições de financiamento da economia, anunciada pelo Banco Central Europeu, para estimular o crédito à economia.

A economia dos mercados emergentes e em desenvolvimento continuaram a impulsionar o crescimento global, apesar do ajustamento da sua performance a um potencial de crescimento mais contido e mais centrado na procura doméstica. As tensões geopolíticas na Europa de Leste (entre a Rússia e a Ucrânia), afetando o investimento externo na região, têm igualmente contribuído para o enfraquecimento do desempenho das economias emergentes.

Neste grupo, o FMI projeta crescimentos reais para os países da África Subsaariana na ordem de 5,1 e 5,8 por cento, para 2014 e 2015 respetivamente, apesar do impacto nas economias produtoras da diminuição do preço do petróleo, bem como o efeito económico da contínua propagação do vírus do ébola.

Relativamente aos mercados financeiros internacionais é de realçar algumas perturbações nas principais praças financeiras, devido às incertezas em torno das perspetivas mundiais sobre as economias emergentes, bem como as expectativas sobre a sanidade financeira do Grupo Espírito Santo.

A política monetária anunciada pelo Banco Central Europeu (baixou a taxa de juro da facilidade de depósitos para -0,2% e deu inicio a um programa de compra de ativos), para estimular o crédito à economia poderá, por seu turno, fortalecer o crescimento, não obstante a transmissão monetária permanecer condicionada pela fragmentação financeira na região. O Federal Reserve (FED) adotou uma abordagem contrária à do BCE, anunciando em Outubro passado o fim do terceiro programa de aquisição de Títulos do Tesouro e de garantias dos empréstimos hipotecários.

A fraca dinâmica da atividade económica e do comércio mundial, num contexto de aumento da produção de *commodities* (bens e serviços), tem resultado numa redução das pressões inflacionistas. As pressões inflacionistas, numa conjuntura de redução da inflação importada e num contexto de crescimento da economia abaixo do potencial, estiveram largamente contidas ao longo do ano, efetivando a partir de Setembro um cenário de deflação.

Nos mercados das matérias-primas, o preço do barril de brent acentuou o perfil de queda iniciado em Setembro, registando em Novembro uma diminuição homóloga de 24,4% (que compara a um aumento de 0,2% em igual período do ano passado). Os excedentes do lado da oferta, o temor de que a economia global se debilite com as incertezas quanto ao crescimento na Europa, no Brasil e na China, bem como a apreciação do dólar terão contribuído para esta queda.

O preço de produtos alimentares permaneceu com uma tendência de queda desde Setembro, tendo registado uma variação homóloga negativa de 6,4% em Novembro. Comparativamente ao mês anterior, a descida dos preços dos produtos lácteos e do açúcar sustentaram a diminuição global dos

preços, porquanto os restantes produtos conheceram um aumento (tendo os preços das carnes se mantido num nível historicamente alto).

Quadro II - Principais Indicadores Economia Internacional - 2014 (P)

Indicadores Internacionais (%)	Crescimento Real do PIB	Inflação	Balança Corrente	Desemprego
Economias Avançadas	1,8	1,8	0,3	7,3
EUA	2,2	2,0	-2,5	6,3
Zona Euro	0,8	0,5	2,0	11,6
Alemanha	1,4	0,9	6,2	5,3
França	0,4	0,7	-1,4	10,0
Portugal	1,0	0,0	0,6	14,2
Japão	0,9	2,7	1,0	3,7
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	4,4	5,5	0,8	
Brasil	0,3	6,3	-3,5	5,5
Rússia	0,2	7,4	2,7	5,6
India	5,6	7,8	-2,1	
China	7,4	2,3	1,8	4,1
África Sub-Sahariana	5,1	6,7	-2,6	

Fonte: Banco de Cabo Verde
P - Projeções

1.1.2. Conjuntura Nacional

Os indicadores de tendência da atividade económica apontam para alguma revitalização da procura interna e deterioração da procura externa líquida. O indicador de procura interna, impulsionado pelo comportamento muito favorável do investimento, reforçou nos últimos dois trimestres o seu perfil ascendente.

O crescimento acelerado das componentes da formação bruta de capital fixo (FBCF), tem sido em larga medida induzido pelos investimentos das empresas públicas, financiados, sobretudo, com recursos externos (empréstimos concessionais e donativos), bem como por um maior dinamismo dos investimentos externos.

O indicador de consumo reforçou a sua tendência de recuperação, suportada não só pela evolução do consumo de bens duradouros, mas, também, por um desempenho menos desfavorável do consumo

de bens não duradouros. A queda dos preços e o aumento das remessas de emigrantes, tendo contribuído para algum aumento do rendimento disponível das famílias, explicam em boa medida o desempenho mais favorável do consumo.

O perfil decrescente do indicador de procura externa líquida, que perdura desde Março de 2014, acentuou-se a partir de Julho, devido ao crescimento das importações de mercadorias (em 6,7% até Setembro, em termos homólogos) e à redução das receitas de turismo (em cerca de 10%).

A performance desfavorável das receitas de turismo ao longo de 2014 é explicada, por um lado, pela queda da procura turística e, por outro, pelo natural ajustamento dos preços por parte dos operadores turísticos na tentativa de manterem a quota de mercado.

O comportamento menos favorável da procura turística terá sido influenciado por algum receio incentivado pela propagação do ébola na sub-região onde o país está inserido, bem como pela realização da copa do mundo de futebol no Brasil, país que registou um aumento das receitas de turismo internacional na ordem dos 10% nos primeiros sete meses do ano.

As contas externas continuaram a apresentar um comportamento menos favorável. As estimativas das contas externas sugerem um contínuo agravamento do défice comercial, explicado pela diminuição das receitas brutas de turismo e aumento das importações de mercadorias, não obstante o crescimento das exportações de mercadorias.

Após uma assinalável redução em 2013, as necessidades de financiamento da economia (medidas pelo saldo agregado das balanças correntes de capital) registaram um significativo crescimento nos primeiros nove meses do ano, impulsionadas pelo agravamento do défice da balança corrente.

O comportamento da inflação, em particular nos últimos seis meses, continuou a refletir, em larga medida, a redução dos preços internacionais de bens alimentares, o aumento contido dos preços do petróleo nos mercados internacionais e a redução da inflação dos principais fornecedores do país, num contexto de alguma revitalização da procura interna, mas de contração da procura externa. A inflação cabo-verdiana entre Setembro de 2013 e Setembro de 2014 foi, sobretudo, determinado pela redução do preço do gás butano, pela diminuição dos preços de bens alimentares, bem como pela dissipação dos efeitos do ajustamento da taxa do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) nos bens e serviços administrados em início de 2013.

As remessas dos emigrantes em divisas mantiveram o perfil de recuperação face ao ano anterior. Cresceram 5,9% devido ao aumento, sobretudo, de remessas de Portugal (11,8%) e dos Países baixo (11,6%).

Não obstante o significativo aumento do crédito ao Sector Público Administrativo, o crédito interno líquido continuou a crescer moderadamente, em consequência da ligeira contração do crédito à economia.

Depois de ter registado um crescimento em torno de 2% em finais de 2013, o crédito à economia passou a apresentar uma tendência descendente, passando a registar desde Julho taxas de crescimento negativas, não obstante o reforço das medidas de política monetária de carácter acomodatício. A redução do crédito concedido a particulares para consumo e outros fins (em 5,3%), bem como do crédito às empresas dos ramos da construção civil e obras públicas (em 15,1%), foi determinante para a evolução negativa do crédito à economia nos últimos meses, segmentos classificados como de maior risco de crédito e que têm registado maiores níveis de incumprimento.

O enquadramento externo da economia cabo-verdiana permanece menos desfavorável, não obstante o aumento dos riscos e incertezas. Desde logo porque, as perspetivas do crescimento económico e de melhoria das condições de financiamento dos principais parceiros de cabo Verde favorecem algum otimismo quanto à evolução do investimento externo e da procura externa líquida do país.

Para 2015, perspetiva-se que a taxa de inflação permaneça relativamente baixa, no intervalo 0,7-1,4 por cento. O perfil descendente da inflação importada e a expectativa de aumentos salariais contidos, conjugados com alguma recuperação da procura interna, num quadro de alguma redução da produção interna de frescos, fundamentam a projeção da inflação para 2015.

As exportações de bens e serviços deverão beneficiar-se da recuperação económica dos principais mercados de exportação cabo-verdiana e do aumento da oferta hoteleira.

Projeta-se alguma aceleração do ritmo de crescimento económico para 2015, com a perspetiva de manutenção do cenário de recuperação do enquadramento externo. Prevê-se, igualmente, uma contínua recuperação do poder de compra das famílias, em função de expectativas positivas quanto às transferências externas para apoio familiar, embora em desaceleração, e de um aumento dos benefícios e apoios sociais suportados pelo Governo.

Os riscos à materialização das acuais perspetivas para a atividade económica e as contas externas são preponderantemente descendentes, estando relacionados principalmente com a elevada probabilidade de uma evolução menor que antecipada: (i) da procura externa dirigida à economia cabo-verdiana em função tanto da performance da Área do euro como da evolução da epidemia do ébola na África Ocidental; (ii) das receitas fiscais; (iii) do crédito à economia.

Quadro III - Principais Indicadores Economia Cabo-verdiana

Indicadores Nacionais	Unidade	2014 (P)
Sector Real		
PIB real	Variação em %	1,0 - 2,0
IPC	Variação em %	2,0 - 0,4
Sector Monetário		
Ativo Externo Líquido	Variação em %	6,9
Crédito à Economia	Variação em %	1,0
Massa Monetária	Variação em %	7,2
Sector Externo		
Défice Corrente	Em % do PIB	9,0
RIL/Importações	Meses	4,9

Fonte: Banco de Cabo Verde
P – Projeções

1.1.3. Sector Financeiro

A evolução da economia cabo-verdiana foi em 2014 muito condicionada pelo contexto internacional que, apesar de alguns sinais positivos, continua desfavorável.

Em Cabo Verde, as consequências da crise internacional refletem-se sobretudo na redução dos fluxos do investimento direto estrangeiro e das remessas dos emigrantes.

De notar ainda o continuo abrandamento da dinâmica económica influenciada pela queda da confiança dos agentes económicos, com reflexo direto na atividade dos bancos mormente na concessão de crédito.

É neste contexto que, o Banco de Cabo Verde, com o intuito de estimular a economia, optou por uma política acomodatícia, reorientando os leilões de títulos próprios em função das taxas propostas pelos bancos e reduzindo de 1,0% para 0,5% a taxa de remuneração das facilidades permanente dos depósitos.

A Bolsa de Valores de Cabo Verde conferiu nova dinâmica a economia, particularmente, com a cotação e gestão das emissões de títulos do tesouro.

A oferta monetária, expressa pelo agregado M2, cresceu em termos homólogos cerca de 7% até Setembro, determinada pelo contínuo aumento de reservas internacionais líquidas do país (18%) e do crédito ao Governo Central (na ordem dos 27%). O expressivo aumento do crédito ao Governo,

contratado principalmente com as instituições bancárias do país, pode ser explicado pela evolução desfavorável das receitas fiscais (-4,9% até Agosto), numa conjuntura de contínua redução dos donativos e desembolsos líquidos da dívida pública.

Não obstante o significativo aumento do crédito ao Sector Público Administrativo, o crédito interno líquido continuou a crescer moderadamente, em consequência da ligeira contração do crédito à economia.

Nos últimos quatro anos, com o enfraquecimento da atividade económica e o aumento do desemprego, os níveis de incumprimento cresceram consideravelmente, daí a necessidade de reforço das imparidades e das exigências do Banco Central que, aliado à persistência de incertezas e eminência de novos riscos, justificam, quer a redução da oferta de crédito, quer a tendência ascendente das taxas de juro dos empréstimos de curto prazo.

Consequentemente, o funding dos bancos manteve um perfil ascendente ao longo de 2014, reforçando a posição de liquidez dos bancos.

1.2 Principais Aspetos Institucionais

Em termos de estrutura acionista da instituição, em 31 de Dezembro 2014, o seu Capital Social estava distribuído conforme evidenciado no quadro abaixo, mantendo a composição de 2013:

Quadro IV – Estrutura Acionista

Entidade	Nº de ações	%
Instituto Nacional de Previdência Social	447.958	32,2%
Geocapital, Sociedade Gestão de Participações, S.A.	381.904	27,4%
Correios de Cabo Verde, SARL	210.749	15,1%
IMPAR, Companhia Cabo-verdiana de Seguros, SARL	168.032	12,1%
Outros Subscritores e Trabalhadores	183.357	13,2%
Total	**1.392.000**	**100,0%**

A cotação das ações tem sido bastante estável, tendo fechado 2014 a registar 3.000$00 por cada Acão, a mesma cotação desde Junho de 2013.

Trata-se de um exercício que ficou marcado pelo fecho das contas dentro do prazo estabelecido, por uma situação de liquidez bastante favorável, por uma forte actividade internacional e ainda pelo registo da CAIXA no FACTA – *Foreign Account Tax Compliance Act.*
Fica assinalado pela continuidade e conclusão de projetos, nomeadamente, o Sistema de Telecompensação de Cheque mediante transmissão de imagem de Cheques, alargamento da implementação do Projeto Gestão Documental "*Credibox*" em todas as agências e ainda o Visa *Electron* viu consolidada a sua implementação com a entrada em produção em 2014.

A CAIXA é parte integrante da história de Cabo Verde e é, dentro do sistema financeiro nacional, expressão institucional do melhor dos valores cabo-verdianos. A CAIXA é hoje, também, um projeto de grande envergadura que afirma a capacidade e competência dos cabo-verdianos e que, nessa medida, se identifica com a singular história de sucesso que tem sido a construção do País.

Para a CAIXA, o tempo a seguir é, tal como o tempo a seguir de Cabo Verde: o do desenvolvimento, do crescimento e da projeção internacional.
E é por tudo isso que, como nenhuma outra instituição de crédito, a CAIXA combina com Cabo Verde e com os Cabo-verdianos.

2. SÍNTESE DA ATIVIDADE

Apesar da evolução da atividade económica pouco favorável motivada pelo contexto internacional, a CAIXA conseguiu melhorar os seus indicadores rendibilidade e prudenciais.

Num contexto de forte concorrência e baixa procura, a CAIXA continua a apostar na melhoria contínua dos produtos e serviços que oferece para fidelizar os seus clientes, ganhar novos negócios e aproveitar novas oportunidades. Neste âmbito, conseguiu angariar 15.741 novos Clientes, mais 6,05% que em 2013, totalizando em Dezembro de 2014, 275.726 clientes, conferindo uma evolução positiva face a 2013 (15.553 novos clientes).

Assim, dando sequência a sua política de proximidade, para melhor servir os clientes, a CAIXA inaugurou a sua agência na Brava, totalizando 32 balcões, passando assim a estar presente em todas as ilhas habitadas.

A nível da atividade, não obstante o enquadramento externo da economia permanecer adverso, embora não o desejado principalmente a nível da atividade creditícia, ainda assim, a CAIXA conseguiu

um desempenho positivo. Os Depósitos de Clientes e Outras Instituições de Crédito (IC's), excluídos os Títulos e Juros, alcançaram 44.478.882 mil escudos, registando assim um aumento de 9,3% (3.787.125 mil escudos) relativamente a 2013. O Crédito Bruto a Clientes, excetuando os Títulos, Juros e despesas vencidas, também registou uma evolução positiva ao atingir os 28.023.548 mil escudos, em Dezembro de 2014, ou seja, um aumento de apenas 0,3% (97.429 mil escudos), ilustrando assim o ambiente de baixa procura e forte concorrência.

O Ativo Líquido totalizou 54.382.292 mil escudos em Dezembro de 2014, evidenciando um crescimento de 7,35% (3.722.696 mil escudos), face à igual data em 2013, explicado essencialmente pelas Disponibilidades em Bancos Centrais, Outras Instituições de Crédito e Caixa e pelo Crédito Líquido a Clientes, que aumentaram 95,6% (6.054.961 mil escudos) e 2,8% (948.018 mil escudos), respetivamente, sendo que a evolução da rubrica Crédito a Clientes é em grande medida explicada pela carteira de Títulos com mais 956.757 mil escudos (11,5%). Além da rubrica Outros Ativos, que embora menos expressivo também evidenciou aumento de 603.765 mil escudos (49,18%), devido essencialmente aos imóveis em dação, as restantes rubricas do Ativo evoluíram em sentido contrário. Por sua vez, o Passivo expandiu 3.620.540 mil escudos (7,7%), situando-se nos 50.614.772 mil escudos em Dezembro de 2014. Esta variação deveu-se aos Recursos de Clientes e Outros Empréstimos, que aumentaram 3.693.740 mil escudos (+8,1%), quando as rubricas Recursos de Instituições de Crédito e Outros Passivos decresceram.

O Resultado Líquido do Exercício, que, em Dezembro de 2013, tinha registado 205.842 mil escudos, atingiu em Dezembro de 2014 os 230.132 mil escudos, evidenciando um acréscimo de 11,8% (24.290 mil escudos). Consequentemente, a Rendibilidade dos Ativos (ROA), indicador da eficácia da instituição, passou de 0,43%, em 2013, para 0,44%, em 2014. Igualmente, a Rendibilidade dos Recursos Próprios (ROE) melhorou comparativamente ao ano anterior, passando de 5,78% para 6,09%.

A CAIXA, desde o aumento do seu Capital Social em Dezembro de 2009, mantém estável o nível dos rácios prudenciais, sendo de destacar o Rácio de Solvabilidade, que registou em Dezembro de 2014 os 15,19%, quando o mínimo estabelecido é 10%. Por sua vez, o Limite de Concentração de Riscos alcançou 925.055 mil escudos, refletindo a melhoria dos Fundos Próprios, que evoluiu de 3.555.848 mil escudos, em Dezembro 2013, para 3.700.219 mil escudos, em Dezembro 2014.

No que concerne à cobertura dos Créditos Vencidos por Imparidade, a mesma foi reforçada ligeiramente, face ao período homólogo, tendo evoluído de 51,07%, em Dezembro de 2013, para os 51,92%, em Dezembro de 2013.

A qualidade da carteira de crédito medida pelo rácio de Crédito Vencido sobre o Crédito Total degradou-se ligeiramente em relação ao período homólogo, ao passar de 17,30%, em 2013, para 17,97%, em 2014. Igualmente, se analisarmos o Indicador de Qualidade de Crédito em Incumprimento (crédito em incumprimento/crédito total), em conformidade com a Circular Série "A" nº150/DSE/2009, do BCV, constata-se uma ligeira degradação do indicador, passando de 7,21%, em 2013, para 7,63%, em 2014.

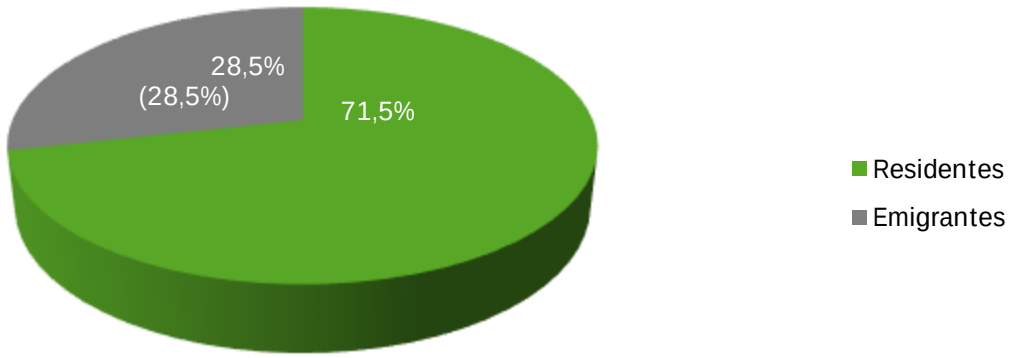
3. ATIVIDADE BANCÁRIA

3.1. Depósitos

Os Depósitos Totais (Depósitos de Clientes, Instituições Financeiras e Títulos), que em 2013 acumularam os 45.137.486 mil escudos, registaram um acréscimo de 3.714.125 mil escudos (8,2%), alcançando um total de 48.851.612 mil escudos, em 2014.

Do total registado em 2014, o Depósito dos Residentes deteve um peso de 71,5% e o dos Emigrantes, 28,5%.

Gráfico I – Depósitos Emigrantes e Residentes 2014



Os valores entre parênteses referem-se ao ano de 2013

Os Depósitos de Residentes, incluindo os Títulos, que em 2013 somavam 32.278.081 mil escudos, atingiram, em 2014, os 34.927.062 mil escudos, apresentando um crescimento de 2.648.981 mil escudos (8,2%). Aqui, há que destacar o decréscimo ocorrido nos Bilhetes de Tesouro, no valor de 73.000 mil escudos (-1,6%), tendo passado de 4.445.730 mil escudos, em 2013, para 4.372.730 mil escudos em 2014. No entanto, tal decréscimo foi compensado pelo acréscimo ocorrido no Depósito à Ordem, no valor de 1.780.702 mil escudos (11,0%), passando de 16.137.221 mil escudos, em 2013, para 17.917.923 mil escudos, em 2014. Os Depósitos a Prazo, por seu lado, registaram um acréscimo de 941.279 mil escudos (8,0%), passando de 11.695.130 mil escudos, em 2013, para 12.636.409 mil escudos, em 2014.

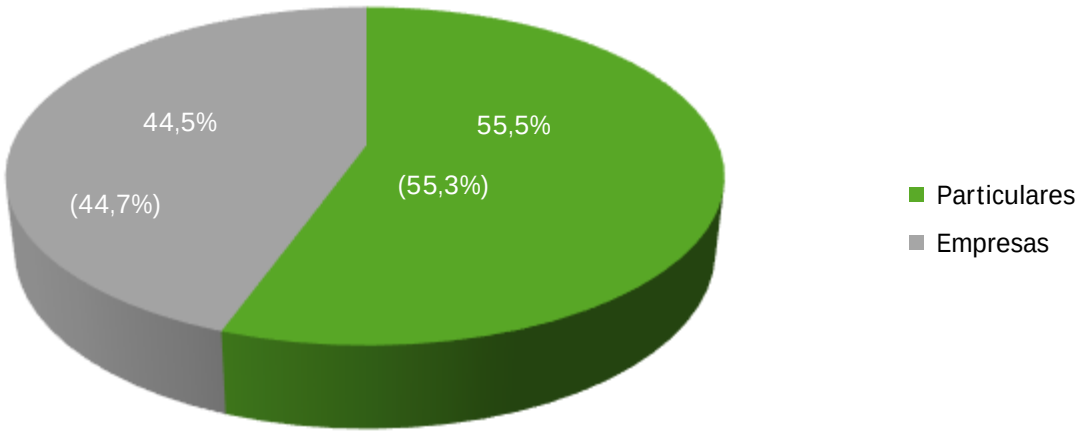
Os Depósitos de Emigrantes assinalaram um incremento de 1.065.144 mil escudos (8,3%) relativamente a 2013, tendo passado de 12.859.406 mil escudos para 13.924.550 mil escudos. Esse crescimento reflete, em certa medida, a estratégia que a CAIXA tem vindo a desenvolver com o intuito de se aproximar mais dos emigrantes, nomeadamente, mediante a realização de encontros com a diáspora cabo-verdiana nos países de acolhimento. Em consequência da situação económica dos principais países de acolhimento, a CAIXA registou uma evolução menos favorável em 2014 (8,3%) comparativamente a 2013 (9,2%). Neste segmento, os Depósitos a Prazo revelaram um incremento de 9,2% (976.331 mil escudos), enquanto os Depósitos à Ordem aumentaram 3,9% (88.813 mil escudos).

Quadro V - Evolução Depósitos Emigrantes e Residentes (mil CVE)

Designação	31-dez-13		31-dez-14		Crescimento 2014	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Residentes	**32.278.081**	**71,5%**	**34.927.062**	**71,5%**	**2.648.981**	**8,2%**
Depósito à Ordem	16.137.221	35,8%	17.917.923	36,7%	1.780.702	11,0%
Depósito a Prazo	11.695.130	25,9%	12.636.409	25,9%	941.279	8,0%
Bilhetes Tesouro	4.445.730	9,85%	4.372.730	8,95%	-73.000	-1,6%
Emigrantes	**12.859.406**	**28,5%**	**13.924.550**	**28,5%**	**1.065.144**	**8,3%**
Depósito à Ordem	2.261.048	5,0%	2.349.861	4,8%	88.813	3,9%
Depósito a Prazo	10.598.358	23,5%	11.574.689	23,7%	976.331	9,2%
Depósitos Totais	**45.137.486**	**100,0%**	**48.851.612**	**100,0%**	**3.714.125**	**8,2%**

Analisando os Depósitos por segmento de clientes, constatamos que os Particulares continuam a deter maior peso no Depósito Total (55,5%), superior ao que detinha em 2013 (55,3%). As Empresas, em contrapartida, verificaram um ligeiro decréscimo na sua quota-parte, passando de 44,7% para 44,5% do total.

Gráfico II – Depósitos por tipo de Cliente – 2014



Os valores entre parêntesis referem-se ao ano de 2013

Os Depósitos dos Particulares passaram de 24.978.398 contos, em 2013, para 27.101.702 mil escudos, em 2014, exibindo um crescimento de 2.123.304 mil escudos (8,50%). Os Depósitos das Empresas, por seu lado, verificaram um aumento, tendo passado de 20.159.089 mil escudos, em 2013, para 21.749.910 mil escudos (+7,89%), em 2014, claramente explicado pelo esforço empreendido na captação de recursos junto as Empresas.

Quadro VI - Depósitos das Empresas e dos Particulares (mil CVE)

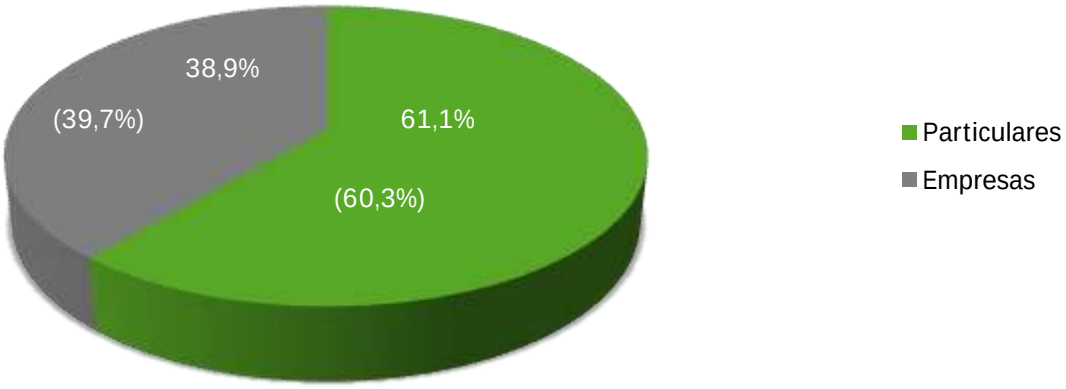
Depósitos	31-dez-13		31-dez-14		Crescimento 2014	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Particulares	24.978.398	**55,3%**	27.101.702	**55,5%**	2.123.304	**8,50%**
Empresas	20.159.089	**44,7%**	21.749.910	**44,5%**	1.590.821	**7,89%**
Total	**45.137.486**	**100,0%**	**48.851.612**	**100,0%**	**3.714.125**	**8,23%**

3.2. Créditos

No que respeita ao Crédito, conforme referido anteriormente, a carteira da CAIXA evidenciou um ligeiro aumento em 2014. O Crédito Bruto, incluindo os Títulos Empresas e excluindo os Títulos do Tesouro, as despesas de crédito vencido e juros, que em 2013 tinha registado o total de 29.305.968 mil escudos, atingiu 29.641.201 mil escudos em 2014, exibindo um acréscimo de 1,14% (335.234 mil escudos).

O Crédito às Empresas, incluindo as Obrigações das Empresas, representou em 2014 38,9% da Carteira de Crédito, contra 39,7% verificado em 2013, e o Crédito a Particulares representou 61,1% do total, quando em 2013 representou 60,3%.

Gráfico III – Crédito a Empresas e Particulares



Os valores entre parêntesis referem-se ao ano de 2013

O Crédito às Empresas diminuiu 0,93% (108.133 mil escudos), passando de 11.628.502 mil escudos, em 2013, para 11.520.369 mil escudos, em 2014, espelhando o fraco dinamismo da atividade empresarial em virtude da conjuntura económica desfavorável.

No que concerne ao Crédito a Particulares, registou um acréscimo de 2,51% (443.367 mil escudos), ao passar de 17.677.466 mil escudos, em 2013, para 18.120.832 mil escudos, em 2014, explicado essencialmente pelo Crédito Habitação que cresceu 3,87% (443.413 mil escudos) atingindo os 11.910.393 mil escudos, em 2014. Já o Crédito Outros Fins, embora tenha evidenciado uma redução

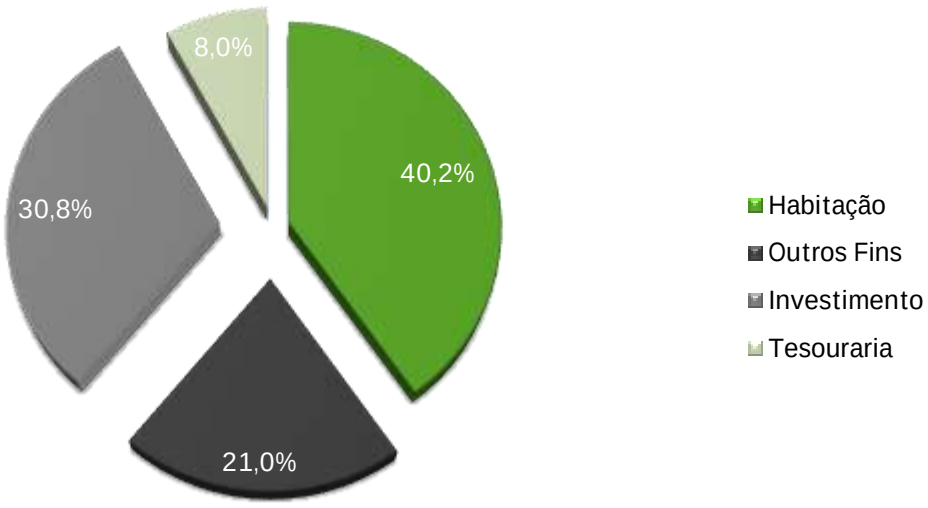
de 46 mil escudos (0,00%), ficando pelos 6.210.439 mil escudos comparativamente a 2013 que tinha decrescido 4,59%, dá sinais de inversão da tendência decrescente.

Quadro VII - Crédito das Empresas e dos Particulares (mil CVE)

Créditos	31-dez-13		31-dez-14		Crescimento 2014		
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Particulares	**17.677.466**	**60,3%**	**18.120.832**	**61,1%**	**443.367**	**2,51%**	**132,3%**
Habitação	11.466.980	39,1%	11.910.393	40,2%	443.413	3,87%	**132,3%**
Outros Fins	6.210.486	21,2%	6.210.439	21,0%	-46	0,00%	**0,0%**
Empresas	**11.628.502**	**39,7%**	**11.520.369**	**38,9%**	**-108.133**	**-0,93%**	**-32,3%**
Investimento	9.222.573	31,5%	9.138.509	30,8%	-84.064	-0,91%	**-25,1%**
Tesouraria	2.405.930	8,2%	2.381.860	8,0%	-24.069	-1,00%	**-7,2%**
Total Créditos	**29.305.968**	**100,0%**	**29.641.201**	**100,0%**	**335.234**	**1,14%**	**100,0%**

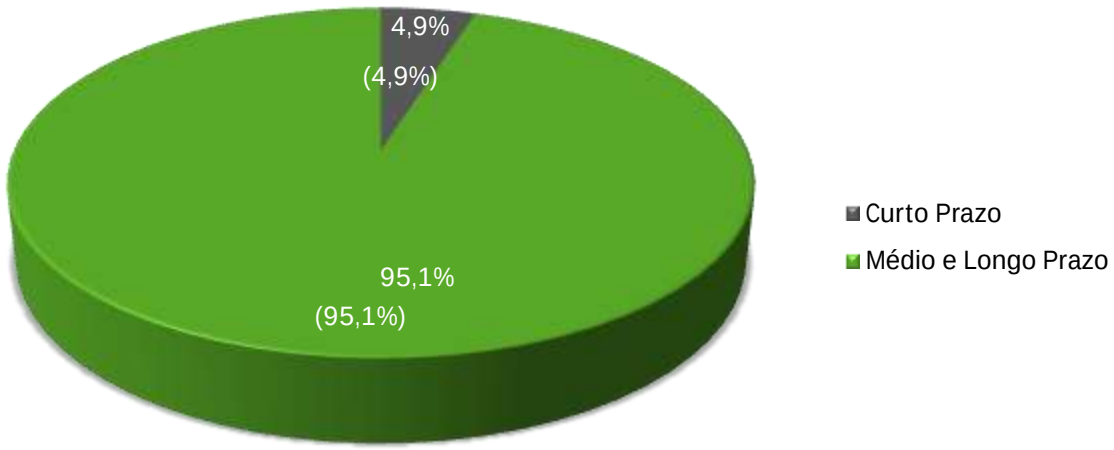
O Crédito à Habitação continua a deter o maior peso na carteira de crédito da CAIXA em 2014, com 40,2%, posicionando-se um pouco acima do nível do verificado em 2013, que foi de 39,1%. Segue-se o Crédito ao Investimento, com uma quota de 30,8%, contra os 31,5% detidos em 2013. O Crédito Outros Fins diminuiu o peso na carteira, passando de 21,2%, contra os 21,0% detidos em 2014. O Crédito à Tesouraria, também, representou 8,0%, contra os 8,2% registados em 2013.

Gráfico IV – Crédito por finalidade – 2014



Abarcando a análise à distribuição do crédito em situação normal por maturidade, constatamos que o crédito de médio e longo prazo (maturidade superior a 1 ano) representou 95,1% do total, em 2014, igual aos 95,1% detidos no final de 2013, da mesma forma que o crédito normal de curto prazo manteve os mesmos 4,9% do total, observados em 2013.

Gráfico V – Crédito Normal por Prazo - 2014



Os valores entre parêntesis referem-se ao ano de 2013

Em Dezembro de 2014, o Crédito Normal de Curto Prazo acumulou 1.209.217 mil escudos, demonstrando um decréscimo de 1.081 mil escudos (0,09%) relativamente a Dezembro de 2013, onde tinha totalizado 1.210.298 mil escudos. Por sua vez, o Crédito de Médio e Longo Prazo alcançou, em 2014, 23.397.233 mil escudos, evidenciando um acréscimo de 133.837 mil escudos (0,58%) comparativamente a Dezembro de 2013, onde tinha registado os 23.263.396 mil escudos.

3.3. Crédito e Juros Vencidos

Em Dezembro de 2014, o valor do Crédito e Juros Vencidos (sem Despesas de Crédito Vencido) totalizou 5.034.752 mil escudos, contra os 4.832.274 mil escudos de 2013, i.e., um acréscimo de 4,19%, justificado pelo aumento de 20,13% no segmento Empresas.

O segmento de Particulares apresentou um rácio de crédito vencido de 14,85%, enquanto o segmento de Empresas alcançou um rácio de 23,68%, se da carteira total forem excluídos os Títulos de Empresas. Contando com os Títulos de Empresas, o rácio desce para 20,35%.

O rácio de Malparado ou de Crédito Vencido (Crédito Vencido/Crédito Total, excluídos os títulos) passou de 17,30%, em Dezembro de 2013, para 17,97%, em Dezembro de 2014, refletindo a degradação do segmento Empresas. Igualmente, o indicador de avaliação da Qualidade da Carteira de Crédito em incumprimento reflete o cenário (Crédito em Incumprimento/Crédito Total), ao passar de 7,21% em 2013 para 7,63% em Dezembro de 2014.

O rácio de Imparidade para Crédito e Juros Vencidos / Crédito e Juros Vencidos registou um reforço de 0,85 pontos percentuais, tendo passado de 51,07% em 2013 para 51,92% em 2014.

3.4. Atividades Financeiras

A gestão financeira da instituição foi durante o exercício de 2014 muito condicionada pela situação de excesso de liquidez e pelos níveis de taxa de remuneração praticadas tanto no mercado nacional como no internacional. Com efeito, para incentivar a concessão de crédito à economia, condição indispensável para o desenvolvimento económico, o Banco Central procedeu, por duas vezes, a atualização da estrutura de taxas de juros. Contudo, apesar da diminuição da taxa diretora, os níveis de crédito continuaram abaixo do esperado e que, confrontado com aumento dos depósitos, originaram um excesso de liquidez no sistema bancário, gerando um impasse no desenvolvimento do mercado monetário interbancário e uma concorrência mais agressiva aos mercados do *open-market.*

Em consequência da redução da Taxa Diretora, a estrutura das taxas das operações com o Banco Central em 2014 foi a seguinte:

Taxas	Até	A partir de	A partir de
	28-02-2014	01-03-2014	01-08-2015
Taxa Diretora	5,75%	4,25%	3,75%
Taxa da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez	8,75%	7,25%	6,75%
Taxa da Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez	1,00%	1,00%	0,50%
Taxa de Redesconto	9,75%	8,25%	7,75%

A Gestão dos Ativos e Passivos em alternativa à fraca atividade creditícia centrou, para melhor rentabilização, suas aplicações nos títulos disponíveis no mercado como sendo os emitidos pelo Banco Central no âmbito da política monetária e os emitidos pelo Estado de Cabo Verde para fazer face ao financiamento das suas despesas.

Por sua vez, a Bolsa de Valores de Cabo Verde tem constituído uma alternativa aos bancos no financiamento da economia sobretudo nos projetos de grande dimensão. O mercado primário do segmento acionista continuou pouco ativo, não tendo registado qualquer emissão em 2014. Já no segmento obrigacionista, durante o ano de 2014, foram emitidos 36 Títulos, sendo que 11 foram Bilhetes do Tesouro, 1 Obrigação *Corporate* (IFH serie C) e as 24 restantes, Obrigações do Tesouro. Do total emitido no mercado, 37,24% foi subscrito através da CAIXA.

De ressaltar que, não obstante os custos com a intermediação de bolsa, este serviço tem constituído um excelente veículo de fidelização de clientes.

A gestão da liquidez tem sido feita na conjugação das oportunidades quer do mercado doméstico quer do internacional. Os objetivos continuam sendo a manutenção da capacidade da CAIXA em obter fundos e fazer aplicações em melhores condições, solver os seus compromissos e manter controlados os riscos associados, condições imprescindíveis para a consolidação da situação financeira da instituição.

Para o efeito, continuou-se a fazer uso dos instrumentos do Mercado Monetário Interbancário como permutas, cedências e tomadas de fundos com outras instituições, e do Mercado de Operações de Intervenção, caso dos Títulos de Regularização Monetária e Títulos de Intervenção Monetária.

A CAIXA apresenta uma situação confortável de liquidez com os Recursos de Clientes e Outros Empréstimos a revelarem um aumento de 8,1% face a Dezembro de 2013, enquanto a rubrica Crédito Líquido a Clientes cresceu apenas 2,7%. Em consequência, o rácio de transformação de Recursos de Clientes em Créditos passou de 79,84%, em Dezembro 2013, para 73,25%, em 2014.

Resultante desta situação de excesso de liquidez, durante o exercício 2014, a CAIXA também teve uma participação muito ativa nas operações do mercado aberto, nomeadamente, em aplicações nos Títulos de Regulação Monetária (TRM) e nos Títulos de Intervenção Monetário (TIM).

As taxas de juro TRM variaram durante o ano entre 0,500% e 0,5625%, para as maturidades até 14 dias, e as taxas dos TIM, com maturidade entre 30 e 90 dias, oscilaram entre 0,6250%, no início do ano, e 0,5625%, no final do ano.

Durante 2014, foram emitidos 9.000.000 mil escudos em TRM, mais 1.300.000 mil escudos que 2013, que devido a elevada liquidez no sistema e consequente concorrência dos bancos de segunda ordem aos fundos do BCV, as aplicações ascenderam a 4.069.961 mil escudos, correspondente a cerca de 44,4% do total emitido pelo BCV. Não obstante, os juros recebidos foram inferiores aos arrecadados em 2013, devido as baixas taxas praticadas no mercado.

A nível dos TIM foram emitidos em 2014 cerca de 5.100.000 mil escudos, registando uma diminuição de 600.000 mil escudos em relação a 2013. Destes, a CAIXA conseguiu uma participação de cerca de 1.788.000 mil escudos, que renderam juros na ordem dos 1.900 mil escudos, que, entretanto inferior a 2013, devido à redução das taxas.

O Coeficiente das Disponibilidades Mínimas de Caixa manteve-se durante todo o exercício 2014 nos 18%. Uma vez que estas reservas não são remuneradas, a CAIXA acompanhou a evolução da base de incidência, tendo feito as necessárias aplicações dos excedentes. Apesar da taxa pouco atrativa dos Depósitos *Overnight*, que até Julho era de 1,00% diminuiu para 0,50% a partir desta data, as aplicações da CAIXA, em 2014, decorrente da situação de liquidez, aumentaram aproximadamente 97,7%, embora isso tivesse resultado numa diminuição dos juros arrecadados em cerca de 43,7%.

Também houve alteração no que tange à modalidade de aplicação *overnight,* que até então só eram aceites pelo BCV nos finais do período passaram a ser livres, podendo ser feitos a qualquer data desde que se respeite um saldo mínimo diário fixado que corresponde a 20% dos 18% do coeficiente das DMC.

Tendo em conta a elevada liquidez verificada ao longo do ano 2014, a CAIXA não teve necessidade de recorrer ao Mercado Monetário Interbancário (MMI).

4. OUTRAS ATIVIDADES

4.1. Recursos Humanos

Em linha com os grandes objetivos estratégicos estabelecidos para o quadriénio 2013-2016, em que a CAIXA ambiciona ser o Melhor Banco no mercado nacional, que cria valor para todas as partes interessadas (Acionistas, Clientes, Colaboradores, Sociedade em geral), e cientes que no mundo de hoje qualquer estratégia bem-sucedida depende da capacidade de liderança e do papel dos gestores na gestão eficientes dos objetivos, processos e pessoas, a CAIXA continua a considerar que os Colaboradores são fundamentais para a criação de valor. Neste contexto, prosseguimos em 2014 na

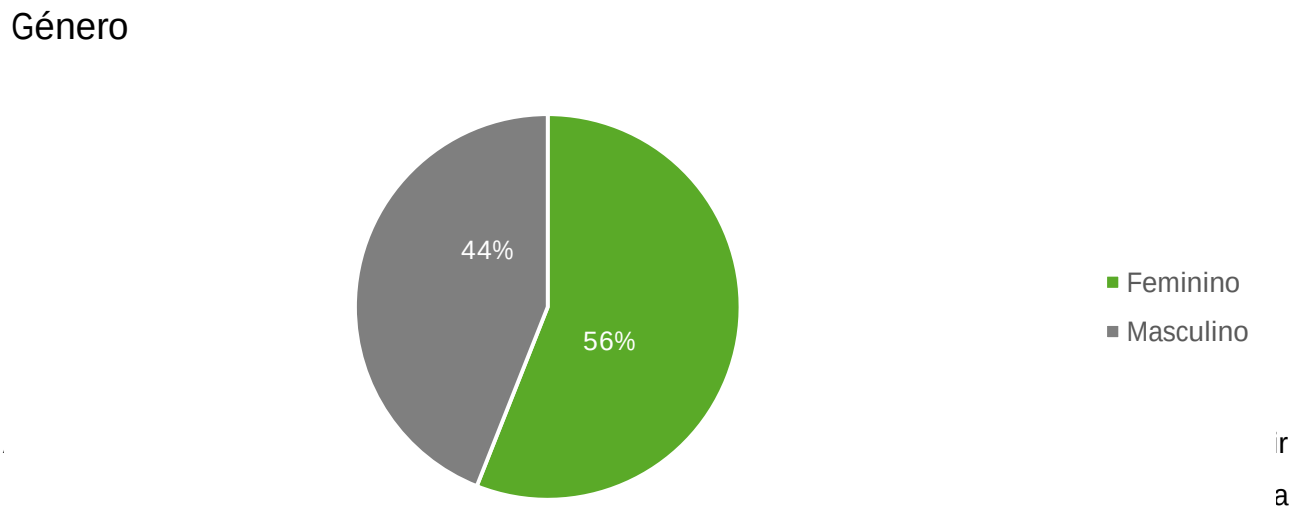
procura de melhores práticas na atracão e retenção de talentos, com possibilidades de mobilidade interna e evolução na carreira.

4.1.1.Caracterização dos efetivos

De um modo geral, a estrutura do quadro de pessoal em 2014 manteve-se idêntica à de 2013. As saídas de pessoas foram compensadas por novas entradas, embora afetadas a áreas diferentes. Mas, no cômputo geral, no final de 2014 o quadro do pessoal da CAIXA continuou a integrar 319 colaboradores, dos quais 89% (284) eram quadros da instituição, 9% (29) em regime de contrato a prazo e 2% (6) encontravam-se em situação de licença sem vencimento, conforme atesta o quadro abaixo:

Composição de Efetivos	Nº	%
Quadro	**284**	**89%**
Contrato	29	9%
Licença	6	2%
Total	319	

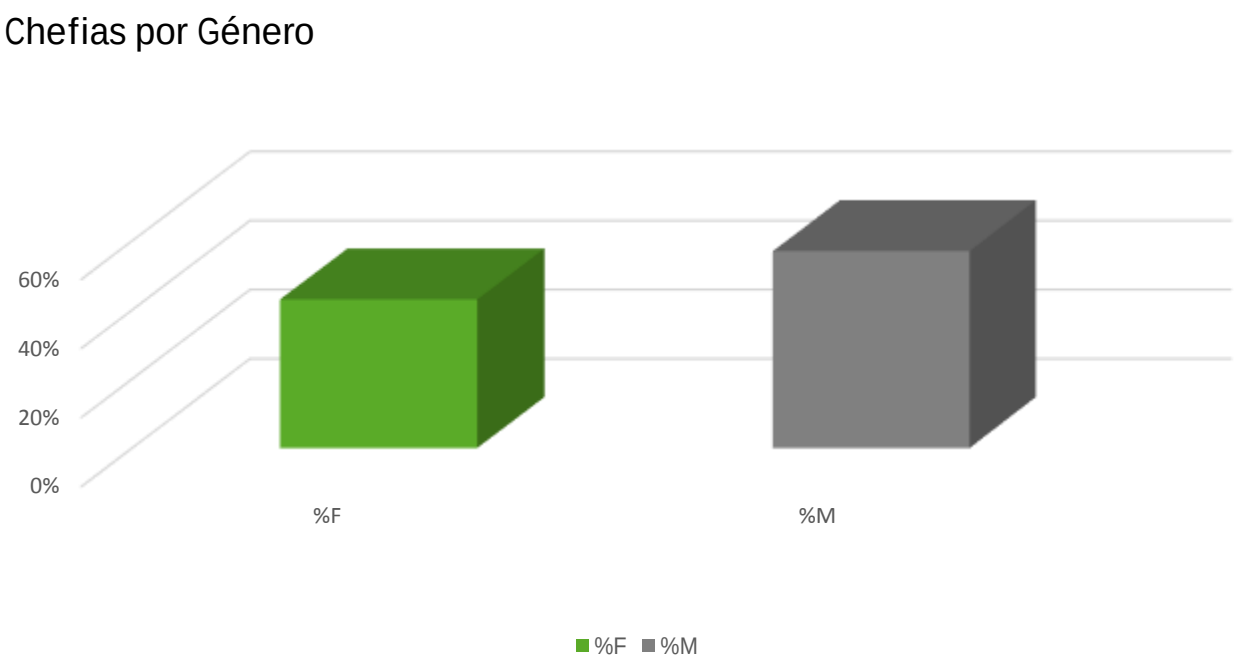
Do total de efetivos, a percentagem de mulheres subiu de 55% para 56% que continuaram a ser maioria. Das 178 colaboradoras do género feminino, a afetação para área comercial passou de 63 % para 66%. A Direção Operacional manteve na sua composição o maior número de mulheres no efetivo (15), seguida da DARH (14). A Agência da Assomada deixou de ser a com maior número de mulheres no seu efetivo (8) dando lugar à Agencia da Fazenda com 11.



A antiguidade media na CAIXA (soma das antiguidades/total de efetivos) ao final de 2014 era de 11 anos.

A equipa de liderança passou de um total de 57 colaboradores em 2013 para 58 em 2014. O peso das mulheres no total da equipa passou de 46% (26) para 43% (25) em 2014 conforme atesta o gráfico seguinte.

O rácio de enquadramento (media de colaboradores por chefia era de 4,5).

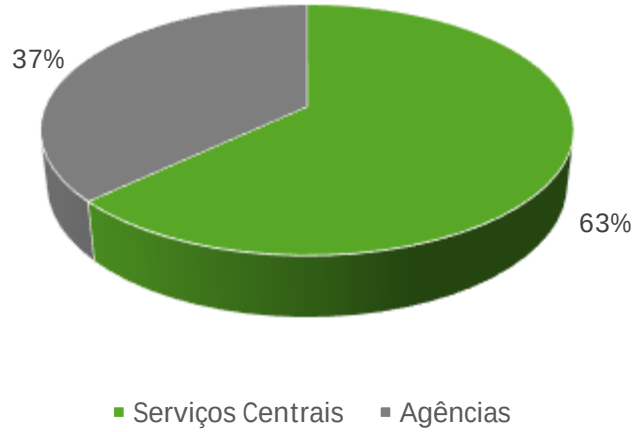


A taxa de chefia (medida pelo numero de chefia /total de colaboradores) no final de 2014 era de 18%.

Em termos de afetação dos recursos entre Serviços Centrais e Área Comercial, à semelhança de 2013, a Área Comercial se destaca absorvendo 63% do total de efetivos, como poderemos comprovar a seguir:

Nos Serviços Centrais houve uma redução de 119 para 117 e na área comercial uma evolução positiva de 200 para 202.

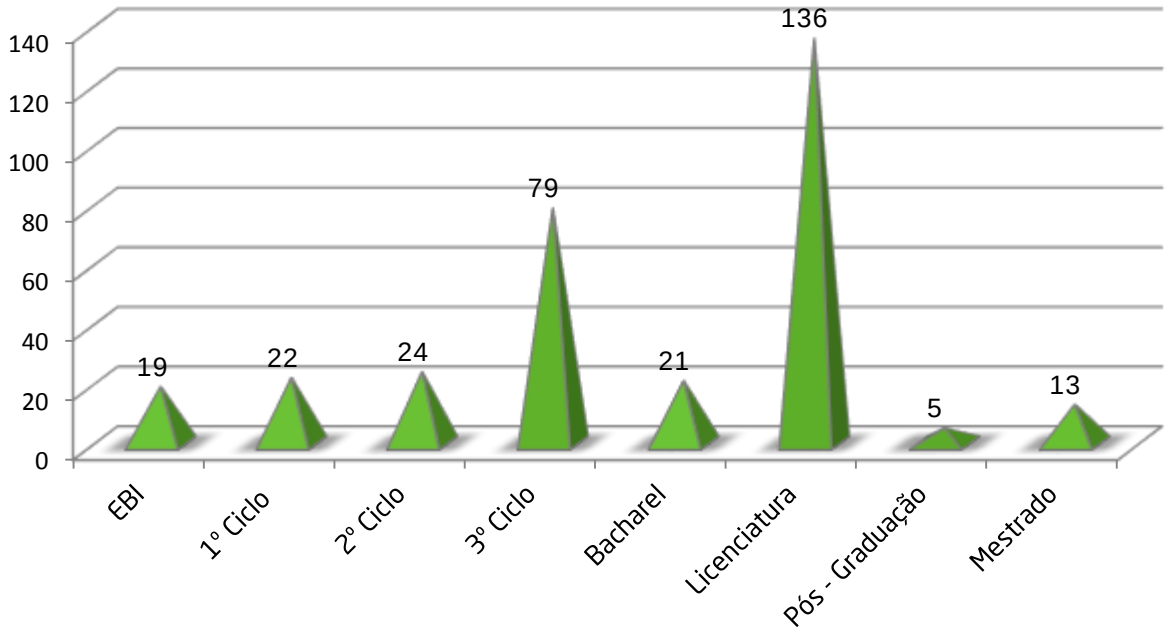
Colaboradores por Estrutura Orgânica



A nível das qualificações, em 2014 registava-se um índice de tecnicidade (que mede o numero de Técnicos superiores em relação ao total de colaboradores) de 55%, nível idêntico ao de 2013. Em termos absolutos, temos a registar em 2014 mais 3 licenciados em relação a 2013, o que continua a revelar o compromisso com a estratégia de valorização das pessoas traduzido na forte aposta da CAIXA na formação dos seus quadros, permitindo, assim, um potencial de evolução na carreira.

Em síntese, no final de 2014 registamos em termos de qualificações os dados seguintes:

Qualificações



No tocante a formação, a CAIXA prosseguiu com desenvolvimento e gestão de competências consideradas essenciais para obtenção dos resultados e valorização das pessoas.

Como habitual, os programas foram concebidos em alinhamento com as prioridades estratégicas, procurando dotar a CAIXA de profissionais competentes e motivados. Neste aspeto, destaca-se a participação nas seguintes formações: Análise Financeira de bancos, Gestão de Risco, Desenvolvimento de Mercados de Capitais, Estratégia, Planeamento e Monitorização, Planeamento e Gestão de Obras, Projetos de Investimento, Negócios Internacionais, Marketing Digital, Financiamento às PME's e Língua Inglesa.

Nesse quadro, diversas ações foram realizadas ao longo de 2014, 24 por entidades externa no país, beneficiando 215 colaboradores, com uma carga horária de 450 horas. A nível interno (na empresa) foram ministradas 17 ações de formações a 321 colaboradores, num total de 349 horas. No estrangeiro, 2 colaboradores participaram em 2 ações de formação, com uma carga horária de 142 horas.

O custo das ações realizadas em 2014 totalizou 3.383.720,00, e em 2013 foram investidos cerca de 3.209.497,90.

4.1.3. Mobilidade de pessoal

As admissões de 2014 foram motivadas pelas necessidades específicas e estratégicas. O total das admissões foi de 7 (sete) colaboradores, das quais 5 (cinco) técnicos superiores (71%), 1 (um) técnico administrativo e 1 (uma) servente, apoio geral, sendo que 80% das admissões foram técnicos superiores para área comercial.

Foram integrados no quadro do pessoal da CAIXA 19 (dezanove) colaboradores. Esta integração ocorre normalmente após um período de avaliação e acompanhamento do colaborador.

O desenvolvimento profissional dos colaboradores da CAIXA efetua-se através da promoção (mudança de um nível para outro imediatamente superior aquele que detêm dentro de uma carreira), progressão (mudança de um escalão para o imediatamente superior dentro do mesmo nível), mudança de carreira, entre outros. O bom desempenho, entre outros critérios, permite o acesso à evolução na carreira. Neste sentido, 84 colaboradores foram promovidos. Entretanto, onze colaboradores não beneficiaram por não reunirem as condições definidas

no regulamento interno. A taxa de cobertura das promoções (numero de efetivos promovidos-progredidos/total efetivos), totalizou os 30%, que corresponde a uma taxa de progressão /promoção de 88% (numero de efetivos promovidos/ numero de efetivos promovíveis).

Ao longo de 2014, dois colaboradores entraram de licença sem vencimento, dos quais, uma de longa duração e outra de curta duração

A CAIXA deixou de contar com sete (7) colaboradores, dos quais um (1) por despedimento por justa causa, quatro (4) por motivos pessoais e dois (2) por reforma.

4.1.4. Benefícios Sociais

A promoção do equilíbrio entre a vida profissional e pessoal tem sido uma das preocupações ao nível da gestão das pessoas na CAIXA. Para promover o bem-estar dos trabalhadores a CAIXA disponibiliza um conjunto de benefícios, nomeadamente financiamento à habitação própria, ao consumo e necessidades especiais, subsídios para estudos, tanto do trabalhador, como dos filhos.

Em 2014 foram celebrados com mais duas clínicas acordos de prestação de serviços de saúde, aumentando assim a taxa de cobertura de cuidados médicos e de saúde para os colaboradores nas outras ilhas. Comprometida com bem-estar dos Colaboradores, que continua a ser uma prioridade na CAIXA, e a fim de incentivar os colaboradores à prática de atividades desportivas, foi mantido o subsídio de ginástica instituído em 2012.

4.2. Gestão de Riscos

A CAIXA, no âmbito da sua atividade, está sujeita a diferentes tipos de riscos, tais como o risco de mercado, o risco de liquidez, o risco de crédito e o risco operacional, pelo que cabe à gestão de risco a sua identificação e análise da exposição, bem como adoção de estratégias de controlo, dentro dos parâmetros previamente estabelecidos.

Nos últimos anos, com o enfraquecimento da atividade económica e o aumento do desemprego, os níveis de incumprimento cresceram consideravelmente. Em consequência, o aumento das imparidades e das exigências, por parte do Banco Central, foi um imperativo.

A atividade de 2014 desenvolveu-se ainda num contexto externo de evolução desfavorável afetando, sobretudo, a posição financeira do sector privado e agravando, consequentemente, os riscos à estabilidade financeira, aumentando a probabilidade de materialização do risco de crédito.

Neste contexto, a CAIXA prosseguiu com a estratégia de melhoria contínua do seu Sistema de Gestão de Risco, refinando e reforçando as atividades e infraestruturas dedicadas à gestão e controlo de risco, bem como os mecanismos e instrumentos de reporte. Assim, com vista a redução e mitigação do risco de crédito, foi aprovado o Regulamento de Funcionamento dos Comités de Decisão de Crédito.

Neste cenário, mensalmente, a CAIXA procede à avaliação das imparidades, do qual resulta um relatório das análises e conclusões efetuadas. A identificação dos indícios de imparidade é feita numa base individual, quando a exposição é individualmente significativa, e numa base coletiva, quando a exposição não é individualmente relevante. As conclusões das análises resultaram na melhoria do rácio de cobertura do crédito vencido ao registar 51,92%, em Dezembro de 2014, contra 51,07% em 2013, com a ligeira degradação da carteira de crédito, medida quer através do rácio Crédito Vencido/Crédito Total, quer pelo Indicador de Qualidade de Crédito (Circular Série "A" nº150/DSE/2009).

Ao nível dos riscos de Liquidez e Taxa de Juro, de acordo com os regulamentos aprovados pelo Banco Central, a instituição disponibiliza a informação rigorosa, detalhada, permanente e tempestiva sobre os níveis de Liquidez e Taxa de Juro. A informação produzida e disponibilizada permite concluir que a CAIXA terminou o exercício económico com uma situação confortável em termos de liquidez.

Relativamente ao Risco Cambial, a CAIXA tem optado por manter as posições cobertas, evitando todo e qualquer ação especulativa. Como é evidente, ao incorrer em menos risco, reduz-se a possibilidade de aumentar resultado por esta via. No entanto, tem adotado uma política de taxas de câmbios mais atrativas para potenciar o negócio cambial.

No campo operacional, ainda que tímidos, alguns passos têm sido dados com vista ao seu acautelamento. No âmbito do Manual de Segurança, o Plano de Segurança, o Plano de Emergências e Evacuações, aprovados em 2013, foi possível fazer um upgrade substancial relativamente aos sistemas de deteção de incêndio, intrusão e roubo. A segurança dos arquivos continua sendo uma preocupação.

4.3. Recursos Tecnológicos e Informáticos

Durante o ano de 2014, a CAIXA prosseguiu a sua estratégia de melhoria contínua dos Sistemas de Informação e Parque Tecnológico, através da implementação e consolidação de alguns projetos e iniciativas estruturantes, dos quais se destacam: Sistema de Compensação de Cheques com Sistema Interbancário de Transmissão de Imagem de Cheques (SITIC), upgrade e reconfiguração de alguns equipamentos de comunicação, o Projeto Visa *Electron* com o Módulo de Cartões e Gestão das Autorizações em fase de teste desde 2012, que entrou definitivamente em produção em 2014.

No que tange ao Sistema de Compensação de Cheque – Subsistema Interbancária de Transmissão de Imagem de Cheques, com a supressão da troca física de cheques e documentos afins, mas também com a centralização do tratamento das informações, este investimento trouxe ganhos operacionais evidentes, tanto em termos de qualidade e rapidez, como a nível dos custos.

Ainda com objetivo de melhorar o tempo de resposta, a CAIXA substituiu todos os PC's de *back office*.

4.4. Organização e Qualidade

Enquadrados na visão estratégica de transformar a CAIXA no melhor banco universal de Cabo Verde, em 2014, a garantia de Segurança do Sistema de Informação e o Sistema de Gestão de Qualidade mantiveram-se no centro de atenção da CAIXA. Ambos os sistemas foram sujeitos a mais uma auditoria de acompanhamento, concluindo que a CAIXA estava em conformidade com os requisitos exigidos nas respetivas normas ISO 27001 e ISO 9001-2008, pelas quais foram renovados os correspondentes certificados.

Seguindo os requisitos da norma ISO 9001, e em busca de melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados, foram realizadas auditorias interna aos Serviços Centrais e Agências, e, de um modo geral, também foi possível concluir que o Sistema de Gestão cumpre com o requerido nos documentos de referências, sendo, no entanto, necessário analisar e corrigir alguns aspetos, de forma a garantir um desempenho otimizado e alinhado com o objetivo preconizado para este fim.

Outro requisito de qualidade que mereceu especial atenção foi a documentação dos processos, para a qual foram formalizados diversos procedimentos através de elaboração, atualização e aprovação de normas.

Neste âmbito, também as Reclamações de Clientes mereceram uma atenção particular, as quais são analisadas e tratadas em conformidade com as diretrizes do Banco de Cabo Verde.

Igualmente, no seguimento da certificação dos Sistemas de Informação segundo a ISO 27001, com apoio de consultores, foi realizada uma auditoria interna. Em resultado, e seguindo as recomendações, o Gabinete de Segurança acompanhou os projetos para solução dos "*findings",* registos e tratamento de incidentes de segurança.

4.5. Instalações

Desde a inauguração da Sede Nacional da CAIXA, em Dezembro de 2012, dada as condições que oferece, o Auditório tem sido muito solicitado para realização de diversos eventos (seminários, conferências), com elevada satisfação não só das organizações como dos participantes dos eventos.

A CAIXA prosseguiu em 2014 com a sua política de proximidade e melhoria da satisfação dos clientes, tendo inaugurado a Agência da Brava a 23 de Junho por altura das festas do Município, aproveitando a vinda dos muitos emigrantes residentes nos EUA.

Deu-se continuidade à implementação do "Projeto Uma Só Caixa" com a adjudicação das propostas de elaboração dos projetos de remodelação de algumas agências e adaptação de novas instalações. Ainda, neste âmbito, com objetivo de uniformizar a imagem das agências, procedeu-se ao refrescamento das agências Rª Grande, Paúl, Coculi e Porto Novo na ilha de Santo Antão, Santa Cruz e balcão do Aeroporto Aristides Pereira, Boavista.

No quadro da certificação segundo a ISO 9001, a operacionalidade dos edifícios e equipamentos críticos ao negócio constitui um dos requisitos essenciais para a manutenção da mesma, pelo que é garantida através da manutenção preventiva mediante um plano anual previamente elaborado seguido de um relatório do registo das manutenções e avarias. Neste âmbito, foi realizado um *upgrade* substancial relativamente aos sistemas de deteção de incêndio, intrusão e roubo.

4.6. Marketing

Com o objetivo de posicionar a CAIXA como o Banco dos Cabo-verdianos, sólido, em crescimento, inovador e que responda às necessidades dos clientes mediante melhoria dos produtos e serviços prestados, importantes atividades foram realizadas, com destaque para a continuação do projeto "Uma só Caixa", com implementação da nova imagem na Agência Brava inaugurada 23 de Junho, refrescamento de algumas Agências adaptando-as à nova imagem, bem como à inovação e desenvolvimento e promoção de novos produtos ativos e meios de pagamento eletrónicos.

Após a implementação do serviço *Private Banking*, na Praia, com o objetivo de prestar clientes particulares do segmento um atendimento personalizado, em 2014 foi lançado o cartão *Private* que permite melhor identificar o cliente.

Mais iniciativas foram preconizadas ao longo de 2014 com intuito de projetar a imagem da CAIXA junto da sociedade, entre as quais evidenciamos eventos sob o formato de patrocínios, feiras, contactos com jornais e TV. Destacamos o apoio à FECAD no projeto Língua Gestual na TCV, patrocínio das atividades da Federação Caboverdeana de Atletismo, das equipas de basquetebol que fizeram excelentes resultados na época desportiva *(Seven* Feminino, EBP-*New Talents* e Amibasquete com o slogan "Juntos no Desporto de Formação"), participação na Feira de Agronegócios e na FIC.

Também, com o objetivo de fortalecer a nova imagem e o posicionamento da marca CAIXA, foram feitas comunicações nos principais meios com projecção nacional e internacional, dos acontecimentos ao nível Institucional que tiveram lugar durante o ano, e continuou-se a utilizar os novos meios e suportes publicitários, nomeadamente, táxis, aeroportos, aviões, etc.

Dado ao atual contexto competitivo, os principais investimentos em inovação foram direcionados para o desenvolvimento de novos produtos e serviços, com objetivo não só de captação de novos clientes, mas também na fidelização da base atual de clientes, reforçando as funcionalidades e a qualidade dos serviços prestados.

No âmbito da parceria com Western Union apenas foi realizado um evento, a promoção "*Back to School*", com atribuição de brindes aos clientes WU.

No que toca a notoriedade, estudo realizado pela Afrosondagem sobre as marcas de confiança dos cabo-verdianos, em 2014, revela que, no sector financeiro a marca CAIXA tem merecido simpatia muitos cabo-verdianos ficando posicionado no 2º lugar. No entanto, de acordo com um inquérito promovido pela CTCV – Concursos e Turismo CV, com objetivo de criar um roteiro turístico, a CAIXA foi considerado, em sete faz 9 ilhas habitadas, o melhor banco para abrir uma conta. Enquadrada nas festividades do dia do Município – Santo Amaro, a Câmara Municipal do Tarrafal realizou a 1ª Gala Promov Tarrafal, onde a CAIXA foi galardoada como o Melhor Banco desse Concelho. Outra distinção atribuída a marca CAIXA, em 2014, foi a de Instituição Parceira do Ano, na Gala do Desporto, em comemoração do "Dia Nacional do Desporto".

4.7. Novos Canais Eletrónicos

Ao nível do sistema de pagamentos (meios e canais), 2014 foi marcado por uma forte dinâmica, com destaque para dois momentos importantes, o lançamento do Cartão de débito VISA *Electron* e a passagem para a SISP da personalização completa dos cartões VISA. Importante também foi a automatização da manutenção dos cartões capturados em lista negra.

A promoção de venda de cartões Vinti4 continuou sendo um desafio da CAIXA, em 2014, que resultou na emissão de 30.715 cartões mantendo assim a sua tendência crescente na ordem dos 16,2%, representando uma quota de mercado de 35,6%. No que toca aos cartões ativos, a CAIXA terminou o ano de 2014 com um total de 77.843, correspondendo a 43,8% do total de cartões em circulação na rede.

Por sua vez, a emissão de cartões VISA Crédito quase que duplicou ao registar um aumento de 99%, enquanto o Pré-pago conheceu uma ligeira diminuição, 1%. Esta diminuição pode estar relacionada com lançamento do VISA *Electron*, que registou uma emissão de 599 cartões.

Com a inauguração da agência Brava, em Junho de 2014, a CAIXA instalou mais um ATM, totalizando 33 máquinas distribuídas pelas ilhas.

Ao longo de 2014, nas 33 ATM's foram realizadas cerca de 2.723 mil operações e movimentados aproximadamente 8.347.084 mil escudos, evidenciando um crescimento de 4,0% e 9,2% em relação ao ano anterior, respetivamente. Destas, cerca de 2.657 mil operações (97,5%), num total de 7.587.866 mil escudos, foram efetuadas por clientes da rede Vinti4, e o remanescente por clientes do sistema VISA e Mastercard com 1,8% e 0,7%, respetivamente. De realçar, ainda, que o levantamento em numerário continua sendo o tipo de serviço mais procurado pelos utilizadores do sistema Vinti4 que procuram os ATM's da CAIXA, representando cerca de 54% das operações nelas realizadas.

No que respeita aos terminais de pagamento automático (POS), apesar de, em Dezembro de 2014, a CAIXA apenas registar 755 máquinas ativas, refletindo uma redução de 14,3%, o nº de transações e valor movimentado evoluiu em sentido contrário com mais 51,3% e 26,5%, respetivamente, comparativamente ao período homólogo.

A adesão a CAIXAnet conheceu uma retração em 2014, tendo abrandado o ritmo adesão em cerca 10%. Não obstante, o número de transações processadas ao alcançar 4.018 mil, registou um crescimento de 17,3%, no ano, sendo que as consultas dominaram com cerca de 96,5% (3.876 mil consultas), aliviando e muito a pressão nos balcões.

4.8. Relações com os Emigrantes

No quadro das orientações estratégicas, o segmento Emigrante continua a merecer uma atenção especial da CAIXA, privilegiando a proximidade, a oferta de produtos e serviços específicos para o segmento e melhoria da qualidade do atendimento.

Neste âmbito, a CAIXA participou no evento "*Djarfogo* na Merca", promovido pelas 3 Câmaras Municipais do Fogo, entre 25 e 31 de Agosto, com um *stand* com objetivo de reforçar contactos com os emigrantes nos EUA. A nível nacional, por altura das festas de município e romaria a CAIXA organizou um encontro com emigrantes em São Filipe-Fogo e participou em vários, nomeadamente, Tarrafal de Santiago, Santa Cruz, Mosteiros, Cidade Velha.

4.9. Relações Internacionais

No ano 2014, a área Internacional continuou a sua missão de desenvolver e otimizar as relações e negócios com o exterior, num contexto caracterizado pela mudança de estratégia dos bancos correspondentes que, na prática, tem mostrado resistência na prestação de serviço de cobrança de cheques denominados em USD, como meio de liquidação de operações de comércio externo. Em consequência, os cheques tornaram-se num instrumento pouco eficaz, pelo que tem sido aconselhados os clientes a optarem por outros meios de pagamentos (transferências, cartões de crédito e débito) mais práticos, céleres e com menor risco.

Com o objetivo de cada vez mais e melhor responder às necessidades dos nossos clientes e da comunidade cabo-verdiana na diáspora, esforços tem vindo a ser feitos no sentido de estreitar e reforçar as relações com os correspondentes nomeadamente no alargamento dos serviços prestados.

Assim, no âmbito da gestão e desenvolvimento da rede de correspondentes e parceiros internacionais, a Caixa manteve contactos permanentes e participou em vários encontros com responsáveis de diversos bancos e instituições internacionais, nomeadamente, na conferência sobre "o Futuro do Sector Financeiro em Mercados Emergentes" organizado pelo FMO em Roterdão, Holanda. Nesta conferência, que foi uma oportunidade para ouvir grandes oradores e painelistas qualificados, trocar ideias e experiências, estiveram presentes mais de 350 representantes do sector financeiro de mais de 60 países diferentes. Desta conferência chegou-se à conclusão de que o mundo à nossa volta está a mudar e que os bancos precisam inovar para permanecerem relevantes, e a capacitação dos empresários e apoio às PME são aspetos a ter em conta para alcançar este objetivo.

De realçar, ainda, que a CAIXA tem mantido relações estreitas com a *Western Union*, cuja parceria remonta há mais de uma década.

Dos vários encontros com parceiros e instituições financeiras internacionais, destacam-se:

- FMI no âmbito das missões de avaliação do desempenho macroeconómico.

- *Standard & Poors* para a determinação do rating do país.

Outro aspeto relevante a destacar em 2014 foi a inscrição da CAIXA no FATCA – *Foreign Account Tax Compliance Act,* com o estatuto de "*Registered Deemed Compliant FFI - Reporting FFI Model 1 IGA*", dando assim cumprimento ao acordo entre o Estado de Cabo Verde e a IRS – *Internal Revenue Service* dos Estado Unidos da América. O *FATCA* consiste num regime anti evasão fiscal, criado pelo

departamento do tesouro americano com o objetivo de garantir e tornar efetiva a capacidade do IRS de identificar possíveis omissões de rendimentos por parte dos contribuintes americanos em território estrangeiro.

Atualmente, a CAIXA dispõe de cerca 15 correspondentes, nas várias divisas e sediadas em vários países. Os principais correspondentes:

CORRESPONDENT BANKS LIST & SSI's		
Currency	*Bank & City*	*Swift Code*
EUR, USD, CAD	MONTEPIO GERAL - CAIXA ECONÓMICA, LISBON	MPIO PT PL
EUR	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, LISBON	CGDI PT PL
EUR	BANCO ESPIRITO SANTO, LISBON	BESC PT PL
EUR	BANCO BPI, LISBON	BBPI PT PL
EUR	BANCO DO BRASIL AG, SUCURSAL EM PORTUGAL, LISBON	BRAS PT PL
EUR	NATIXIS, PARIS	NATX FR PP
EUR	INTESA SANPAOLO SPA, MILAN	BCIT IT MM
EUR	COMMERZBANK, FRANKFURT	COBA DE FF
EUR	BANCO SANTANDER, SA, MADRID	BSCH ES MM
EUR USD GBP	BANQUE ET CAISSE D'EPARGNE DE L'ETAT, LUXEMBOURG	BCEE LU LL
EUR	ABN AMRO BANK, AMSTERDAM	ABNA NL 2A
EUR	BANK OF CHINA, MACAU BRANCH, MACAU	BKCH MO MX
CHF	CREDIT SUISSE, ZURICH	CRES CH ZZ80A
DKK	DANSKE BANK, COPENHAGEN	DABA DK KK
SEK	SKANDINAVISKA ENSKILDA BANKEN, STOCKHOLM	ESSE SE SS

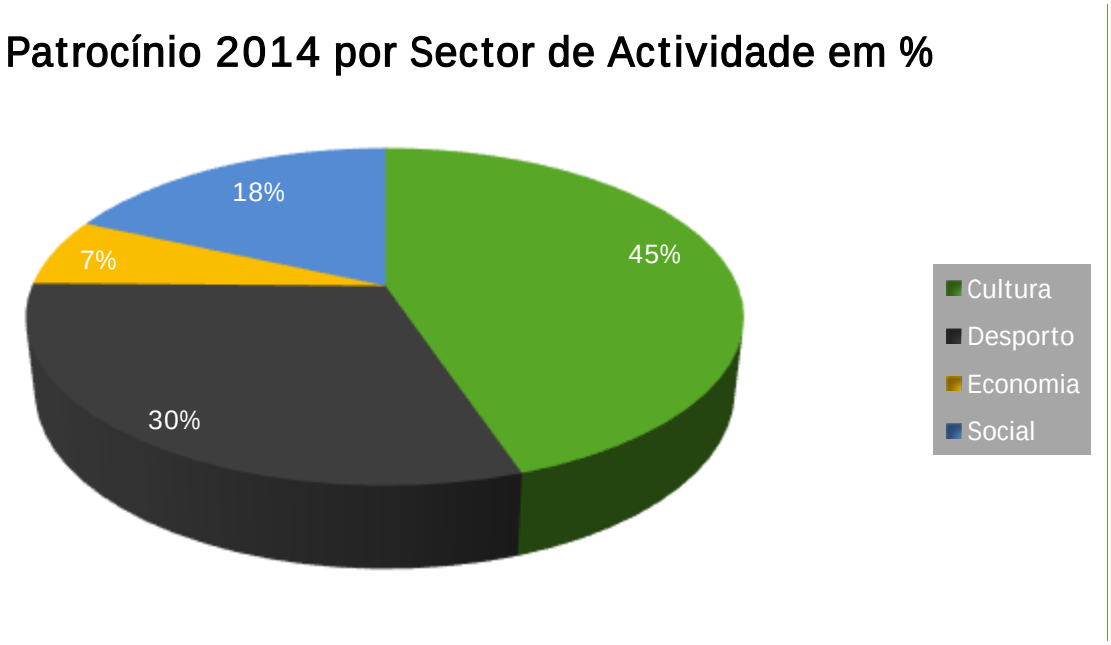
4.10. Atividades no Âmbito da Responsabilidade Social

O posicionamento da CAIXA sempre foi suportado em princípios fundamentais de crescimento e inovação, com vista a uma melhor integração e prosperidade da sociedade em que se insere.

Neste âmbito, a componente responsabilidade social adquire particular relevância. Nos últimos anos, a CAIXA investiu de forma consistente em projetos neste domínio e 2014 não foi exceção, com ligeiro reforço comparativamente a 2013.

Seguindo a sua política de Responsabilidade Social, a CAIXA patrocinou e apoiou diversas atividades nas áreas sociais, desportivas e culturais, sendo que à vertente cultural coube a maior fatia do orçamento, com 45%, seguida da desportiva, com 30%.

Gráfico IX - Patrocínio 2014 por sector de atividades



Foram patrocinados grandes eventos que fazem parte da agenda cultural do país, nas vertentes de Literatura, Teatro e Musica, nomeadamente, Mon na Roda, Academia de Letras, Fundação Amilcar Cabral, etc.

A CAIXA, enquanto empresa cidadã e envolvida na problemática da inclusão social, no âmbito da comemoração do 4ª Aniversário do Grupo Mon na Roda, associou ao grupo, para promover uma exposição de quadros inéditos, com descritivos em braile, intitulada "Tocar para Ver", decorrida no *hall* de entrada da Sede da CAIXA, entre 18 e 24 de Outubro.

No Desporto, destacam-se os patrocínios à AMIBASKET - escola de formação dos jovens em basquetebol, ao Sporting Clube da Praia para a época desportiva 2014/2016, à Associação Regional de Basquete Santiago Sul, aos *New Talents* de Ponta d´Agua, ao atleta Para-olímpico Márcio Fernandes, etc.

No domínio Social, a Festa de *Nho San* Filipe foi contemplada, assim como, a festa do Município Tarrafal (show da manhã), a Câmara Municipal de São Miguel, a FECAD – língua gestual na TCV, etc.

A CAIXA assinou um protocolo com a Câmara Municipal da Brava, com o propósito de estabelecer as condições de cooperação entre as partes, na implementação de ações de apoio à Câmara Municipal da Brava, relativas às obras de requalificação da Praça Nova Sintra.

Ainda no quadro da política de responsabilidade social, a CAIXA disponibilizou o auditório a diversas Instituições, onde foram realizados 44 eventos, todos com um elevado nível de satisfação por parte das organizações e públicos-alvo dos eventos, pelas condições das instalações.

Prosseguindo com a visão estratégica de ser um banco fortemente engajado no processo de desenvolvimento do país, a "CAIXA empresa cidadã" é responsável pela gestão da Linha de Crédito POVBHSASN, por força dum protocolo assinado entre o MDR, o MFP e a Caixa Económica, no âmbito do Projeto Ordenamento Valorização de Bacias Hidrográficas de Santo Antão e S. Nicolau, financiado pelo BADEA (Banco árabe para Desenvolvimento em África Ocidental). A CAIXA tem a responsabilidade de gerir os fundos da linha de crédito que se destinam a financiar as atividades agropecuárias nas ilhas de Sto. Antão e S. Nicolau, através das Instituições de Micro-Finanças.

5. ANÁLISE DA RENDIBILIDADE

5.1 Resultados do Exercício

A CAIXA, no ano findo, alcançou um Resultado Líquido de 230.132 mil escudos, mais 24.290 mil escudos que o montante conseguido em 2013, o que representa um aumento de 11,80%. A Margem Financeira, principal componente do Produto Bancário com um peso de 87,6%, situou-se nos 1.621.776 mil escudos representando um decréscimo de 137.896 mil escudos (7,84%) face ao ano anterior, provocado, em grande medida, pelo acréscimo dos Juros e Encargos Similares que aumentou em 107.019 mil escudos (7,80%) contra os Juros e Rendimentos Similares que diminuíram em 30.877 mil escudos (-0,99%), refletindo a situação de excesso de liquidez.

Por sua vez, a Margem Complementar registou uma evolução positiva na maioria dos seus componentes, sendo de destacar os Resultados em Operações Financeiras, que conheceram um aumento de 8.330 mil escudos (11,31%), tendo passado de 73.672 mil escudos, em Dezembro de 2013, para 82.002 mil escudos, em Dezembro de 2014, o Resultados de Alienação de Ativos, que em 2013 tinha atingido 5.042 mil escudos, registou em 2014, 11.172 mil escudos evidenciando um acréscimo de 6.130 mil escudos. A rubrica Outros Resultados de Exploração, igualmente, contribuiu de forma positiva para a Margem complementar, tendo observado um acréscimo de 8.667 mil escudos, i.e., mais 40,04%, comparativamente a 2013.

Tendo em conta a evolução da Margem Financeira, o Produto Bancário diminuiu em 6,16%, em relação a 2013, tendo atingido 1.850.923 mil escudos em Dezembro de 2014.
Os Gastos Administrativos (Gastos Gerais Administrativos e Custos Com Pessoal), por sua vez, aumentaram 6,39% (71.896 mil escudos), absorvendo 64,7% do Produto Bancário, justificado, sobretudo, pelo aumento dos Gastos Gerais Administrativos em 7,6% (40.604 mil escudos). Os Gastos com Pessoal cresceram 5,30% (31.292 mil escudos). A rubrica Amortizações do Exercício decresceu 0,15% (353 mil escudos). Em consequência, o rácio *Cost to Income* situou-se nos 77,24%.

As Provisões e Imparidades Líquidas do exercício totalizaram 156.869 mil escudos, menos 56,64% que 2013, mas contribuindo para o reforço da Imparidade Acumulada. Neste quadro,

o Resultado de Exploração atingiu 264.480 mil escudos, demonstrando um aumento de 11.873 mil escudos (+4,70%).

Contrariamente, os Resultados em Empresas Associadas contribuíram de forma negativa para o Resultado Líquido, ao acumularem, em 2014, um prejuízo de 10.843 mil escudos, embora menos 24.003 mil escudos (68,88%) que em 2013.

Os resultados parcelares (Amortizações, Provisões, Imparidades e Resultados) conduziram a um decréscimo do *Cash Flow* do Exercício na ordem de 181.005 mil escudos, (-22,61%), fixando-se nos 619.656 mil escudos.

Quadro VIII - Evolução dos Resultados (contos)

RUBRICAS	2013 Valor	2014 Valor	Variação Valor	Variação %
Juros e rendimentos similares	3.132.397	3.101.520	-30.877	-0,99
Juros e encargos similares	1.372.725	1.479.744	107.019	7,80
Margem Financeira	**1.759.672**	**1.621.776**	**-137.896**	**-7,84**
Rendimentos e instrumentos de capital	0	0	0	0,00
Rendimentos de serviços e comissões (liq.)	112.415	105.658	-6.757	-6,01
Resultados em operações financeiras	73.672	82.002	8.330	11,31
Resultados de alienação de activos	5.042	11.172	6.130	0,00
Outros resultados de exploração	21.647	30.314	8.667	40,04
Margem Complementar	**212.776**	**229.146**	**16.370**	**7,69**
Produto Bancário	**1.972.448**	**1.850.923**	**-121.525**	**-6,16**
Gastos com Pessoal	590.854	622.146	31.292	5,30
Gastos Gerais Administrativos	534.168	574.772	40.604	7,60
Gastos Administrativos	1.125.022	1.196.918	71.896	6,39
Amortizações	233.009	232.656	-353	-0,15
Total Custos Operativos	1.358.031	1.429.574	71.543	5,27
Provisões e Imparidade (liq.)	361.810	156.869	-204.941	-56,64
Resultado de Exploração	**252.607**	**264.480**	**11.873**	**4,70**
Resultados em Empresas Associadas	-34.846	-10.843	24.003	-68,88
Resultado antes de impostos	**217.761**	**253.637**	**35.876**	**16,47**
Impostos correntes	0	0	0	0,00
Impostos diferidos	11.919	23.505	11.586	97,20
Imposto sobre lucros	11.919	23.505	11.586	97,20
Resultado Liquido	**205.842**	**230.132**	**24.290**	**11,80**

5.1 Rendibilidade e Eficiência

Os principais indicadores de rendibilidade refletem em certa medida a ligeira melhoria do desempenho da CAIXA, em 2014.

Assim, a Rendibilidade do Ativo (ROA) passou de 0,43%, em 2013, para 0,44%, em 2014, e a Rendibilidade dos Recursos Próprios (ROE), por sua vez, atingiu os 6,09%, em 2014, após ter registado 5,78%, em 2013.

O rácio *Cost to Income,* indicador da eficiência da instituição, deteriorou-se de 68,85% para 77,24%, pelo facto de, contrariamente ao Produto Bancário que registou uma diminuição de cerca de 6,16%, os Custos Operativos terem conhecido um aumento em torno dos 5,27%.

A Produtividade dos trabalhadores, medida pelo rácio Produto Bancário/ Nº médio de Trabalhadores Ativos, registou uma evolução negativa, passando de 6.542 mil escudos para 5.942 mil escudos.

Quadro IX - Indicadores de Rendibilidade e Eficiência

Indicadores de Rendibilidade e Eficiência	2013	2014
Resultado do Exercício/ Recursos Próprios Médios (ROE) (%)	5,78	6,19
Resultado do Exercício/ Ativo Líquido Médio (ROA) (%)	0,43	0,44
Cash Flow do Exercício/ Recursos Próprios Médios (%)	22,5	16,7
Cash Flow do Exercício/ Ativo Líquido Médio (%)	1,7	1,2
Custos Operativos/ Produto Bancário (*Cost to Income*) (%)	68,85	77,24
Produto Bancário/ Nº Médio de Trabalhadores (contos)	6.542,1	5.942,0
Cash Flow do Exercício/ Nº Médio de Trabalhadores (contos)	2.655,6	1.989,3

5.1 Rácios Prudenciais

No que respeita à solidez e à sustentabilidade financeira, a CAIXA tem cumprido os parâmetros prudenciais estabelecidos pelo Banco de Cabo Verde, com todos os rácios acima dos mínimos exigidos.

Os Fundos Próprios da instituição evoluíram de 3.555.848 mil escudos, em 2013, para 3.700.219 mil escudos, em 2014, exibindo um incremento de 144.371 mil escudos (4,06%), explicado, sobretudo, pelo aumento dos Capitais Próprios por via do resultado.

O Rácio de Solvabilidade situou-se nos 15,19% em Dezembro de 2014, ressaltando uma margem de, aproximadamente, 5,2% sobre o mínimo exigido. O Rácio de Cobertura de Imobilizado assentou-se, por sua vez, nos 161,12%, situando-se acima do limite definido (100%).

Quadro X - Rácios Prudenciais

Rácios Prudenciais	2013	2014
Fundos Próprios (contos)	3.555.848	3.700.219
Rácio de Solvabilidade	14,29	15,19
Rácio Fundos Próprios/Imobilizado Líquido	145,31	161,12

5.2 Provisões e Imparidade

As Provisões e Imparidade Líquidas do Exercício, que em 2013 somaram 361.810 mil escudos, registaram 156.869 mil escudos em 2014, refletindo um decréscimo de 204.941 mil escudos, i.e., -56,6%, sendo que as Imparidades de Crédito, que em 2013, representavam 97,2% do total, em 2014, a quota subiu para 97,6%.

Quadro XI - Provisões e Imparidades líquidas

Provisões e Imparidade Liquidas	2013		2014		Variação	
	valor	%	valor	%	valor	%
Crédito a Clientes	351.814	97,2%	153.099	97,6%	-198.715	-56,5%
Imóveis	2.296	1,7%	0	0,0%	-2.296	-100,0%
Diversos	7.700	0,0%	3.769	2,4%	-3.931	-51,1%
Total	**361.810**	**100,0%**	**156.869**	**100,0%**	**-204.942**	**-56,6%**

5.3 Créditos e Juros Vencidos

Em 2014, a qualidade da carteira de crédito não evidenciou alterações importantes a assinalar, tendo o rácio Crédito Vencido/Credito total evoluído de 17,30% para 17,97% (um acréscimo de 0,67pp), não obstante, o esforço da CAIXA no acompanhamento dos créditos com vista a sua recuperação, refletindo, assim, o contexto económico desfavorável.

A Cobertura de Crédito por Imparidade foi reforçada ligeiramente, tendo o rácio evoluído de 51,07%, em 2013, para 51,92%, em 2014.

Quadro XII - Créditos vencidos, Imparidade e rácios de créditos vencidos

Créditos e Juros vencidos	2013	2014
Créditos e Juros vencidos**	4.832.471	5.034.787
Imparidade para Créditos e Juros vencidos***	2.467.819	2.614.190
Créditos e Juros vencidos / Crédito Total	17,30%	17,97%
Créditos e Juros vencidos / Crédito Total*	16,49%	16,99%
Imparidade para Créditos e Juros vencidos / Créditos e Juros vencidos	51,07%	51,92%

* Com a inclusão dos títulos das empresas no crédito

** Não inclui as despesas vencidas

*** Não inclui imparidade para títulos

6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Considerando:

a. Que o Resultado Líquido do exercício de 2014 ascendeu ao valor de 230.132 mil escudos;
b. Que a instituição encontra-se cotada na Bolsa de Valores de Cabo Verde e a importância da sua política de dividendos como sinal para o mercado;
c. O esforço financeiro que a CAIXA está fazer com vista à materialização do seu Plano Estratégico;
d. Necessidade de a CAIXA manter os níveis confortáveis que apresenta atualmente em matéria de rácios prudenciais, nomeadamente, Fundos Próprios, Solvabilidade e Concentração de Risco, condição essencial para a expansão do negócio e, por conseguinte, para a expansão do Balanço nos próximos anos, que, por seu turno, alavancará o crescimento sólido e estável dos Resultados de Exploração;
e. A prática da Instituição em termos de distribuição de dividendos;
f. As recomendações do Banco de Cabo Verde;

O Conselho de Administração apresenta a seguinte proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício:

Reservas Obrigatórias (10%)	23.013.210$00
Reservas Livres (47,66%)	109.678.896$00
Dividendos (42,34% - 70 CVE por Acão)	97.440.000$00
Total	**230.132.106$00**

7. NOTAS FINAIS

A Caixa Económica de Cabo Verde culminou o exercício de 2014 com resultados positivos, espelhando indicadores de dimensão e desempenho em constante progressão, o que muito vem contribuindo para a sua credibilidade enquanto instituição financeira, contribuindo, deste modo, para o reforço da sua imagem e visibilidade no mercado cabo-verdiano.

Neste momento de balanço, apraz-nos registar os resultados alcançados, os quais deveram-se, essencialmente, à confiança dos Clientes e Parceiros, que inquestionavelmente, contribuíram para o desempenho da instituição, para o seu engrandecimento e a consolidação da sua posição no sistema

financeiro, na economia e sociedade cabo-verdianos, bem assim aos trabalhadores desta instituição a que devemos o merecido reconhecimento pelo esforço em prol do seu engrandecimento, o que muito nos incentiva na nossa missão de gerir este banco.

O Conselho de Administração agradece, ainda, especialmente:

Às Autoridades Oficiais, pelo exercício da sua missão governativa em prol do desenvolvimento de Cabo Verde e do seu sistema financeiro;

Ao Banco de Cabo Verde, pelo acolhimento, profissionalismo, competência e rigor no exercício da sua atividade de supervisão;

Aos Senhores Acionistas, pela confiança, apoio e compreensão demonstrados;

Aos membros do Conselho Fiscal, pela Acão desenvolvida no acompanhamento atento da atividade da instituição;

A todos os colaboradores, pelo empenhamento e dedicação que dispensaram no desempenho das suas atribuições, ao longo do exercício, contribuindo decisivamente para os resultados alcançado.

BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(Milhares de Escudos)

ATIVO	2013	2014		
	Ativo líquido	Ativo Bruto	Prov., Imparid. e Amort.	Ativo líquido
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	5.691.712	11.337.246	0	11.337.246
Disponibilidades em outras instit.de crédito	661.616	1.071.043	0	1.071.043
Ativos financeiros detidos para negociação	0	0	0	0
Outros ativos financeiros ao justo valor/resultados	0	0	0	0
Ativos financeiros disponíveis para venda	3.823	4.023	200	3.823
Aplicações em instituições de crédito	6.834.487	3.140.246	0	3.140.246
Crédito Clientes	33.707.352	37.282.043	2.626.674	34.655.369
Propriedades de investimento	5.284	8.664	3.410	5.255
Outros ativos tangíveis	2.317.576	3.508.482	1.320.102	2.188.380
Ativos intangíveis	45.954	294.171	264.061	30.110
Investimentos em filiais, associadas e emp. conjunto	125.638	104.376	0	104.376
Ativos por impostos correntes	45.514	56.407	0	56.407
Ativos por impostos diferidos	43.677	20.172	0	20.172
Outros ativos	1.176.963	1.810.933	41.067	1.769.865
TOTAL DO ATIVO	50.659.596	58.637.806	4.255.515	54.382.292

PASSIVO	2013	2014
Recursos de bancos centrais	0	0
Recursos de outras instituições de crédito	943.406	929.065
Recursos de clientes e outros empréstimos	45.628.646	49.322.386
Provisões	55.082	55.081
Passivos por impostos correntes	0	0
Passivos por impostos diferidos	0	0
Outros passivos	367.098	308.239
Capital	1.392.000	1.392.000
Outras reservas e resultados transitados	2.067.522	2.145.387
Resultado do exercício	205.842	230.132
(Dividendos antecipados)	0	0
TOTAL DO PASSIVO	46.994.232	50.614.772
TOTAL DO PASSIVO + CAPITAL	50.659.596	54.382.292

(Milhares de Escudos)

DEMOSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2013	2014
Juros e rendimentos similares	3.132.397	3.101.520
Juros e encargos similares	1.372.725	1.479.744
Margem financeira	1.759.672	1.621.776
Rendimentos de instrumentos de capital	0	0
Rendimentos de serviços e comissões	181.864	167.992
Encargos com serviços e comissões	69.449	62.334
Resultados de reavaliação cambial	73.672	82.002
Resultados de alienação de outros ativos	5.042	11.172
Outros resultados de exploração	21.647	30.314
Produto bancário	1.972.448	1.850.923
Custo com pessoal	590.854	622.146
Gastos gerais administrativos	534.168	574.772
Amortizações do exercício	233.009	232.656
Provisões líquidas de reposições e anulações	9.996	3.769
Imparidade outros ativos financeiros liquidos reversões e recup.	351.814	153.099
Imparidade outros ativos liquidos reversões e recuperaç	0	0
Resultados em empresas associadas	-34.846	-10.843
Resultado antes de impostos	217.761	253.637
Impostos		
Correntes	0	0
Diferidos	11.919	23.505
Resultados após impostos	205.842	230.132

O Conselho de Administração:

Presidente - Emanuel de Jesus da Veiga Miranda

Vice – Presidente - Diogo Campos Barradas de Lacerda Machado

Vogal - Leonesa Maria do Nascimento Lima Fortes

Vogal - Filinto Elísio Alves dos Santos

Vogal - Luís Manuel Veloso de Almeida

Vogal – Paulo de Oliveira Lima

Vogal – Nuias Mendes Barbosa da Silva

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores Accionistas da

CAIXA – Caixa Económica de Cabo Verde

Nos termos estatutários e em conformidade com o mandato que nos foi conferido, cumpre-nos apresentar o Relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o Relatório de Gestão, contas e proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração da Caixa Económica de Cabo Verde, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

Acompanhamos a evolução da actividade da CAIXA e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, efectuando as análises julgadas convenientes.

Averiguamos a observância da Lei e dos Estatutos da CAIXA, verificámos se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados.

Apreciámos os documentos de prestação de contas, nomeadamente, o Relatório de Gestão, elaborado pelo Conselho de Administração, bem como as demonstrações financeiras apresentadas, que compreendem: o Balanço, as Demonstrações dos Resultados, dos Fluxos de Caixa e das Alterações nos Capitais Próprios do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

Procedemos à análise do Relatório de Auditoria emitido pela Deloitte & Associados, SROC, S.A. que contém uma reserva e quatro ênfases, que foram devidamente explicadas pelo Conselho de Administração.

Da análise dos documentos concluímos que:

1. As demonstrações financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da CAIXA;
2. As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;
3. O Relatório de Gestão apresenta a evolução dos negócios e da situação da CAIXA, em conformidade com as disposições legais e estatuárias.

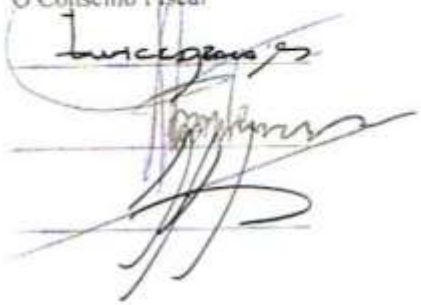
Em resultado do trabalho desenvolvido somos de parecer que a Assembleia Geral da CAIXA aprove:

a) O Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014;

b) A proposta de aplicação de resultados.

Praia, 08 de Maio de 2014

O Conselho Fiscal



RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

CAIXA ECONÓMICA DE CABO VERDE, S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2014 acompanhadas do Relatório de Auditoria

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Edifício Atrium Saldanha
Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º
1050-094 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 427 500
Fax: +(351) 210 427 950
www.deloitte.pt

RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Ao Conselho de Administração
da Caixa Económica de Cabo Verde, S.A.R.L.

Introdução

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Caixa Económica de Cabo Verde, S.A.R.L. ("Caixa"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014, que evidencia um total de mCve. 54.382.292 e um capital próprio de mCve. 3.767.519 incluindo um resultado líquido de mCve. 230.132, as Demonstrações dos resultados e do outro rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo (Notas 1 a 32).

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2. O Conselho de Administração da Caixa é responsável pela preparação e adequada apresentação destas demonstrações financeiras, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, e pelo controlo interno que determine ser necessário para assegurar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Responsabilidade do auditor

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

4. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e adequada apresentação das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas efectuadas pelo Conselho de Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.

5. Consideramos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada como base para a nossa opinião de auditoria com reservas.

"Deloitte" refere-se a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido (DTTL), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro e respectivas entidades relacionadas. A DTTL e cada uma das firmas membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL (também referida como "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Para aceder à descrição detalhada da estrutura legal da DTTL e suas firmas membro consulte http://www.deloitte.com/pt/about.

Tipo: Sociedade civil sob a forma comercial | Capital Social: 500.000,00 Euros | Matrícula C.R.C. de Lisboa e NIPC: 501 776 311
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 – 6º, 1050-094 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto

Bases para a Opinião com Reservas

6. Em 31 de Dezembro de 2014 a carteira de crédito da Caixa inclui um conjunto de créditos concedidos que apresentam indícios de imparidade nos termos definidos na Nota 2.2, incluindo prestações vencidas de capital e juros, para os quais as estimativas de cobrabilidade reflectidas na imparidade individual registada assentam essencialmente na recuperação dos imóveis/terrenos recebidos em hipoteca e na expectativa de uma evolução favorável da situação financeira de alguns devedores. No entanto, para um conjunto relevante desses imóveis/terrenos, incluindo um hotel já recebido em dação em pagamento no final de 2013 no montante de mCve. 244.460 (Nota 13), a Caixa não obteve relatórios de avaliação elaborados por peritos avaliadores independentes e para outros créditos não existe actualmente evidência que permita confirmar as expectativas da Caixa de evolução favorável da situação financeira dos devedores.

   Por outro lado, não obstante a Caixa ter vindo a aperfeiçoar o seu modelo de determinação de imparidade colectiva, existem ainda algumas inconsistências ao nível da informação histórica utilizada e da classificação das operações e dos procedimentos de identificação e calculo de perdas por imparidade de créditos reestruturados. O Conselho de Administração da Caixa tenciona implementar um conjunto de medidas de melhoria no modelo de imparidade com vista à resolução destas situações durante o exercício de 2015.

   Face ao exposto não nos é possível quantificar o acréscimo nas perdas por imparidade para crédito concedido e para imóveis recebidos em dação registadas pela Caixa em 31 de Dezembro de 2014 que resultaria da resolução das situações acima descritas.

Opinião

7. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos do assunto descrito no parágrafo 6 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Caixa Económica de Cabo Verde, S.A.R.L. em 31 de Dezembro de 2014, bem como o resultado e o outro rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Ênfases

8. Conforme descrito na Nota 13, em 31 de Dezembro de 2014 a Caixa tem registadas bonificações a receber no montante de mCve. 733.006 (mCve. 765.311 em 31 de Dezembro de 2013). Tendo por base uma auditoria externa efectuada à aplicação do regime de crédito bonificado, a Direcção Geral do Tesouro (DGT) questionou a elegibilidade de um conjunto de operações. Em 24 de Março de 2015, a DGT comunicou à Caixa que irá assumir a dívida relativa a parte das bonificações de crédito à habitação reclamadas entre 2004 e 2008, no montante de mCve. 169.883, e à totalidade dos valores reclamados no período entre 2009 e 2012 no montante de mCve. 359.590, embora não esteja ainda definido um plano de pagamento. Adicionalmente, considerou não elegíveis bonificações reclamadas entre 2004 e 2008 que ascendiam a mCve. 127.977, tendo a Caixa anulado este montante nas demonstrações financeiras do exercício de 2014 por contrapartida de resultados transitados e reexpresso as demonstrações financeiras do exercício de 2013 em conformidade (Nota 2.3). Ainda segundo a referida comunicação, as bonificações de 2013 e 2014, cujo valor reclamado ascende a mCve. 192.473, serão confirmadas e validadas mediante a inserção no sistema informático de controlo e monitorização do crédito bonificado, sendo entendimento do Conselho de Administração da Caixa que serão também integralmente confirmadas.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

9. Na reunião da Assembleia Geral realizada em 11 de Abril de 2014 foi deliberada a distribuição de dividendos no montante de mCve. 174.000 condicionada à pronúncia do Banco de Cabo Verde. Através de ofício datado de 23 de Maio de 2014, o Banco Central de Cabo Verde solicitou ao Conselho de Administração a apresentação de uma proposta de aplicação de resultados que não contemplasse a distribuição de dividendos. Em reunião extraordinária da Assembleia Geral realizada em 28 de Julho de 2014, o Conselho de Administração deu a conhecer aos Accionistas a posição do Banco de Cabo Verde, os quais confirmaram a sua deliberação de 11 de Abril de 2014 de distribuição de dividendos no referido montante. Não obstante, tendo em conta as comunicações recebidas do Banco de Cabo Verde, até 31 de Dezembro de 2014 o Conselho de Administração não procedeu à referida distribuição nem ao registo contabilístico da decisão de aplicação de resultados deliberada em Assembleia Geral (Nota 19).

10. Conforme mencionado na Nota 13, em 31 de Dezembro de 2014 a rubrica "Activos não correntes detidos para venda" inclui um conjunto de terrenos para construção recebidos pela Caixa em dação em cumprimento de créditos vencidos, cujo montante total ascende a mCve. 606.406. Não foram registadas perdas por imparidade para estes terrenos face ao valor das respectivas avaliações efectuadas por peritos avaliadores independentes. Não obstante, atendendo à natureza dos imóveis e à situação do mercado imobiliário em Cabo Verde, a realização do valor de balanço destes activos dependerá do sucesso dos esforços a desenvolver pelo Banco ao nível da sua comercialização e da evolução do mercado imobiliário.

11. As demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2013 são apresentadas pela Caixa para efeitos comparativos e de forma a dar cumprimento aos requisitos de publicação de contas. O nosso Relatório de Auditoria sobre estas demonstrações financeiras, datado de 24 de Fevereiro de 2014, continha reservas relativas aos assuntos descritos nos parágrafos 6 e 8 acima.

Lisboa, 17 de Abril de 2015

Deloitte

Deloitte & Associados, SROC S.A.

CAIXA ECONÓMICA DE CABO VERDE, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (PRÓ-FORMA) E 1 DE JANEIRO DE 2013 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

ACTIVO	Notas	2014 Activo Bruto	2014 Provisões, imparidade e amortizações	2014 Activo líquido	(Pró-forma) 31-12-2013 Activo líquido	(Pró-forma) 01-01-2013 Activo líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3	11.337.246	-	11.337.246	5.691.712	2.846.489
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	1.071.043	-	1.071.043	661.616	894.667
Activos financeiros disponíveis para venda	5	4.023	(200)	3.823	3.823	3.823
Aplicações em instituições de crédito	6	3.140.246	-	3.140.246	6.834.487	5.336.365
Crédito a clientes	7	37.282.043	(2.626.674)	34.655.369	33.707.352	32.350.070
Propriedades de investimento	8	8.664	(3.410)	5.254	5.284	5.314
Outros activos tangíveis	9	3.508.482	(1.320.102)	2.188.380	2.317.576	2.476.057
Activos intangíveis	10	294.171	(264.061)	30.110	45.954	3.988
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	11	104.376	-	104.376	125.638	150.490
Activos por impostos correntes	12	56.407	-	56.407	45.514	10.481
Activos por impostos diferidos	12	20.172	-	20.172	43.677	57.136
Outros activos	13	1.810.933	(41.067)	1.769.866	1.048.986	717.945
Total do activo		58.637.806	(4.255.514)	54.382.292	50.531.619	44.852.825

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2014	(Pró-forma) 31-12-2013	(Pró-forma) 01-01-2013
Recursos de outras instituições de crédito	14	929.065	943.406	1.232.508
Recursos de clientes e outros empréstimos	15	49.322.386	45.628.646	39.930.010
Provisões	16	55.081	55.081	48.148
Passivos por impostos diferidos		-	-	1.539
Outros passivos	17	308.241	367.099	309.075
Total do passivo		50.614.773	46.994.232	41.521.280
Capital	18	1.392.000	1.392.000	1.392.000
Outras reservas e resultados transitados	19	2.145.387	1.939.545	1.820.881
Resultado do exercício	19	230.132	205.842	118.664
Total do capital próprio		3.767.519	3.537.387	3.331.545
Total do passivo e do capital próprio		54.382.292	50.531.619	44.852.825

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2014.

CAIXA ECONÓMICA DE CABO VERDE, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Notas	2014	(Pró-forma) 2013
Juros e rendimentos similares	20	3.101.520	3.132.397
Juros e encargos similares	21	(1.479.744)	(1.372.725)
MARGEM FINANCEIRA		1.621.776	1.759.672
Rendimentos de serviços e comissões	22	167.992	181.864
Encargos com serviços e comissões	22	(62.334)	(69.449)
Resultados de reavaliação cambial	23	82.002	73.672
Resultados de alienação de outros activos	24	11.172	5.042
Outros resultados de exploração	25	30.314	21.647
PRODUTO BANCÁRIO		1.850.922	1.972.448
Custos com pessoal	26	(622.146)	(590.854)
Gastos gerais administrativos	27	(574.772)	(534.168)
Amortizações do exercício	8, 9 e 10	(232.654)	(233.009)
Provisões líquidas de reposições e anulações	16	(3.769)	(9.996)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	16	(153.099)	(351.814)
Resultados em empresas associadas	11	(10.845)	(34.846)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		253.637	217.761
Impostos diferidos	12	(23.505)	(11.919)
		(23.505)	(11.919)
Resultado e rendimento integral do exercício		230.132	205.842
Número médio de acções ordinárias emitidas		1.392.000	1.392.000
Resultado por acção		0,17	0,15

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados e do outro rendimento integral para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

CAIXA ECONÓMICA DE CABO VERDE, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

			Outras reservas e resultados transitados					
	Nota	Capital	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Total	Resultado do exercício	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2012		1.392.000	410.132	1.715.788	(177.062)	1.948.858	118.664	3.459.522
Bonificações não reconhecidas pela Direcção Geral do Tesouro	2.3	-	-	-	(127.977)	(127.977)	-	(127.977)
Saldos em 1 de Janeiro de 2013 (Pró-forma)		1.392.000	410.132	1.715.788	(305.039)	1.820.881	118.664	3.331.545
Distribuição do resultado do exercício de 2012:								
Incorporação em reservas		-	11.866	106.798	-	118.664	(118.664)	-
Rendimento integral do exercício		-	-	-	-	-	205.842	205.842
Saldos em 31 de Dezembro de 2013 (Pró-forma)		1.392.000	421.998	1.822.586	(305.039)	1.939.545	205.842	3.537.387
Distribuição do resultado do exercício de 2013:								
Incorporação em resultados transitados		-	-	-	205.842	205.842	(205.842)	-
Rendimento integral do exercício		-	-	-	-	-	230.132	230.132
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		1.392.000	421.998	1.822.586	(99.197)	2.145.387	230.132	3.767.519

O anexo faz parte integrante da demonstração de alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

CAIXA ECONÓMICA DE CABO VERDE, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	2014	(Pró-forma) 2013
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimento de juros e comissões	3.269.511	3.214.661
Pagamento de juros e comissões	(1.542.077)	(1.442.174)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à actividade operacional	112.317	95.320
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(1.196.918)	(1.124.873)
Pagamentos de impostos sobre o rendimento	(10.893)	(35.033)
Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais	631.940	707.901
(Aumentos) diminuições nos activos operacionais:		
Aplicações em instituições de crédito	3.694.241	(1.499.019)
Créditos sobre clientes	(1.781.016)	(1.952.643)
Outros activos	(47.546)	(23.929)
	1.865.679	(3.475.591)
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:		
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	(14.341)	(288.220)
Recursos de clientes	3.693.740	5.695.078
Outros passivos	(70.057)	60.981
	3.609.342	5.467.839
Caixa líquida das actividades operacionais	5.475.021	1.992.248
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
(Aumentos) diminuições nos activos de investimento:		
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	(1.500)	(15.000)
Dividendos de associadas e empreendimentos conjuntos	11.919	5.006
Activos intangíveis	(2.128)	(4.524)
Outros activos tangíveis	(71.463)	(79.064)
Receitas de venda de activos tangíveis	11.172	5.605
Caixa líquida das actividades de investimento	(52.000)	(87.977)
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	6.054.961	2.612.172
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	6.353.328	3.741.156
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	12.408.289	6.353.328

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. (Caixa) é uma instituição bancária e de crédito transformada em sociedade anónima de responsabilidade limitada pelo Decreto-Lei nº 54/93 de 31 de Agosto. No âmbito do processo de privatização das instituições financeiras e sociedades financeiras com capitais públicos, conforme a resolução nº 46/99, de 27 de Setembro, do Conselho de Ministros, o Agrupamento constituído pela Caixa Económica Montepio Geral S.A., pela IMPAR – Companhia Caboverdeana de Seguros, S.A.R.L. e por um Grupo Local, constituído por um conjunto de 51 empresários e quadros nacionais, deteve a maioria do capital social da Caixa até Setembro de 2009. A partir desta data, a Geocapital, Sociedade de Gestão e Participação, S.A., adquiriu as participações da Caixa Económica Montepio Geral S.A. e Montepio Geral – Associação Mutualista (Nota 18).

O capital da Caixa está representado por 1.392.000 acções, 90% das quais se encontram admitidas à cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde.

A Caixa tem por objecto o exercício de todas as actividades bancárias e operações legalmente autorizadas aos bancos, podendo ainda adquirir participações em sociedades com objecto diferente do acima referido, em sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas.

A Caixa tem sede na cidade da Praia, República de Cabo Verde, dispondo de uma rede de 31 agências para a realização das suas operações.

As demonstrações financeiras da Caixa em 31 de Dezembro de 2014 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de Março de 2015, e estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração da Caixa admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Caixa foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), nos termos do Aviso nº 2/2007, de 19 de Novembro, emitido pelo Banco de Cabo Verde.

2.2. Políticas contabilísticas

a) Especialização de exercícios

Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos em Escudos de Cabo Verde ao câmbio médio da Caixa no último dia útil de cada mês. As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como acções, classificados como disponíveis para venda, que são registadas em capital próprio até à sua alienação.

Nos exercícios de 2014 e 2013, o câmbio do Escudo de Cabo Verde face ao Euro manteve-se fixo em 1 Euro/110,265 Escudos de Cabo Verde. Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o câmbio face ao Dólar Norte-Americano (USD) era o seguinte:

	2014	2013
1 USD	90,678	80,048

c) Instrumentos financeiros

i) Activos financeiros

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor acrescido de custos directamente atribuíveis à transacção. A Caixa não tem activos de "trading" ou outros activos registados ao justo valor através de resultados, pelo que quando do reconhecimento inicial os activos financeiros foram classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

a) Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Esta categoria inclui o crédito a clientes (incluindo crédito titulado a empresas), valores a receber de outras instituições de crédito e outros saldos a receber registados em "Outros activos". Inclui ainda os títulos de dívida emitidos pelo Estado de Cabo Verde uma vez que foram adquiridos em mercado primário pela Caixa essencialmente para detenção até à maturidade, e que não existe mercado secundário activo.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Reconhecimento de juros

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

Anulações de capital e juros

Os juros de créditos vencidos são anulados no próprio dia da data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados, sendo registados na rubrica "Juros e rendimentos similares".

De acordo com as políticas em vigor na Caixa, a totalidade do capital em dívida de operações com prestações em atraso é classificado em crédito vencido 30 dias após o seu vencimento, com excepção de operações em que as prestações em atraso sejam apenas de juros.

Periodicamente, a Caixa abate ao activo os créditos considerados incobráveis por utilização da imparidade constituída, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação do Conselho de Administração. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao activo são reflectidas na demonstração de resultados na rubrica "Imparidade de crédito".

b) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda, que correspondem a acções de empresas, deverão ser mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, em "Reservas de reavaliação". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registados nas rubricas "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda" ou "Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações", respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os activos disponíveis para venda correspondem a activos não cotados, e cujo justo valor não foi possível de ser mensurado com fiabilidade, pelo que a Caixa manteve estes activos ao custo histórico.

Os dividendos e outros rendimentos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital" quando é estabelecido o direito da Caixa ao seu recebimento.

d) Imparidade de activos financeiros

Activos financeiros ao custo amortizado

A Caixa efectua periodicamente análises de imparidade dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente em empréstimos e contas a receber.

A identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual relativamente a activos financeiros em que a exposição é individualmente significativa e numa base colectiva quanto aos activos disponíveis cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

Os seguintes eventos podem constituir indícios de imparidade:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, nomeadamente atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;

- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;

- Diminuição da posição competitiva do devedor; e

- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

A Caixa efectua uma análise individual de clientes que apresentem responsabilidades superiores a mCve. 50.000 ou empresas que apresentem situações de incumprimento há mais de 90 dias.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os activos que não foram objecto de análise específica são incluídos numa análise colectiva de imparidade, tendo para este efeito sido classificados em grupos homogéneos com características de risco similares (nomeadamente com base nas características das contrapartes e no tipo de crédito). Os cash-flows futuros foram estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em activos com características similares.

Para este efeito a Caixa definiu os seguintes segmentos da sua carteira de crédito concedido:

- Crédito a empresas
- Crédito à habitação
- Produtores individuais
- Outros créditos a particulares
- Garantias prestadas
- Sector público

Adicionalmente, os activos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objectivos de imparidade foram igualmente objecto de avaliação colectiva de imparidade, nos termos acima descritos.

As perdas por imparidade calculadas na análise colectiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

Não é registada imparidade para créditos sobre o Estado de Cabo Verde (incluindo títulos de dívida pública), empresas públicas ou municípios, ou garantidos por estas entidades.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”, sendo reflectido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

Activos financeiros disponíveis para venda

Relativamente a estes activos financeiros, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, a Caixa efectua análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflicta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício.

e) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos financeiros incluem recursos de instituições de crédito e de clientes e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de activos, registados em "Outros passivos".

As operações de venda com acordo de recompra, nomeadamente de Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro, são registadas na rubrica "Recursos de clientes e outros empréstimos" mantendo-se os correspondentes títulos registados na carteira da Caixa.

Os passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efectiva.

f) Activos recebidos por recuperação de créditos

Os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos, e que não se encontrem disponíveis para venda imediata, são registados pelo valor de arrematação quando os respectivos processos judiciais se encontram concluídos, na rubrica "Outros activos".

Estes activos não são amortizados. Periodicamente, são efectuadas avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de créditos. Caso o valor de avaliação, deduzido dos custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade. Até 2013 para imóveis adquiridos na determinação da imparidade, a Caixa considerava ainda a antiguidade dos imóveis em carteira.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate do activo, sendo os ganhos ou perdas registados nas rubricas "Outros proveitos e custos de exploração".

g) Propriedades de investimento

Correspondem a imóveis detidos com o objectivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

As propriedades de investimento são registadas ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas e registadas como custo em "Amortizações do exercício" ao longo de uma vida útil estimada de 60 anos.

h) Outros activos tangíveis

São registados ao custo de aquisição deduzidos das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica "Gastos gerais administrativos".

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	60
Equipamento:	
Mobiliário e material de escritório	8
Máquinas e ferramentas	5 - 6
Equipamento informático	5
Instalações interiores	4 - 5
Material de transporte	5 - 6
Equipamento de segurança	5 - 12
Outro equipamento	6

Os terrenos não são objecto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pela Caixa como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em regra, ao longo de um período de 10 anos.

As amortizações são registadas em custos do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis, de acordo com a Norma IAS 36 – "Imparidade de activos". Nas situações em que existem indícios, sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica "Imparidade de outros activos". As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do período, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

O cálculo das amortizações tem em consideração uma estimativa de valor residual dos equipamentos, nomeadamente no caso das viaturas.

A Caixa avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada para os seus activos tangíveis.

i) Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades da Caixa.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

j) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica inclui as participações em empresas em que a Caixa tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão ("associadas"). Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação da Caixa se situa entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto ou, se inferior a 20%, a Caixa faça parte do órgão de gestão e tenha influência directa na definição das políticas relevantes da empresa.

Estes activos são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo custo de aquisição, o qual é posteriormente ajustado com base na percentagem efectiva da Caixa nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas.

k) Impostos sobre lucros

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a Caixa está sujeita ao Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR), à taxa de 25%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%.

Impostos correntes

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Impostos diferidos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos activos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

Em 2014 as principais situações que originam diferenças temporárias ao nível da Caixa correspondem a prejuízos fiscais reportáveis.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

l) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

m) Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – "Benefícios dos empregados".

Os prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em "Custos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

Adicionalmente, a Caixa não assumiu quaisquer responsabilidades quanto ao pagamento de pensões de reforma ou outros benefícios pós-emprego aos seus empregados, os quais se encontram abrangidos pelo regime geral da Segurança Social.

n) Comissões

As comissões relativas a operações de crédito, que correspondem essencialmente a comissões de abertura e gestão do crédito, são reconhecidas pela aplicação do método da taxa efectiva ao longo do período da vida das operações, independentemente do momento em que são cobradas ou pagas.

As comissões associadas a garantias prestadas, créditos documentários e anuidades de cartões, são objecto de diferimento linear ao longo do correspondente período.

As comissões por serviços prestados são reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de actos únicos.

o) Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

p) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, a Caixa considera como "Caixa e seus equivalentes" o total das rubricas "Caixa e disponibilidades em bancos centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito".

q) Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Caixa. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras da Caixa incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em crédito concedido

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.2. d). Deste modo, a determinação da imparidade em activos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efectuada pela Caixa com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade por análise colectiva é efectuada com base em parâmetros históricos determinados para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

A Caixa considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pela Norma IAS 39.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Caixa com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Caixa sobre o correto enquadramento das suas operações o qual é no entanto susceptível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Imparidade de activos recebidos por recuperação de créditos

As perdas por imparidade em activos recebidos por recuperação de créditos são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.2. f). Deste modo, a determinação da imparidade nestes activos resulta de uma avaliação efectuada pela Caixa com base no conhecimento do mercado imobiliário e na informação prestada por peritos avaliadores internos e externos.

r) Adopção de novas Normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas

Conforme referido na Nota 2.1, na preparação das demonstrações financeiras a Caixa utilizou as Normas e Interpretações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) que são relevantes para as suas operações e efectivas para os períodos iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2014.

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
Emenda às normas: • IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas; • IFRS 12 – Divulgações Sobre Participações Noutras Entidades (Entidades de investimento)	01-Jan-14	Esta emenda vem introduzir uma dispensa de consolidação para determinadas entidades que se enquadrem na definição de entidade de investimento. Estabelece ainda as regras de mensuração dos investimentos detidos por essas entidades de investimento.
Emenda à norma IAS 32 – Compensação entre activos e passivos financeiros	01-Jan-14	Esta emenda vem clarificar determinados aspectos da norma relacionados com a aplicação dos requisitos de compensação entre activos e passivos financeiros.
Esta emenda vem clarificar determinados aspectos da norma relacionados com a aplicação dos requisitos de compensação entre activos e passivos financeiros	01-Jan-14	Esta emenda elimina os requisitos de divulgação da quantia recuperável de uma unidade geradora de caixa com goodwill ou intangíveis com vida útil indefinida alocados nos períodos em que não foi registada qualquer perda por imparidade ou reversão de imparidade. Vem introduzir requisitos adicionais de divulgação para os activos relativamente aos quais foi registada uma perda por imparidade ou reversão de imparidade e a quantia recuperável dos mesmos tenha sida determinada com base no justo valor menos custos para vender.
Emenda à norma IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (Reformulação de derivados e continuação da contabilidade de cobertura)	01-Jan-14	Esta emenda vem permitir, em determinadas circunstâncias, a continuação da contabilidade de cobertura quando um derivado designado como instrumento de cobertura é reformulado.
IFRIC 21 – Pagamentos ao Estado	01-Jan-14	Esta interpretação vem estabelecer as condições quanto à tempestividade do reconhecimento de uma responsabilidade relacionada com o pagamento ao Estado de uma contribuição por parte de uma entidade em resultado de determinado evento (por exemplo, a participação num determinado mercado), sem que o pagamento tenha por contrapartida bens ou serviços especificados.

Não se verificaram efeitos nas demonstrações financeiras da Caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, decorrentes da adopção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, encontram-se disponíveis para adopção antecipada, à data de aprovação destas demonstrações financeiras:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2011-2013)	01-Jan-15	Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspectos relacionados com as normas IFRS 1 – Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, IFRS 3 – Concentração de Actividades Empresariais, IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor e IAS 40 – Propriedades de Investimento.
IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (2009) e emendas posteriores	01-Jan-18	Esta norma insere-se no projecto de revisão da IAS 39 e estabelece os requisitos para a classificação e mensuração de activos e passivos financeiros e para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura.
IFRS 14 – Activos regulados	01-Jan-16	Esta norma vem estabelecer os requisitos de relato, por parte de entidades que adoptem pela primeira vez as IFRS/IAS, aplicáveis a activos regulados.
IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes	01-Jan-17	Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes.
Emenda à norma IFRS 11 – Acordos Conjuntos	01-Jan-16	Esta norma insere-se no projecto de revisão da IAS 39 e estabelece os requisitos para a classificação e mensuração de activos e passivos financeiros e para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura.

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
Emendas às normas IAS 16 – Activos Fixos Tangíveis e IAS 38 – Activos Intangíveis	01-Jan-16	Esta norma vem estabelecer os requisitos de relato, por parte de entidades que adoptem pela primeira vez as IFRS/IAS, aplicáveis a activos regulados.
Emendas às normas IAS 16 – Activos Fixos Tangíveis e IAS 40 – Agricultura	01-Jan-16	Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes.
Emenda à norma IAS 19 – Benefícios dos empregados	01-Jan-16	Esta emenda vem clarificar a IFRS 3 ser aplicada quando um investidor adquire um interesse numa entidade conjuntamente controlada quando a mesma consiste num negócio conforme definido pela referida norma. A aplicação da IFRS 3 é requerida na aquisição do interesse inicial e na aquisição subsequente de interesses.
Emendas às normas IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 – Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas (2011)	01-Jan-16	Estas emendas vêm clarificar quais os métodos de amortização de activos fixos tangíveis e de activos intangíveis que são permitidos.
Emenda à norma IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas (2011)	01-Jan-16	Estas emendas vêm estabelecer que os activos biológicos que se enquadram na definição de plantas portadoras devem ser contabilizados como activos fixos tangíveis.

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
Emendas às normas IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 – Divulgações Sobre Participações Noutras Entidades e IAS 28 – Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas (2011)	01-Jan-16	Esta emenda vem clarificar em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.
Emenda à norma IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras (Divulgações)	01-Jan-16	Estas emendas vêm eliminar um conflito existente entre as referidas normas, relacionado com a venda ou com a contribuição de activos entre o investidor e a associada ou a entidade conjuntamente controlada.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclos 2010-2012 e 2012-2014)	01-Jan-16	Esta emenda vem introduzir a possibilidade de aplicação do método de equivalência patrimonial, na valorização de investimentos em subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas, nas demonstrações financeiras separadas de uma entidade que apresenta demonstrações financeiras consolidadas Estas emendas contemplam a clarificação de diversos aspectos relacionados com a aplicação da excepção de consolidação por parte de entidades de investimento. Esta emenda vem introduzir um conjunto de indicações e orientações que visam melhorar e simplificar as divulgações no contexto dos actuais requisitos de relato das IFRS. Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas.

Estas normas apesar de aprovadas pelo IASB não foram adoptadas pela Caixa no exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. A Caixa irá estimar no futuro o impacto da sua adopção, nomeadamente no que respeita à IFRS 9.

2.3. Reexpressão das demonstrações financeiras

Conforme descrito na Nota 13, em 24 de Março de 2015, a Direcção Geral do Tesouso comunicou à Caixa considerar não elegíveis bonificações de crédito à habitação reclamadas entre 2004 e 2008 que ascendiam a mCve. 127.977. A Caixa anulou este montante nas demonstrações financeiras do exercício de 2014 por contrapartida de resultados transitados e procedeu à reexpressão das suas demonstrações financeiras nos períodos comparativos apresentados, sendo de destacar os seguintes efeitos:

	31-12-2013			01-01-2013
	Capital próprio sem resultado líquido do exercício	Resultado líquido do exercício	Capital próprio total	Capital próprio
Saldos antes da reexpressão	3.459.522	205.842	3.665.364	3.459.522
Impacto da reexpressão em 1 de Janeiro de 2013				
Impacto do reconhecimentro das bonificações não aceites pela Direcção Geral do Tesouro	(127.977)	-	(127.977)	(127.977)
	(127.977)	-	(127.977)	(127.977)
Saldos após reexpressão	3.331.545	205.842	3.537.387	3.331.545

A reexpressão não teve impacto no resultado líquido do exercício de 2013.

3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013 (Pró-forma)
Caixa	2.748.160	3.502.499
Depósitos à ordem no Banco de Cabo Verde	8.589.086	2.189.213
	11.337.246	5.691.712

Os depósitos à ordem constituídos no Banco de Cabo Verde visam satisfazer as exigências de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com as disposições do Banco de Cabo Verde, estas disponibilidades correspondem a 18% da média das responsabilidades efectivas em moeda nacional e estrangeira, para com residentes e emigrantes.

Estes depósitos não são remunerados.

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2014	2013
Depósitos à ordem:		(Pró-forma)
Em instituições de crédito no país		
. BCA	2.664	2.449
. Ecobank	22	22
Em instituições de crédito no estrangeiro		
. Montepio Geral	312.007	27.855
. Banque et Caisse D'Espargne de L'Etat	210.703	270.060
. Commerzbank	172.438	52.165
. Credit Suisse	83.016	64.949
. Caixa Geral de Depósitos	51.534	37.098
. Banco Espírito Santo	34.707	737
. Natexis Banques Populaires	32.942	4.874
. Banco Central Hispano	26.305	4.790
. ABN AMRO Bank	25.559	11.128
. Bank of China	25.185	-
. Banco Português de Investimento	23.425	8.320
. Den Danske Bank	18.518	12.650
. Cassa Risparmio D.P.Lombarde	17.503	8.867
. Banque Nationale de Paris	-	24.277
. Outras instituições de crédito	10.032	9.632
	1.046.560	539.873
Valores a cobrar:		
Sobre o país	21.438	105.722
Sobre o estrangeiro	3.045	16.021
	24.483	121.743
	1.071.043	661.616

No decorrer do exercício de 2014, a Caixa encerrou a conta de depósitos à ordem que mantinha junto do correspondente Banque Nationale de Paris.

Os valores a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do exercício subsequente.

5. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os instrumentos de capital e de dívida classificados na categoria de activos financeiros disponíveis para venda apresentam a seguinte composição:

Título	Custo de aquisição	Imparidade (Nota 16)	Valor de balanço (líquido)
Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico			
Fundo de Garantia Regional para a África Ocidental (Fundo G.A.R.I.)	3.823	-	3.823
Instrumentos de dívida valorizados ao custo histórico			
Obrigações de dívida pública portuguesa	200	(200)	-
	4.023	(200)	3.823

A Caixa manteve as obrigações de dívida pública portuguesa registadas ao custo histórico, encontrando-se registada imparidade de mCve. 200, para reduzir o valor de balanço ao seu valor estimado de realização.

A participação no Fundo G.A.R.I., face ao seu reduzido valor de balanço, foi registada ao custo histórico.

6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013 (Pró-forma)
Aplicações em instituições de crédito no país:		
No Banco de Cabo Verde		
Depósitos overnight	2.400.000	6.000.000
Títulos de intervenção monetária	506.000	550.000
Títulos de regularização monetária	125.000	177.000
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro:		
Depósitos para caução	109.389	108.225
Juros a receber	33	207
Proveitos diferidos	(176)	(945)
	3.140.246	6.834.487

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro – Depósitos para caução” corresponde a garantias, na forma de depósitos, prestadas pela Caixa junto de outras instituições de crédito, como caução para garantias bancárias prestadas pela Caixa a estas entidades. Estes depósitos não são remunerados, sendo reembolsados quando da liquidação da respectiva garantia bancária associada.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os depósitos a prazo e para caução apresentam a seguinte composição por instituição de crédito:

	2014	2013 (Pró-forma)
Banque et Caisse D'Espargne de L'Etat	108.225	108.225
Commerzbank	1.164	-
	109.389	108.225

7. CRÉDITOS A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013 (Pró-forma)
Crédito interno a curto prazo:		
Empréstimos	697.690	457.415
Descontos comerciais	288.941	365.295
Descobertos em depósitos à ordem	184.550	184.488
Crédito interno a médio e longo prazo:		
Empréstimos	19.839.877	20.185.573
Outros créditos	968.695	999.785
	21.979.753	22.192.556
Outros créditos e valores a receber (titulados):		
Títulos de dívida pública	7.657.501	6.938.548
Outros títulos de rendimento fixo	1.617.653	1.379.849
Crédito ao pessoal	1.009.044	901.288
	32.263.951	31.412.241
Crédito e juros vencidos	5.082.912	4.876.100
Juros a receber	186.595	188.448
Custos diferidos	2.081	2.327
Receitas diferidas	(253.496)	(243.595)
	37.282.043	36.235.521
Imparidade de crédito a clientes (Nota 16)	(2.626.674)	(2.528.169)
	34.655.369	33.707.352

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Outros créditos e valores a receber (titulados) – Títulos de dívida pública” inclui mCve. 6.861.581 e mCve. 6.142.628, respectivamente, relativos a obrigações e bilhetes do Tesouro de Cabo Verde remunerados a taxa de juro fixa. Esta rubrica inclui ainda uma Obrigação do Tesouro de rendimento variável, com um montante de subscrição de mCve. 795.920, a reembolsar no prazo de 15 anos a partir de 1 de Janeiro de 2000. Este título vence juros à taxa Euribor a 6 meses, acrescida de um spread de 1,5%. Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a taxa de cupão em vigor é de 1,81% e 1,89%, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as obrigações do Tesouro cedidas com acordo de recompra ascendem a mCve. 4.372.730 e mCve. 4.445.730, respectivamente (Nota 15).

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Outros créditos e valores a receber (titulados) – Outros títulos de rendimento fixo" inclui o valor de obrigações de empresas nacionais, classificadas na categoria de "Empréstimos e contas a receber". Estas obrigações apresentam o seguinte detalhe:

Título	2014	2013 (Pró-forma)	Maturidade
IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. - Tranche C	473.195	-	06-01-2019
IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. - Tranche B	283.845	283.845	14-09-2015
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche C	630.227	630.227	14-06-2027
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche B	147.088	147.088	14-06-2017
CVFF - Cabo Verde Fast Ferry, S.A.	50.157	50.336	14-10-2019
Laboratórios Inpharma - Indústria Farmacêutica, S.A.	19.798	23.758	24-12-2019
Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda.	13.343	13.343	18-02-2017
Tecnicil - Sociedade Imobiliária de Construções, S.A.	-	200.000	n.a
IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. - Tranche A	-	31.252	n.a
	1.617.653	1.379.849	

As obrigações emitidas pela Electra – Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. e IFH – Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A., têm aval do Estado de Cabo Verde.

Em Dezembro de 2013, a Caixa subscreveu 23.758.000 obrigações dos Laboratórios Inpharma - Indústria Farmacêutica, S.A., ao valor nominal de Cve. 1 cada. As obrigações subscritas têm maturidade em Dezembro de 2019. No exercício de 2014 o reembolso de capital ascendeu a mCve. 3.960 mCve, liquidados na data de pagamento dos cupões.

Em 31 de Dezembro de 2013, as obrigações da Tecnicil - Sociedade Imobiliária de Construções, S.A. encontravam-se garantidas por primeira hipoteca sobre um terreno. Nessa data os juros devidos em Fevereiro e Agosto de 2013 totalizando mCve. 19.553 encontravam-se vencidos, ascendendo os juros totais devidos a mCve. 27.429. Através de contrato de dação em pagamento datado de 31 de Dezembro de 2014 celebrado entre a Caixa e a Tecnicil, esta entregou à Caixa em dação em pagamento três terrenos para extinção da totalidade da dívida obrigacionista e do crédito concedido pela Caixa. Como resultado desta operação, a Caixa reverteu a totalidade das perdas por imparidade que tinha registadas para as obrigações no montante de mCve. 56.000 e recebeu a totalidade dos juros vencidos e juros de mora os quais na data da dação ascendiam a mCve. 47.097.

Em 31 de Dezembro de 2013, os juros devidos em Fevereiro de 2012 e Agosto de 2013 das obrigações da CVFF – Cabo Verde Fast Ferry, S.A. (CVFF) totalizavam mCve. 2.188, tendo sido liquidados em 3 de Fevereiro de 2014. Em 31 de Dezembro de 2014 os juros devidos em Agosto de 2014 totalizando mCve. 1.875 encontram-se vencidos, e os juros totais a receber ascendiam a mCve. 3.438, vencendo-se o próximo cupão de juros em 1 de Fevereiro de 2015.

Em 31 de Maio de 2013 a Sociedade de Gestão de Investimentos Lda. procedeu ao reembolso antecipado de parte das obrigações emitidas no montante de mCve. 6.657. Em 31 de Dezembro de 2014 encontram-se vencidos os juros devidos em Fevereiro e Agosto de 2014 no montante de mCve. 853.

No exercício de 2014, as obrigações da IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. - Tranche A foram reembolsadas, tendo ocorrido a emissão de novas obrigações no montante de mCve. 473.195 com maturidade em Janeiro de 2019.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o crédito concedido a clientes, excluindo "Outros créditos e valores a receber (titulados)" e juros corridos, apresentava a seguinte estrutura por sectores de actividade:

	2014			2013 (Pró-forma)		
	Crédito vivo	Crédito vencido	Total	Crédito vivo	Crédito vencido	Total
Empresas:						
Comércio	383.015	571.863	954.878	708.200	383.046	1.091.246
Construção e obras públicas	666.148	159.606	825.754	897.638	206.533	1.104.171
Transportes	1.432.481	305.671	1.738.152	1.969.892	360.670	2.330.562
Indústria	429.842	413.149	842.991	503.477	434.613	938.090
Hotelaria	769.477	568.460	1.337.937	935.051	324.585	1.259.636
Energia	856.639	-	856.639	706.553	-	706.553
Outros	3.020.606	348.249	3.368.855	2.576.131	242.266	2.818.397
	7.558.209	2.366.998	9.925.207	8.296.942	1.951.713	10.248.655
Particulares:						
Habitação	10.260.545	1.649.848	11.910.393	9.718.641	1.748.339	11.466.980
Outros	5.170.042	1.066.066	6.236.108	5.078.261	1.176.048	6.254.309
	15.430.587	2.715.914	18.146.501	14.796.902	2.924.387	17.721.289
	22.988.797	5.082.912	28.071.709	23.093.844	4.876.100	27.969.944

Os empréstimos aos colaboradores em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 são remunerados a taxas de juro reduzidas.

8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O movimento ocorrido nesta rubrica nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, é apresentado como se segue:

	2014				
	Saldo em 31-12-2013			Saldo em 31-12-2014	
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortizações acumuladas
Terrenos	3.684	-	-	3.684	-
Imóveis	4.980	(3.380)	(30)	4.980	(3.410)
	8.664	(3.380)	(30)	8.664	(3.410)

	2013 (Pró-forma)				
	Saldo em 31-12-2012			Saldo em 31-12-2013	
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortizações acumuladas
Terrenos	3.684	-	-	3.684	-
Imóveis	4.980	(3.350)	(30)	4.980	(3.380)
	8.664	(3.350)	(30)	8.664	(3.380)

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o justo valor das propriedades de investimento foi determinado com base em avaliações efectuadas em 2014 e 2013, preparadas pelo Gabinete de Instalações e Avaliação Imobiliária da Caixa e era:

	Valor líquido		Valor de avaliação
	2014	2013 (Pró-forma)	
Terrenos	3.684	3.684	18.640
Edifícios	1.570	1.600	14.079
	5.254	5.284	32.719

Nos exercícios de 2014 e 2013, os rendimentos provenientes do arrendamento destes imóveis ascenderam a mCve. 140 e mCve. 110, respectivamente (Nota 25).

9. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento nas rubricas de "Outros activos tangíveis" durante os exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

2014											
	Saldos em 31-12-2013			Vendas / Abates					Saldos em 31-12-2014		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Valor bruto	Amortizações	Amortizações do exercício	Transfe-rências	Regu-larizações	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Imóveis	1.576.653	(91.764)	14.498	-	-	(24.978)	35.807	-	1.626.958	(116.742)	1.510.216
Obras em edifícios arrendados	45.297	(31.262)	-	-	-	(2.645)	-	-	45.297	(33.907)	11.390
Património artístico	3.950	-	209	-	-	-	-	-	4.159	-	4.159
Equipamento:											
Mobiliário e material	208.265	(124.389)	4.502	(514)	443	(16.924)	593	-	212.846	(140.870)	71.976
Máquinas e ferramentas	253.440	(208.478)	5.784	-	-	(16.707)	1.779	-	261.003	(225.185)	35.818
Equipamento informático	335.041	(289.869)	19.768	-	-	(16.845)	3.306	-	358.115	(306.714)	51.401
Instalações interiores	423.221	(225.857)	1.181	-	-	(97.689)	-	-	424.402	(323.546)	100.856
Material de transporte	155.353	(85.633)	3.491	(13.486)	13.486	(22.659)	3.490	-	148.848	(94.806)	54.042
Equipamento de segurança	258.620	(58.144)	2.747	-	-	(15.536)	3.032	-	264.399	(73.680)	190.719
Outro equipamento	6.387	(4.047)	221	(64)	64	(669)	71	-	6.615	(4.652)	1.963
	3.266.227	(1.119.443)	52.401	(14.064)	13.993	(214.652)	48.078	-	3.352.642	(1.320.102)	2.032.540
Imoblilizado em curso	170.792	-	39.338	-	-	-	(48.078)	(6.212)	155.840	-	155.840
	3.437.019	(1.119.443)	91.739	(14.064)	13.993	(214.652)	-	(6.212)	3.508.482	(1.320.102)	2.188.380

2013 (Pró-forma)										
	Saldos em 31-12-2012			Vendas / Abates				Saldos em 31-12-2013		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Valor bruto	Amortizações	Amortizações do exercício	Transfe-rências	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Imóveis	1.505.753	(67.692)	70.900	-	-	(24.072)	-	1.576.653	(91.764)	1.484.889
Obras em edifícios arrendados	45.297	(28.616)	-	-	-	(2.646)	-	45.297	(31.262)	14.035
Património artístico	3.900	-	50	-	-	-	-	3.950	-	3.950
Equipamento:										
Mobiliário e material	205.080	(107.306)	2.560	-	-	(17.083)	625	208.265	(124.389)	83.876
Máquinas e ferramentas	250.298	(186.685)	2.190	-	-	(21.793)	952	253.440	(208.478)	44.962
Equipamento informático	323.618	(272.404)	10.398	-	-	(17.465)	1.025	335.041	(289.869)	45.172
Instalações interiores	422.246	(126.181)	1.482	(507)	507	(100.183)	-	423.221	(225.857)	197.364
Material de transporte	188.286	(93.248)	-	(32.933)	32.368	(24.753)	-	155.353	(85.633)	69.720
Equipamento de segurança	257.941	(42.233)	369	-	-	(15.911)	310	258.620	(58.144)	200.476
Outro equipamento	6.133	(3.361)	254	-	-	(686)	-	6.387	(4.047)	2.340
	3.208.552	(927.726)	88.203	(33.440)	32.875	(224.592)	2.912	3.266.227	(1.119.443)	2.146.784
Imoblilizado em curso	195.232	-	24.301	-	-	-	(48.741)	170.792	-	170.792
	3.403.784	(927.726)	112.504	(33.440)	32.875	(224.592)	(45.829)	3.437.019	(1.119.443)	2.317.576

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 a rubrica "Imobilizado em curso" inclui despesas com a instalação de novas agências nos montantes de mCve. 141.927 e mCve. 155.913, respectivamente.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, as transferências de imóveis no montante de mCve. 35.807 correspondem a duas agências e a um terreno que foram transferidos da rubrica "Imobilizado em curso".

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, as transferências correspondem a dois softwares que foram transferidos para a rubrica "Activos intangíveis" (Nota 10) e a um terreno que foi transferido para a rubrica de "Propriedades de Investimento" (Nota 8), respectivamente.

10. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos "Activos intangíveis" nos exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

	2014							
	Saldos em 31-12-2013					Saldos em 31-12-2014		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Amortizações do exercício	Transferências	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Software	292.043	(246.089)	2.128	(17.972)	-	294.171	(264.061)	30.110

	2013 (Pró-forma)							
	Saldos em 31-12-2012					Saldos em 31-12-2013		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Amortizações do exercício	Transferências	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Software	241.690	(237.702)	4.524	(8.387)	45.829	292.043	(246.089)	45.954

11. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

			2014					2013 (Pró-forma)				
Entidade	% de participação	Custo de aquisição	Valor de balanço	Data	Activo líquido	Lucro / Prejuízo	Capitais próprios	Valor de balanço	Data	Activo líquido	Lucro / Prejuízo	Capitais próprios
Novo Banco, S.A.	20,00%	120.000	23.898	31-12-2014 [1]	2.421.509	(122.590)	119.492	49.167	30-09-2013[1]	1.130.591	(92.470)	245.835
SISP - Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, SARL	10,00%	10.000	58.361	31-12-2014 [1]	830.740	160.368	583.607	54.244	31-12-2013[1]	765.040	148.997	542.438
CV Garante - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.	15,00%	15.000	13.292	31-12-2014 [1]	89.337	(7.352)	88.615	14.395	31-12-2013[1]	97.167	(4.033)	95.967
IMOTUR - Imobiliária e Turística de Cabo Verde, S.A.	17,86%	12.500	7.067	31-12-2012	411.072	1.249	39.571	7.067	31-12-2012	411.072	1.249	39.575
Sofhis Gere, S.A.	10,00%	3.500	1.757	31-12-2014 [1]	23.646	(4.933)	17.560	765	31-12-2013[1]	8.559	(12.347)	7.653
		161.000	104.376					125.638				

n.a. - não aplicável

[1] Demonstrações financeiras provisórias

A Caixa classificou as participações na SISP – Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, SARL (SISP), CV Garante – Sociedade de Garantia Mútua, S.A. (CV Garante), Imotur – Imobiliária e Turística de Cabo Verde, S.A. (Imotur), e Sophis Gere, S.A. (Sophis Gere), como Investimentos em associadas, não obstante a sua participação ser inferior a 20%, dado que a Caixa faz parte do órgão de direcção, o que no entender do Conselho de Administração lhe confere influência significativa na actividade da SISP, da CV Garante, da Imotur, e da Sophis Gere, enquadrando-se deste modo nas disposições da Norma IAS 28 – Investimentos em Associadas.

Em Outubro de 2010, a Caixa subscreveu 20% do capital social do Novo Banco. Trata-se de um Banco com objectivos de financiamento às classes mais baixas da população, sobretudo através da concessão de micro-crédito ou através do financiamento de Organizações Não Governamentais (ONG's). O Novo Banco iniciou a sua actividade em Dezembro de 2010. No exercício de 2012, ocorreu um aumento de capital no montante de mCve. 300.000, tendo a Caixa participado em mCve. 60.000.

A Sofhis Gere, S.A. foi criada em 26 de Outubro de 2012 e tem como objecto social a administração de fundos de investimento imobiliário, gestão de disponibilidades e fundos de outros aforradores, designadamente, entidades públicas ou privadas. No exercício de 2014, ocorreu um aumento de capital no montante de mCve. 15.000, tendo a Caixa participado em mCve. 1.500.

Em Julho de 2013, foi criada a CV Garante – Sociedade de Garantia Mútua, S.A.. Trata-se de uma sociedade de garantia mútua que tem como objecto social a realização de operações financeiras em benefício de micro, pequenas e médias empresas, com vista a promover e a facilitar o seu acesso ao financiamento, quer junto do sistema financeiro, quer no mercado de capitais. A Caixa subscreveu 15.000 acções com um valor de mCve. 15.000, correspondentes a 15% do capital da CV Garante. Nos termos do Acordo Parassocial, os accionistas instituições de crédito da CV Garante, concedem à SPMG – Sociedade de Investimento, S.A. uma opção de venda de acções da CV Garante pelo valor nominal a exercer anualmente com referência a 31 de Dezembro.

O movimento ocorrido no valor de balanço destas participações nos exercícios de 2014 e 2013 e o respectivo impacto nas demonstrações financeiras da Caixa pode ser demonstrado da seguinte forma:

	Novo Banco	SISP	CV Garante	Imotur	Sofhis Gere	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	96.624	45.022	-	6.844	2.000	150.490
Subscrição de capital da CV Garante	-	-	15.000	-	-	15.000
Dividendos	-	(5.006)	-	-	-	(5.006)
Resultados em associadas	(47.457)	14.228	(605)	223	(1.235)	(34.846)
Saldos em 31 de Dezembro de 2013 (Pró-forma)	49.167	54.244	14.395	7.067	765	125.638
Aumento de capital Sofhis Gere	-	-	-	-	1.500	1.500
Dividendos	-	(11.919)	-	-	-	(11.919)
Resultados em associadas	(25.269)	16.036	(1.104)	-	(508)	(10.845)
Regularizações	-	-	1	-	-	1
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	23.898	58.361	13.292	7.067	1.757	104.376

Em 31 de Dezembro de 2013, o saldo dos "Resultados em associadas – SISP" inclui mCve. 672 relativos a acertos ao resultado incorporado no exercício anterior, respectivamente.

12. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Caixa está sujeita ao Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR), à taxa de 25%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%.

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 eram os seguintes:

	2014	2013 (Pró-forma)
Activos por impostos correntes		
. IUR a recuperar	26.464	26.464
. Retenções na fonte do exercício	29.943	19.050
	56.407	45.514
Activos por impostos diferidos		
. Por prejuízos fiscais reportáveis	20.172	43.677
	20.172	43.677

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o saldo da rubrica "Activos por impostos correntes – IUR a recuperar", corresponde à liquidação provisória de imposto referente a 2012, efectuada pela Caixa no início de 2013. O valor a recuperar será deduzido em liquidações de IUR a realizar em exercícios futuros.

O detalhe e o movimento dos impostos diferidos nos exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

	2014		
	Saldo em 31-12-2013	Variação em resultados	Saldo em 31-12-2014
Prejuízos fiscais reportáveis	43.677	(23.505)	20.172
	43.677	(23.505)	20.172

	2013 (Pró-forma)			
	Saldo em 31-12-2012	Variação em resultados	Outros	Saldo em 31-12-2013
Prejuízos fiscais reportáveis	43.843	(165)	(1)	43.677
Ajustamentos de conversão para as NIRF	11.754	(11.754)	-	-
	55.597	(11.919)	(1)	43.677

No exercício de 2012 a Caixa apurou prejuízo para efeitos fiscais no montante de mCve. 175.368, tendo reconhecido os correspondentes activos por impostos diferidos. Nos termos do Código Geral Tributário aprovado pela Lei nº 37/IV/ 92, os prejuízos fiscais são dedutíveis aos lucros tributáveis, havendo-os, de um ou mais dos três exercícios seguintes. No exercício de 2014, a Caixa utilizou impostos diferidos referentes a prejuízos fiscais reportáveis, no montante de mCve. 23.505.

É convicção do Conselho de Administração que a Caixa irá gerar lucros tributáveis suficientes que permitam o aproveitamento dos prejuízos fiscais reportáveis e consequente recuperação dos impostos diferidos no decorrer de 2015.

Nos termos do Decreto-Lei nº 14/2010, de 26 de Abril, os impactos de transição para as NIRF apurados com referência a 1 de Janeiro de 2008 com efeitos nos capitais próprios, que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do regulamento do IUR, concorreram para a formação do resultado tributável em partes iguais pelo período de cinco anos. No exercício de 2013, a Caixa reconheceu a totalidade do montante remanescente dos impostos diferidos decorrentes de ajustamentos de conversão para as NIRF.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto verificadas nos exercícios de 2014 e 2013 pode ser demonstrada como se segue:

	2014		2013 (Pró-forma)	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		253.637		217.761
Imposto apurado com base na taxa nominal	25,5%	64.677	25,5%	55.529
Benefícios fiscais:				
. Rendimentos de títulos da Dívida Pública colocados em mercado secundário	(21,47%)	(54.453)	(24,80%)	(54.010)
. Rendimentos de outras obrigações	(7,35%)	(18.651)	(3,13%)	(6.824)
. Outros	0,07%	170	(0,57%)	(1.252)
Encargos não aceites fiscalmente	5,40%	13.691	8,48%	18.476
Anulação de impostos diferidos não recuperáveis	7,12%	18.071	0,00%	-
Imposto sobre lucro do exercício	9,27%	23.505	5,47%	11.919

Nos termos da legislação em vigor, os rendimentos obtidos em títulos emitidos pelo Tesouro de Cabo Verde e que tenham sido colocados no mercado secundário, estão isentos de tributação. Os rendimentos de obrigações emitidos por entidades que não o Tesouro de Cabo Verde com colocação pública e cotados na Bolsa de Valores de Cabo Verde, são tributados a uma taxa liberatória de 5%.

Em Setembro de 2008, a Caixa recebeu uma notificação pela Direcção Geral de Contribuições e Impostos (DGCI), de liquidações referentes a correcções ao imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2007 no montante de mCve. 77.897. Ainda em 2008, a Caixa procedeu à liquidação de 46.896 mCve, tendo reclamado o restante. Em Novembro de 2012, a liquidação adicional referente ao exercício de 2007 foi novamente fixada pela DGCI já atendendo à reclamação apresentada pela Caixa em mCve. 2.570. Ainda em 2012, a Caixa procedeu à liquidação de mCve. 1.503, tendo reclamado o restante. Em Abril de 2013, foi recebida resposta da DGCI aceitando os argumentos apresentados pela Caixa para imposto em falta no montante de mCve. 696 e recusando a argumentação apresentada para o remanescente. O imposto em falta foi nesta data fixado em mCve. 371. Em Junho de 2013 a Caixa procedeu à liquidação de parte do imposto em falta no montante de mCve. 337, acrescido de juros de mora, taxa de justiça e taxa de relaxe num total de mCve. 409.

Em Agosto de 2009, a Caixa foi notificada pela DGCI, de uma liquidação adicional no montante de mCve. 32.469 referente a correcções ao imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2008. No decorrer de 2010, a Caixa liquidou o montante de mCve. 8.224 (acrescido de juros de mora, taxa de justiça e taxa de relaxe), tendo reclamado o restante. Em Novembro de 2012, a liquidação adicional referente ao exercício de 2008 foi estipulada pela DGCI em mCve. 2.960, dos quais mCve. 1.150 foram aceites pela Caixa e o remanescente objecto de liquidação. Em Novembro de 2012, a Caixa procedeu à liquidação de parte do imposto cujas correcções foram aceites no montante mCve. 958, e apresentou reclamação para o remanescente. Em Julho de 2013, foi recebida resposta da DGCI aceitando os argumentos apresentados pela Caixa para imposto em falta no montante de mCve. 1.196 e recusando a argumentação apresentada para o remanescente. Em Agosto de 2013 a Caixa procedeu à liquidação de parte do imposto em falta no montante de mCve. 514, acrescido de juros de mora, taxa de justiça e taxa de relaxe num total de mCve. 605.

Em Outubro de 2009, a Caixa foi notificada pela DGCI, de uma liquidação adicional no montante de mCve. 21.124 referente a correcções ao imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2004. A Caixa aceitou correcções no montante de mCve. 4.220 e apresentou reclamação relativamente ao restante. Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 a Caixa encontra-se a aguardar conclusão do processo pela Direcção Geral de Impostos.

Em Setembro de 2010, a Caixa foi notificada pela Direcção Geral de Contribuições e Impostos, de uma liquidação adicional no montante de mCve. 49.842 referente a correcções ao imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2009. Ainda durante o exercício de 2010, a Caixa liquidou o montante de mCve. 25.074, tendo reclamado o restante. Em Dezembro de 2014, a Caixa foi notificada confirmação da matéria colectável referente ao exercício de 2009, da qual resultou a fixação do imposto adicional no montante de mCve. 26.519, tendo a Caixa apresentado reclamação para mCve. 24.768. Em Março de 2015, foi recebida resposta da DGCI aceitando os argumentos apresentados pela Caixa para imposto em falta no montante de mCve. 22.694 e recusando a argumentação apresentada para o remanescente. A Caixa procedeu à liquidação de parte do imposto em falta no montante de mCve. 3.825, acrescido de juros de mora, taxa de justiça num total de mCve. 5.962.

Em Dezembro de 2010, a Caixa foi notificada pela DGCI, de uma liquidação adicional no montante de mCve. 5.749 referente a correcções ao imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2005. A Caixa aceitou correcções no montante de mCve. 177 e apresentou reclamação relativamente às restantes correcções. A Caixa liquidou o imposto correspondente às correcções aceites em Dezembro de 2012 e encontra-se a aguardar conclusão do processo pela Direcção Geral de Impostos.

Em Julho de 2011, a Caixa recebeu uma notificação da DGCI fixando o imposto sobre o rendimento do exercício de 2010 em mCve. 74.640. Esta notificação tinha implícito um conjunto de correcções ao imposto apurado pela Caixa que foram objecto de reclamação. Em Janeiro de 2012, a Caixa recebeu nova notificação corrigindo os valores anteriormente fixados e apurando um montante de imposto de 40.644 mEuros. A Caixa procedido à liquidação de 16.145 Euros e à reclamação do valor remanescente, encontrando-se a aguardar a conclusão do processo pela Direcção Geral de Impostos.

Em Novembro de 2011, a Caixa foi notificada pela DGCI, de uma liquidação adicional no montante de mCve. 6.696 referente a correcções ao imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2006, a qual contestou. Em Março de 2013, a liquidação adicional referente ao exercício de 2006 foi fixada pela DGCI atendendo à reclamação apresentada pela Caixa em mCve. 1.369. Em Junho de 2013, a Caixa procedeu à liquidação de mCve. 1.771, correspondente ao imposto em falta acrescido de juros de mora, taxa de justiça e taxa de relaxe.

Em Janeiro de 2014 a Administração Fiscal efectuou diversas correcções à matéria colectável de 2012 das quais resultou uma redução dos prejuízos fiscais reportáveis desse ano de mCve. 175.368 para mCve. 131.465. A Caixa contestou parte das correcções efectuadas, tendo aceite correcções efectuadas pela Administração Fiscal à matéria colectável no montante de mCve. 18.143. Caso os argumentos da Caixa sejam aceites pela Administração Fiscal, o prejuízo fiscal reportável de 2012 ascenderá a mCve. 157.225.

Em Dezembro de 2014 a Caixa foi notificada pela DGCI da fixação da matéria colectável de 2013 em mCve. 178.571 face a uma matéria colectável de mCve. 657 apurada. A Caixa aceitou correcções à matéria colectável no montante de mCve. 55.862 e reclamou correcções no montante de mCve. 122.013, essencialmente relativas a imparidades não aceites fiscalmente como custo associadas a créditos abatidos ao activo. Caso os argumentos da Caixa sejam aceites pela Administração Fiscal, a matéria colectável de 2013 ascenderá a mCve. 56.558.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a Caixa tem registada uma provisão para contingências fiscais no valor de mCve 49.568 (Nota 16).

Nos termos do Código Geral Tributário aprovado pela Lei 37/IV/92, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Caixa durante um período de cinco anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correcções ao lucro tributável. Na opinião do Conselho de Administração, não é previsível que qualquer correcção seja significativa para as demonstrações financeiras da Caixa em 31 de Dezembro de 2014.

13. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013 (Pró-forma)
Outros activos:		
Bens arrematados	931.014	258.696
Numismática e medalhística	126	176
	931.140	258.872
Devedores:		
Valores a receber do Estado de Cabo Verde		
. Bonificações	733.006	637.334
. Outros	37.713	32.416
Fundo Micro-Crédito (Nota 17)	52.467	54.240
Devedores por remessas cambiais	23.225	12.160
Devedores diversos	6.603	2.279
	853.014	738.429
Despesas com encargo diferido:		
Seguros	746	745
Outros	7.148	7.033
	7.894	7.778
Operações activas a regularizar	18.885	82.178
	1.810.933	1.087.257
Imparidade de outros activos (Nota 16)		
Activos recebidos por recuperação de crédito	(13.264)	(12.798)
Outros activos	(27.803)	(25.473)
	(41.067)	(38.271)
	1.769.866	1.048.986

Em 31 de Dezembro de 2014 a Caixa tem registadas bonificações a receber no montante de mCve. 733.006 (mCve. 765.311 em 31 de Dezembro de 2013). Tendo por base uma auditoria externa efectuada à aplicação do regime de crédito bonificado, a Direcção Geral do Tesouro (DGT) questionou a elegibilidade de um conjunto de operações. Em 24 de Março de 2015, a DGT comunicou à Caixa que irá assumir a dívida relativa a parte das bonificações de crédito à habitação reclamadas entre 2004 e 2008, no montante de mCve. 169.883, e à totalidade dos valores reclamados no período entre 2009 e 2012 no montante de mCve. 359.590, embora não esteja ainda definido um plano de pagamento. Adicionalmente, considerou não elegíveis bonificações reclamadas entre 2004 e 2008 que ascendiam a mCve. 127.977, tendo a Caixa anulado este montante nas demonstrações financeiras do exercício de 2014 por contrapartida de resultados transitados e reexpresso as demonstrações financeiras do exercício de 2013 em conformidade (Nota 2.3). Ainda segundo a referida comunicação, as bonificações de 2013 e 2014, cujo valor reclamado ascende a mCve. 192.473, serão confirmadas e validadas mediante a inserção no sistema informático de controlo e monitorização do crédito bonificado, sendo entendimento do Conselho de Administração da Caixa que serão também integralmente confirmadas.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os bens arrematados correspondem a imóveis recebidos em dação e apresentam a seguinte composição de acordo com a data da sua aquisição pela Caixa:

	2014			2013 (Pró-forma)		
Ano de aquisição	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
2004	1.973	(1.973)	-	1.973	(1.973)	-
2007	958	(958)	-	3.189	(3.189)	-
2008	3.324	(3.324)	-	3.324	(3.324)	-
2009	400	(400)	-	5.750	(4.312)	1.438
2013	244.460	-	244.460	244.460	-	244.460
2014	679.899	(6.609)	673.290	-	-	-
	931.014	(13.264)	917.750	258.696	(12.798)	245.898

Através de contrato de dação em pagamento datado de 31 de Dezembro de 2014 celebrado entre a Caixa e a Tecnicil, esta entregou à Caixa em dação em pagamento três lotes de terreno na Achada Grande Trás, Ilha de Santiago, extinguindo-se a totalidade da dívida obrigacionista e do crédito concedido pela Caixa a esta entidade. Em 31 de Dezembro de 2014, o valor de balanço e o respectivo valor de avaliação determinado por peritos avaliadores independentes, ascendem a mCve. 606.406 e mCve. 794.527, respectivamente. Como resultado desta operação a Caixa reverteu perdas por imparidade no montante de mCve. 138.500, reconheceu em proveitos do exercício de 2014 na rubrica "Juros de crédito a clientes", aproximadamente, mCve. 69.600, referentes a juros vencidos e juros de mora e regularizou um descoberto não autorizado no montante de, aproximadamente, mCve. 57.330, o qual foi utilizado para debitar juros das operações de crédito até à data da dação.

No exercício de 2013, a Caixa recebeu em dação em pagamento o imóvel denominado "Hotel Sabura", localizado em Santa Maria, ilha do Sal, cujo valor de balanço em 31 de Dezembro de 2014 ascende a mCve. 244.460. O valor líquido de perdas por imparidade do crédito concedido na data da dação ascendia a mCve. 199.731. Na sequência desta operação, a Caixa reconheceu em proveitos do exercício de 2013 na rubrica "Juros de crédito a clientes – Recuperação de juros anulados" (Nota 20) mCve. 42.268 referentes a recuperação de juros abatidos ao activo.

As bonificações a receber do Estado de Cabo Verde são relativas a crédito à habitação, sendo calculadas de acordo com a legislação em vigor em Cabo Verde. Os saldos registados correspondem aos montantes reclamados pela Caixa desde o início de 2004.

No exercício de 2010, a Caixa recebeu da Direcção Geral do Tesouro (DGT) o relatório preliminar de uma auditoria externa ao regime de crédito bonificado para apurar a dívida do Estado para com a Caixa relativa a bonificações das taxas de juro, o qual questionou a elegibilidade de um conjunto de operações. A Caixa contestou as conclusões deste relatório ainda em 2010. No exercício de 2012, a Caixa recebeu a resposta ao contraditório apresentado, na qual a DGT estipula que, de um valor reclamado de mCve. 297.860 pela Caixa até 2008, apenas mCve. 115.930 são devidos. Encontram-se ainda em curso negociações com a DGT com vista à quantificação do valor definitivo a reconhecer pela DGT relativamente aos exercícios acima referidos, bem como quanto aos montantes reclamados entre 2009 e 2013, que totalizam mCve. 432.674.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o saldo da rubrica "Devedores – Fundo Micro Crédito" refere-se a créditos concedidos no âmbito do Programa de Formação e Empréstimos a Micro-Empresas. O programa tem uma estrutura de gestão autónoma e engloba sessões de formação destinadas aos clientes, antes e depois da concessão de créditos, abordando temas sobre condições de acesso, procedimentos e responsabilidades inerentes, importância do reembolso, responsabilidade solidária, gestão de negócios, entre outros. Os créditos são concedidos apenas a grupos solidários constituídos por 3 a 5 pessoas.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o saldo da rubrica "Devedores por remessas cambiais" refere-se a remessas de cheques sobre o estrangeiro, as quais foram regularizadas no início do exercício subsequente.

14. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2014	2013 (Pró-forma)
Depósitos à ordem:		
De instituições de crédito no país	162.320	114.006
Depósitos a prazo:		
De instituições de crédito no país	250.000	250.000
Empréstimos obtidos:		
Linha de Credito FMO	496.193	551.325
Outros	-	3.727
	496.193	555.052
Juros:		
De depósitos	12.855	12.875
De empréstimos obtidos	7.697	11.473
	20.552	24.348
	929.065	943.406

Em 21 de Dezembro de 2011 a Caixa contratou junto do Nederlandse Financierings-Maatschappij Voor Ontwikkelingslanden n.v. ("FMO") uma linha de crédito no montante total de 10.000.000 Euros (1.102.650 mCve). O montante total do crédito seria disponibilizado numa tranche inicial de 5.000.000 Euros (551.325 mCve) e em duas tranches de 2.500.000 Euros cada (275.663 mCve), com reembolso semestral no período decorrido entre Julho de 2014 e Janeiro de 2019. Esta linha de crédito vence juros a uma taxa variável. Em 31 de Dezembro de 2013 a Caixa apenas tinha utilizado a primeira tranche, no montante de 551.325 mCve. Em Julho de 2014 liquidou a primeira tranche definida no plano de amortização da linha de crédito no montante de mCve. 55.132.

O contrato celebrado com o FMO prevê ainda que em caso de incumprimento dos covenants, a Caixa deverá apresentar ao FMO a fundamentação desse incumprimento (“waiver request”), bem como as diligências a efectuar com vista à sua resolução, sujeito a uma penalidade monetária. O contrato prevê ainda que em caso de incumprimento o FMO poderá solicitar o reembolso antecipado do empréstimo.

Desde 30 de Setembro de 2012 que a Caixa encontra-se em situação de incumprimento do covenant “Open assets exposure ratio”. Neste sentido, em 25 de Fevereiro de 2013 enviou um “waiver request” ao FMO onde justificou os motivos do incumprimento e apresentou medidas concretas para a sua regularização.

Em 31 de Dezembro de 2013, a Caixa estava em situação de incumprimento dos covenants “Open assets exposure ratio” e “Single Group Exposure Ratio”. Em 19 de Dezembro de 2013, a Caixa manifestou formalmente ao FMO a sua intenção de não utilizar as tranches remanescentes do empréstimo, no montante total de 5.000.000 Euros, liquidando a penalização de não utilização dos fundos (“cancellation fee”) prevista no contrato, e solicitou um “waiver” aos incumprimentos verificados. Caso este “waiver” não seja aceite pelo FMO, a Caixa manifestou a sua intenção de liquidar antecipadamente o financiamento. Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Outros custos administrativos – FMO” refere-se ao montante da penalização a liquidar ao FMO pelo não cumprimento dos covenants no montante de mCve.1.103, e ao montante da penalização a liquidar ao FMO pela não utilização do empréstimo obtido na totalidade (Nota 17), respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2014 a Caixa encontrava-se em incumprimento do “Open Assets Exposure Ratio” e “Cost to income Ratio”, encontrando-se em negociações com o FMO vista a uma revisão dos “covenants” contratuais do financiamento.

15. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013 (Pró-forma)
Depósitos de poupança:		
Particulares - cadernetas	5.399.094	5.026.522
Depósitos à vista:		
De residentes	14.054.183	12.593.987
De emigrantes	652.187	663.753
	14.706.370	13.257.740
Depósitos a prazo:		
De residentes	12.386.409	11.445.129
De emigrantes	11.574.689	10.598.358
	23.961.098	22.043.487
Outros recursos:		
Títulos cedidos com acordo de recompra (Nota 7)	4.372.730	4.445.730
Empréstimos obtidos de residentes	265.833	295.000
Cheques e ordens a pagar	21.728	(4.375)
	4.660.291	4.736.355
Juros:		
De depósitos	548.137	518.139
De títulos cedidos com acordo de recompra	53.767	54.990
De empréstimos obtidos de residentes	4.448	4.832
	606.352	577.961
Despesas com encargo diferido:		
De empréstimos obtidos de não residentes	(10.819)	(13.419)
	49.322.386	45.628.646

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Outros recursos - Empréstimos obtidos de residentes” corresponde a um empréstimo obtido junto do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), o qual vence juros a uma taxa fixa, a reembolsar em 15 prestações anuais. Este empréstimo visa a concessão de créditos aos trabalhadores do INPS para aquisição de habitação própria.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 o saldo da rubrica “Cheques e ordens a pagar” inclui mCve. 21.805 e mCve. 13.085, respectivamente, referentes a transferências recebidas via Western Union cuja compensação financeira apenas ocorreu nos primeiros dias de 2015 e 2014.

16. PROVISÕES, IMPARIDADE E CONTINGÊNCIAS

O movimento ocorrido nas provisões e imparidade da Caixa nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é o seguinte:

	2014					
	Saldos em 31-12-2013	Dotações líquidas	Utilizações	Regularizações	Saldos em 31-12-2014	Recuperações de crédito
Imparidade						
Imparidade de crédito a clientes (Nota 7)	2.528.169	207.631	(55.684)	(53.442)	2.626.674	(63.470)
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	200	-	-	-	200	-
Imparidade de outros activos (Nota 13)	38.271	9.038	(6.242)	-	41.067	-
Provisões para contingências fiscais (Nota 12)	49.568	-	-	-	49.568	-
Outras provisões	5.513	3.769	-	(3.769)	9.282	-
	55.081	3.769	-	(3.769)	58.850	-
	2.621.721	220.438	(61.926)	(57.211)	2.723.022	(63.470)

	2013 (Pró-forma)				
	Saldos em 31-12-2012	Dotações líquidas	Utilizações	Saldos em 31-12-2013	Recuperações de crédito
Imparidade					
Imparidade de crédito a clientes (Nota 7)	2.397.454	390.039	(259.324)	2.528.169	(38.225)
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	200	-	-	200	-
Imparidade de outros activos (Nota 13)	35.617	2.654	-	38.271	-
Provisões para contingências fiscais (Nota 12)	48.148	1.829	(409)	49.568	-
Outras provisões	-	5.513	-	5.513	-
	48.148	7.342	(409)	55.081	-
	2.481.419	400.035	(259.733)	2.621.721	(38.225)

Em Junho de 2014 foi intentada contra a Caixa e contra o Estado de Cabo Verde uma acção declarativa nos termos da qual os seus autores reclamam por danos patrimoniais e não patrimoniais um valor de, aproximadamente, 216.000 mCve (161.000 mCve a título de lucros cessantes e 40.000 mCve a título de danos patrimoniais e 15.000 mCve a título de danos emergentes). A Caixa e o Estado de Cabo Verde apresentaram em Julho de 2014 as respectivas contestações, encontrando-se o processo a aguardar julgamento. A Caixa não registou nas suas demonstrações financeiras qualquer provisão para esta contingência. É convicção do Conselho de Administração que os argumentos apresentados serão acolhidos pelo Tribunal e desta situação não advirão impactos materialmente relevantes para as demonstrações financeiras.

17. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013 (Pró-forma)
Recursos		
Recursos consignados - Fundo Micro-Crédito (Nota 13)	52.467	54.240
Sector público administrativo - retenção de impostos na fonte	30.396	28.213
Outros	5.276	4.220
Custos com pessoal:		
Férias e subsídio de férias	55.161	58.049
Prémio de produtividade	35.449	33.785
Subsídio de falha	11.296	11.133
Outros custos administrativos:		
Encargos com ATM	11.604	9.442
Água, gás e eletricidade	7.075	7.975
Comunicações	3.800	2.312
Comissões a pagar - Western Union	3.166	1.106
FMO (Nota 14)	1.489	11.412
Outros	54.037	51.447
Receitas com proveito diferido:		
De operações extrapatrimoniais	658	1.180
Outras contas de regularização	36.367	92.585
	308.241	367.099

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Outros custos administrativos – Outros” inclui mCve. 15.750 e mCve. 15.715, referentes aos valores a entregar ao INPS a título de encargos sociais do mês de Dezembro, respectivamente, e mCve. 8.448 e mCve. 8.266, referentes ao imposto único sobre o rendimento dos colaboradores do mês de Dezembro, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Outras contas de regularização” inclui mCve. 9.813 e mCve. 8.241, respectivamente, referentes a montantes pendentes de liquidação de empréstimos bonificados. Adicionalmente, o saldo remanescente desta rubrica é composto essencialmente por valores a regularizar com bancos e clientes que correspondem essencialmente a transferências electrónicas interbancárias que são compensadas nos primeiros dias do exercício subsequente.

18. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o capital da Caixa está representado por 1.392.000 acções com um valor nominal de mil Escudos de Cabo Verde cada, integralmente subscritas e realizadas.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a estrutura accionista da Caixa é a seguinte:

	2014		2013 (Pró-forma)	
Entidade	Número de acções	%	Número de acções	%
Instituto Nacional de Previdência Social	448.932	32,2%	447.958	32,2%
Geocapital, Sociedade de Gestão e Participação, S.A.	381.904	27,4%	381.904	27,4%
Correios de Cabo Verde	210.749	15,1%	210.749	15,1%
Impar - Companhia Caboverdeana de Seguros	168.032	12,1%	168.032	12,1%
Outros subscritores e trabalhadores	182.383	13,2%	183.357	13,2%
	1.392.000	100,00%	1.392.000	100,00%

19. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	2014	2013 (Pró-forma)
Outras reservas e resultados transitados		
. Reserva legal	421.998	421.998
. Outras reservas	1.822.586	1.822.586
. Resultados transitados	(99.197)	(305.039)
	2.145.387	1.939.545
Lucro do exercício	230.132	205.842
	2.375.519	2.145.387

Nos termos da legislação em vigor em Cabo Verde (Lei nº 3/V/96), um mínimo de 10% do resultado líquido anual deve ser destinado ao reforço da reserva legal. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da entidade, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas.

Na reunião da Assembleia Geral realizada em 11 de Abril de 2014, foi deliberada a distribuição de dividendos no montante de mCve. 174.000 e incorporação em reserva legal e outras reservas nos montantes de mCve. 20.585 e mCve. 11.257, respectivamente, condicionada à pronúncia do Banco de Cabo Verde. Em ofício datado de 23 de Maio de 2014, o Banco Central de Cabo Verde solicitou ao Conselho de Administração que apresentasse uma proposta de aplicação de resultados que não contemplasse a distribuição de dividendos. Em reunião extraordinária da Assembleia Geral realizada em 28 de Julho de 2014, o Conselho de Administração deu a conhecer aos Accionistas a posição do Banco de Cabo Verde, os quais confirmaram a sua deliberação de 11 de Abril de 2014 de distribuição de dividendos no referido montante. Não obstante, tendo em conta as comunicações recebidas do Banco de Cabo Verde, até 31 de Dezembro de 2014 o Conselho de Administração não procedeu à referida distribuição nem ao registo contabilístico da decisão de aplicação de resultados deliberada em Assembleia Geral.

Na reunião da Assembleia Geral realizada em 23 de Maio de 2013, foi deliberada a transferência do resultado líquido do exercício de 2012, nos montantes de mCve. 11.866 e mCve. 106.798 para a rubrica “Reserva legal” e “Outras reservas”, respectivamente.

20. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013 (Pró-forma)
Juros de crédito de clientes		
Crédito interno	2.226.466	2.246.013
Recuperação de juros anulados	246.839	336.251
Juros de outros créditos e valores a receber (titulados)		
Obrigações do Tesouro	380.383	325.061
Outros títulos de rendimento fixo	116.063	95.055
Juros de aplicações no Banco de Cabo Verde		
Depósitos a prazo	13.468	23.734
Títulos de intervenção monetária	2.217	9.392
Títulos de regularização monetária	955	3.345
Juros de aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	1.515	744
Outros juros e rendimentos similares	165	143
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	113.449	92.659
	3.101.520	3.132.397

No exercício de 2013 as recuperações de juros anulados incluem mCve. 42.268 referentes a proveitos reconhecidos no âmbito da dação em pagamento da Hotel Sabura Lda. (Nota 13) e mCve. 30.000 relativos a um recebimento efectivo do Estado de Cabo Verde. As restantes recuperações de juros no montante de mCve. 263.983 referem-se essencialmente a reestruturações de crédito.

Nos exercícios de 2014 e 2013, os juros de Obrigações do Tesouro colocadas no mercado secundário ascenderam a mCve. 259.863 e mCve. 263.648, respectivamente (Nota 21).

21. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013 (Pró-forma)
Depósitos de poupança		
Cadernetas	82.512	42.011
Depósitos à ordem		
De emigrantes	12.444	10.991
De residentes	88	52
Depósitos a prazo		
De residentes	563.347	539.798
De emigrantes	492.394	464.087
Empréstimos		
De não residentes	17.816	19.734
De residentes	6.919	7.688
Operações de venda com acordo de recompra		
Obrigações do Tesouro (Nota 20)	259.863	263.648
Juros anulados de crédito de clientes		
Crédito interno	41.254	21.624
Outros	3.107	3.092
	1.479.744	1.372.725

22. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013 (Pró-forma)
Rendimentos de serviços e comissões:		
Comissões sobre operações cambiais	72.878	78.840
Comissões Western Union	42.850	49.300
Comissões de manutenção de contas	15.004	15.447
Comissões VISA	10.127	9.029
Outros serviços bancários prestados	9.017	10.032
Garantias e avales prestados	8.268	10.554
Créditos documentários	637	313
Outras comissões	9.211	8.349
	167.992	181.864
Encargos com serviços e comissões:		
Comissões VISA	(12.434)	(12.226)
Comissões sobre operações cambiais	(14.346)	(12.272)
Outras comissões e encargos	(35.554)	(44.951)
	(62.334)	(69.449)

23. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2014			2013 (Pró-forma)		
	Lucros	Prejuízos	Líquido	Lucros	Prejuízos	Líquido
Resultados em divisas	121.167	(99.670)	21.497	162.268	(103.252)	59.016
Resultados em notas e moedas	127.129	(66.624)	60.505	138.220	(123.564)	14.656
	248.296	(166.294)	82.002	300.488	(226.816)	73.672

24. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta rubrica corresponde a ganhos na alienação de imóveis recebidos em dação.

25. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2014	2013 (Pró-forma)
Outros proveitos de exploração:		
Prestação de serviços:		
Taxas de serviço	25.675	24.067
Cartões de crédito	7.886	7.729
Venda de cheques e cadernetas	7.526	7.547
Locação de imóveis (Nota 8)	140	110
Outros proveitos de exploração	6.600	4.557
	47.827	44.010
Outros custos de exploração:		
Outros impostos	(14.694)	(18.075)
Donativos	(1.021)	(909)
Quotizações	(1.798)	(627)
Outros	-	(2.752)
	(17.513)	(22.363)
	30.314	21.647

26. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013 (Pró-forma)
Remunerações de empregados	473.944	475.565
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	23.990	24.768
Encargos Sociais		
Previdência social	71.970	70.764
Despesas médicas	5.258	5.189
Outros	6.051	5.660
Prémios de produtividade	35.449	2.798
Outros	5.484	6.110
	622.146	590.854

No exercício de 2013 a Caixa anulou o acréscimo de custos referente a prémios de produtividade que tinha reconhecido em 2012 no montante de mCve. 30.987 uma vez que a sua distribuição não foi aprovada.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a Caixa dispunha do seguinte quadro de colaboradores:

	2014	2013
Administradores executivos	3	3
Direcção Geral e Coordenação	17	17
Gerência e chefias	40	40
Técnicos	125	108
Administrativos	87	103
Apoio Geral e auxiliar	49	50
	321	321

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os números apresentados acima incluem 29 e 50 colaboradores, respectivamente, com contrato de trabalho a termo certo.

27. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013 (Pró-forma)
Serviços especializados	168.872	154.834
Encargos com ATM	114.149	107.934
Água, gás e eletricidade	64.289	72.020
Comunicações	39.901	45.556
Publicidade	51.233	37.143
Conservação e reparação	25.174	25.172
Deslocações, estadas e representação	31.258	20.737
Material de consumo corrente	20.827	18.666
Rendas e alugueres	16.816	16.235
Seguros	20.087	15.767
Combustíveis	9.583	10.170
Transportes	4.035	2.508
Encargos com formação do pessoal	2.473	2.405
Material informático	687	1.425
Outros	5.388	3.596
	574.772	534.168

28. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os passivos contingentes associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	2014	2013 (Pró-forma)
Passivos eventuais		
Garantias e avales prestados	289.322	403.130
Créditos documentários abertos	15.202	-
	304.524	403.130
Depósito e guarda de valores	29.932.946	29.261.894
	30.237.470	29.665.024

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 a rubrica “Depósitos e guarda de valores” inclui mCve.18.328.394 e mCve.18.909.171, respectivamente, relativos a títulos depositados na Caixa pelo INPS.

29. RELATO POR SEGMENTOS

Para finalidade de gestão, a Caixa está organizada em dois segmentos, designados de “Negociação e Vendas” e “Banca Comercial”.

O segmento de Negociação e Vendas está relacionado com a gestão de tesouraria, gestão de carteira de títulos e outras operações de mercados. No segmento de Banca Comercial, destaca-se a actividade de crédito e depósitos, de prestações de serviços a clientes e outros.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a informação relativa aos segmentos operacionais utilizada da Caixa pode ser resumida da seguinte forma:

	2014		
	Negociação e Vendas	Banca Comercial	Total
Juros e rendimentos similares	490.016	2.611.504	3.101.520
Juros e encargos similares		(1.479.744)	(1.479.744)
MARGEM FINANCEIRA	490.016	1.131.760	1.621.776
Rendimentos com serviços e comissões	-	167.992	167.992
Encargos com serviços e comissões	-	(62.334)	(62.334)
Resultados de reavaliação cambial	-	82.002	82.002
Resultados de alienação de outros ativos	11.172	-	11.172
Outros resultados de exploração	30.314	-	30.314
PRODUTO BANCÁRIO	531.502	1.319.420	1.850.922
Provisões e imparidade líquida de reversões e recuperações	-	-	(156.868)
	531.502	1.319.420	1.694.054
Outros custos e proveitos			(1.440.417)
Resultado líquido do exercício			**230.132**
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	11.337.246	11.337.246
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	1.071.043	1.071.043
Ativos financeiros disponíveis para venda	3.823	-	3.823
Aplicações em instituições de crédito	3.030.857	109.389	3.140.246
Crédito a clientes (saldos brutos)	9.275.154	28.006.889	37.282.043
Recursos de outras instituições de crédito	-	(929.065)	(929.065)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(265.833)	(49.056.553)	(49.322.386)

	2013 (Pró-forma)		
	Negociação e Vendas	Banca Comercial	Total
Juros e rendimentos similares	429.305	2.703.092	3.132.397
Juros e encargos similares	-	(1.372.725)	(1.372.725)
MARGEM FINANCEIRA	429.305	1.330.367	1.759.672
Rendimentos com serviços e comissões	-	181.864	181.864
Encargos com serviços e comissões	-	(69.449)	(69.449)
Resultados de reavaliação cambial	-	73.672	73.672
Resultados de alienação de outros ativos	5.042	-	5.042
Outros resultados de exploração	21.647	-	21.647
PRODUTO BANCÁRIO	455.994	1.516.454	1.972.448
Provisões e imparidade líquida de reversões e recuperações	-	-	(361.810)
	455.994	1.516.454	1.610.638
Outros custos e proveitos	-	-	(1.392.877)
Resultado líquido do exercício			**205.842**
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	5.691.712	5.691.712
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	661.616	661.616
Ativos financeiros disponíveis para venda	3.823	-	3.823
Aplicações em instituições de crédito	6.726.054	108.433	6.834.487
Crédito a clientes (saldos brutos)	8.318.397	27.917.124	36.235.521
Recursos de outras instituições de crédito	-	(943.406)	(943.406)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(295.000)	(45.333.646)	(45.628.646)

A totalidade da actividade da Caixa é desenvolvida na República de Cabo Verde.

30. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas da Caixa os seus accionistas, empresas associadas e os órgãos de gestão.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as demonstrações financeiras da Caixa incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

	2014			
	Estado de Cabo Verde	Acionistas		Associadas
		INPS	IMPAR	
Ativos:				
Aplicações em instituições de crédito	3.031.000	-	-	-
Crédito a clientes	7.657.501	-	-	174.753
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	104.376
Imparidade	-	-	-	(43.742)
Outros ativos	898.697	-	-	-
Passivos:				
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	307.382	50.913
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	13.363.361	-	-
Proveitos:				
Juros e rendimentos similares	390.593	-	-	-
Custos:				
Juros e encargos similares	-	6.919	15.000	-

	2013 (Pró-forma)			
	Estado de Cabo Verde	Accionistas		Associadas
		INPS	IMPAR	
Activos:				
Aplicações em instituições de crédito	727.000	-	-	-
Crédito a clientes	6.938.548	-	-	174.753
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	125.638
Imparidade	-	-	-	(43.742)
Outros activos	797.726	-	-	-
Passivos:				
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	299.042	928
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	11.791.106	-	-
Proveitos:				
Juros e rendimentos similares	357.984	-	-	-
Custos:				
Juros e encargos similares	-	7.688	15.000	-

Órgãos de gestão

Em 2014, os custos suportados relativos à remuneração e outros benefícios atribuídos aos membros do Conselho de Administração da Caixa ascenderam a mCve. 23.990 (mCve. 24.768 no exercício de 2013) (Nota 26).

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o valor do crédito concedido a membros do Conselho de Administração ascendia a mCve. 14.750 e mCve. 14.364, respectivamente.

31. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade da Caixa Económica de Cabo Verde

A Caixa Económica de Cabo Verde está sujeita a riscos diversos no âmbito do desenvolvimento da sua actividade. A gestão de riscos apoia na constante identificação e análise da exposição aos diferentes riscos, tais como o risco de mercado, risco de liquidez, risco de crédito, risco operacional, e na adopção da estratégia de controlo, dentro dos parâmetros previamente definidos.

A gestão é complementada pela análise a posteriori dos indicadores de performance.

Risco cambial

O risco cambial é calculado sobre a posição global em divisas da instituição, determinada conforme definido no Aviso nº 3/2000, do Banco de Cabo Verde e respectivas instruções técnicas. Considerando o acordo juridicamente vinculativo que estabelece a paridade do escudo caboverdiano com o euro, a posição em euros não é computada para o efeito do cálculo do total das posições abertas longas e curtas.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de ocorrência de incapacidade de cumprir com as obrigações e compromissos financeiros assumidos bem como de obter recursos e fazer aplicações a taxas e prazos apropriados.

A avaliação do risco na Caixa é feita tendo em consideração os indicadores estabelecidos pela entidade de supervisão e pelo Conselho de Administração e consiste no respeito permanente do rácio de cobertura das responsabilidades.

O acompanhamento nos diferentes prazos é feito com base nas projecções de entradas e saídas de fundos, permitindo a gestão eficiente das necessidades.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2014						
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo:							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	11.337.246	-	-	-	-	-	11.337.246
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.071.043	-	-	-	-	-	1.071.043
Aplicações em instituições de crédito	2.918.000	114.164	-	108.225	-	(143)	3.140.246
Crédito a clientes (saldos brutos)	2.066.429	393.172	1.816.059	11.107.913	16.880.378	5.018.092	37.282.043
	17.392.718	507.336	1.816.059	11.216.138	16.880.378	5.017.949	52.830.578
Passivo:							
Recursos de outras instituições de crédito	(362.320)	-	(50.000)	(496.193)	-	(20.553)	(929.066)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(22.232.262)	(4.140.324)	(14.155.933)	(6.765.605)	(1.432.730)	(595.532)	(49.322.386)
	(22.594.582)	(4.140.324)	(14.205.933)	(7.261.798)	(1.432.730)	(616.085)	(50.251.452)
Diferencial	(5.201.864)	(3.632.988)	(12.389.874)	3.954.340	15.447.648	4.401.864	2.579.126

	2013 (Pró-forma)						
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo:							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5.691.712	-	-	-	-	-	5.691.712
Disponibilidades em outras instituições de crédito	661.616	-	-	-	-	-	661.616
Aplicações em instituições de crédito	6.427.000	300.000	-	-	108.225	(738)	6.834.487
Crédito a clientes (saldos brutos)	799.602	1.356.282	1.685.552	9.462.386	18.108.419	4.823.280	36.235.521
	13.579.930	1.656.282	1.685.552	9.462.386	18.216.644	4.822.542	49.423.336
Passivo:							
Recursos de outras instituições de crédito	(317.734)	-	(50.000)	-	(551.325)	(24.347)	(943.406)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(20.295.935)	(2.743.090)	(15.273.358)	(3.107.742)	(3.652.730)	(555.791)	(45.628.646)
	(20.613.669)	(2.743.090)	(15.323.358)	(3.107.742)	(4.204.055)	(580.138)	(46.572.052)
Diferencial	(7.033.739)	(1.086.808)	(13.637.806)	6.354.644	14.012.589	4.242.404	2.851.284

Os prazos apresentados são contratuais, mas na realidade os Depósitos à ordem incluídos na rubrica Recursos de clientes e outros empréstimos apresentam um carácter de estabilidade e prazos mais alargados, permitindo à Caixa cumprir os rácios de liquidez exigidos pelo Banco de Cabo Verde.

A coluna “Indeterminado” inclui juros a receber e a pagar e valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos e o crédito vencido

Risco de taxa de juro

A gestão do risco de taxa de juro visa proteger o valor patrimonial, assim como a optimizar a margem financeira da Caixa.

A Caixa assume o risco de taxa de juro sempre que nas operações contratadas existem fluxos financeiros futuros sensíveis a variações de taxas de juro.

A metodologia adoptada para a medição deste risco consiste no agrupamento dos activos e passivos sensíveis em intervalos de tempo, de acordo com as respectivas datas de revisão de taxas de juro. São calculados, em cada intervalo, os cash flows activos e passivos assim como o correspondente *gap* de risco de taxa de juro.

Risco de mercado

O risco de mercado é definido como o risco de perda nas contas extrapatrimoniais em decorrência de uma variação nos preços do mercado, como os instrumentos relativos a riscos de taxas de câmbio em todos os elementos patrimoniais e extrapatrimoniais e instrumentos relativos a riscos de taxas de juro que compõem a carteira de negociação.

O risco de taxas de câmbios é calculado sobre a posição global em divisas em conformidade com a Lei nº 3/V/96 de 1 de Julho e com o Decreto-Lei nº 12/2005 de 7 de Fevereiro.

O valor dos fundos próprios mínimos afectos a cobertura do risco de mercado relativo a taxas de câmbio é de 10% da posição global em divisas.

Risco de crédito

O risco de crédito traduz a possibilidade de ocorrências de perdas caso a contraparte ou seu garante não consiga cumprir com as suas obrigações financeiras, nomeadamente o reembolso do empréstimo.

A Caixa aplica uma estratégia de gestão de risco que se apoia em normas e procedimentos e numa política de provisionamento tendo por base a análise colectiva e individual dos créditos. Para o efeito são definidos os conceitos, princípios e regras a serem observadas durante a vida do crédito, incluindo na fase de recuperação. A avaliação de risco das operações activas e extrapatrimoniais está suportada na análise da qualidade de operação proposta, nomeadamente da sua finalidade, prazo, garantia, entre outros. São ainda considerados na avaliação específica do risco a concentração da exposição, os limites aos grandes riscos na perspectiva prudencial.

Exposição máxima a risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a exposição máxima a risco de crédito da Caixa apresenta a seguinte decomposição:

	2014	2013 (Pró-forma)
Aplicações em instituições de crédito	3.140.246	6.834.487
Crédito a clientes	34.655.369	33.707.352
	37.795.615	40.541.839
Garantias e avales	289.322	403.130
Créditos documentários abertos	15.202	-
	304.524	403.130
Exposição máxima	38.100.139	40.944.969

Qualidade de crédito concedido a clientes

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 o valor de balanço bruto de crédito concedido a clientes, excluindo "Outros créditos e valores a receber titulados", juros corridos ou garantias prestadas e créditos documentários a empresas, apresentava a seguinte decomposição:

	2014			
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em *"Default"*	Total
Empresas				
Crédito a empresas				
Vincendo	6.581.558	55.321	2.084.854	8.721.733
Vencido	1.699	6.451	1.163.192	1.171.342
	6.583.257	61.772	3.248.046	9.893.075
Garantias e créditos documentários a empresas				
Vincendo	302.024	-	-	302.024
Retalho				
Crédito à habitação				
Vincendo	9.868.810	308.839	1.427.967	11.605.616
Vencido	-	2.483	199.542	202.025
	9.868.810	311.322	1.627.509	11.807.641
Crédito ao consumo				
Vincendo	3.984.555	78.256	239.857	4.302.668
Vencido	25	6.255	230.389	236.669
	3.984.580	84.511	470.246	4.539.337
Outros créditos				
Vincendo	360.882	32.082	269.123	662.087
Vencido	8.996	2.611	63.518	75.125
	369.878	34.693	332.641	737.212
Garantias prestadas				
Vincendo	2.500	-	-	2.500
Instituições financeiras				
Vincendo	170	-	-	170
Sector Público				
Vincendo	1.094.259	-	-	1.094.259
Vencido	-	-	15	15
	1.094.259	-	15	1.094.274
Total crédito vincendo	22.194.758	474.498	4.021.801	26.691.057
Total crédito vencido	10.720	17.800	1.656.656	1.685.176
Total de crédito	22.205.478	492.298	5.678.457	28.376.233

	2013 (Pró-forma)			
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em *"Default"*	Total
Empresas				
Crédito a empresas				
Vincendo	7.219.557	410.891	1.847.094	9.477.542
Vencido	4.863	10.114	917.337	932.314
	7.224.420	421.005	2.764.431	10.409.856
Garantias e créditos documentários a empresas				
Vincendo	394.295	-	-	394.295
Retalho				
Crédito à habitação				
Vincendo	9.542.670	470.454	1.212.414	11.225.538
Vencido	80	4.077	159.486	163.643
	9.542.750	474.531	1.371.900	11.389.181
Crédito ao consumo				
Vincendo	3.842.400	112.030	173.454	4.127.884
Vencido	1	10.642	188.326	198.969
	3.842.401	122.672	361.780	4.326.853
Outros créditos				
Vincendo	385.728	11.727	379.469	776.924
Vencido	6.783	1.554	55.384	63.721
	392.511	13.281	434.853	840.645
Garantias prestadas				
Vincendo	8.835	-	-	8.835
Instituições financeiras				
Vincendo	117	-	-	117
Sector Público				
Vincendo	1.003.277	-	-	1.003.277
Vencido	-	-	15	15
	1.003.277	-	15	1.003.292
Total crédito vincendo	22.396.879	1.005.102	3.612.431	27.014.412
Total crédito vencido	11.727	26.387	1.320.548	1.358.662
Total de crédito	22.408.606	1.031.489	4.932.979	28.373.074

Na preparação dos quadros apresentados acima foram consideradas as seguintes classificações:

- "Créditos sem incumprimento"
  - Empresas: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 30 dias;
  - Particulares: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 7 dias;
- "Créditos com incumprimento"
  - Empresas: créditos com saldos vencidos entre 30 dias e 90 dias;
  - Particulares: créditos com saldos vencidos entre 7 dias e 90 dias;
- "Créditos em default" – créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias. No que respeita a créditos concedidos a empresas, caso o cliente apresente pelo menos uma operação com prestações vencidas há mais de 90 dias, a totalidade da exposição perante a Caixa foi reclassificada para esta categoria.

Adicionalmente, o crédito vencido inclui apenas os montantes das operações ou prestações vencidas e não pagas na data de referência. Na Nota 7, a rubrica "Crédito vencido" inclui a totalidade do valor a receber relativo a operações com valores em atraso.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os créditos aos quais foi atribuída imparidade específica através de análise individual totalizaram 5.604.719 mCve. e mCve. 3.953.318, respectivamente, ascendendo a imparidade a 1.148.468 mCve. e mCve. 1.247.607, respectivamente. Conforme descrito na Nota 2.2. d) os créditos objecto de análise individual aos quais não foi atribuída imparidade específica foram englobados numa análise colectiva.

De forma a dar cumprimento à Circular Série A, n.º 150 de 28 de Dezembro de 2009, emitida pelo Banco Central de Cabo Verde, os indicadores de qualidade do crédito em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 são apresentados da seguinte forma:

	2014	2013 (Pró-forma)
Crédito em incumprimento/crédito total	7,63%	7,21%
Crédito em incumprimento líquido/crédito total, líquido	0,60%	0,24%

Justo valor

No quadro seguinte é apresentada a comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais activos e passivos financeiros mantidos ao custo amortizado em 31 de Dezembro de 2014 e 2013.

	2014				
	Saldos analisados			Saldos não analisados	
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	Valor de balanço total
Activo:					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	11.337.246	11.337.246	-	-	11.337.246
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.071.043	1.071.043	-	-	1.071.043
Activos financeiros disponíveis para venda	3.823	3.823	-	-	3.823
Aplicações em instituições de crédito	3.140.246	3.140.246	-	-	3.140.246
Crédito a clientes	32.247.291	29.865.298	(2.381.993)	5.034.752	37.282.043
	47.799.649	45.417.656	(2.381.993)	5.034.752	52.834.401
Passivo:					
Recursos de outras instituições de crédito	929.065	572.351	(356.714)	-	929.065
Recursos de clientes e outros empréstimos	49.322.386	49.658.223	335.837	-	49.322.386
	50.251.451	50.230.574	(20.877)	-	50.251.451

	2013 (Pró-forma)				
	Saldos analisados			Saldos não analisados	
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	Valor de balanço total
Activo:					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	5.691.712	5.691.712	-	-	5.691.712
Disponibilidades em outras instituições de crédito	661.616	661.616	-	-	661.616
Activos financeiros disponíveis para venda	3.823	3.823	-	-	3.823
Aplicações em instituições de crédito	6.834.487	6.834.487	-	-	6.834.487
Crédito a clientes	31.403.247	29.579.016	(1.824.231)	4.832.274	36.235.521
	44.594.885	42.770.654	(1.824.231)	4.832.274	49.427.159
Passivo:					
Recursos de outras instituições de crédito	943.406	606.721	(336.685)	-	943.406
Recursos de clientes e outros empréstimos	45.628.646	46.429.714	801.068	-	45.628.646
	46.572.052	47.036.435	464.383	-	46.572.052

No apuramento do justo valor, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Relativamente aos saldos à vista e às aplicações em instituições de crédito, de curto prazo, o valor de balanço corresponde ao justo valor;

- Relativamente aos activos financeiros disponíveis para venda:

  • As obrigações de dívida pública portuguesa foram registadas ao custo histórico, encontrando-se registada imparidade no valor total da aplicação, mCve. 200, para reduzir o valor de balanço ao seu valor estimado de realização.

  • A participação no Fundo G.A.R.I, face ao seu reduzido valor de balanço, foi registada ao custo histórico.

- O justo valor dos restantes instrumentos foi determinado pela Caixa com base em modelos de fluxos de caixa descontados, tendo em consideração as condições contratuais das operações e utilizando taxas de juro apropriadas face ao tipo de instrumento e taxas praticadas em instrumentos semelhantes emitidos ou contratados perto do final do exercício.

- A coluna “Saldos não analisados” inclui essencialmente o crédito vencido, líquido da imparidade constituída.

Análise de sensibilidade – Taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro, excluindo instrumentos financeiros derivados, de deslocações paralelas na curva de taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 “basis points”(bps), respectivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

	2014					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Crédito a clientes (saldo bruto)	690.456	338.068	47.506	(135.600)	(280.480)	(552.852)
Total activo sensível	690.456	338.068	47.506	(135.600)	(280.480)	(552.852)
Recursos de outras instituições de crédito	22.049	19.033	17.612	14.939	13.684	11.329
Total passivo sensível	22.049	19.033	17.612	14.939	13.684	11.329
Total Ganho / (Perda)	668.407	319.035	29.894	(150.539)	(294.164)	(564.181)

	2013 (Pró-forma)					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Crédito a clientes (saldo bruto)	333.578	161.466	74.774	(108.074)	(204.546)	(408.457)
Total activo sensível	333.578	161.466	74.774	(108.074)	(204.546)	(408.457)
Recursos de outras instituições de crédito	58.090	50.822	47.341	40.674	37.481	31.366
Total passivo sensível	58.090	50.822	47.341	40.674	37.481	31.366
Total Ganho / (Perda)	275.488	110.644	27.433	(148.748)	(242.027)	(439.823)

No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projectada para os exercícios de 2014 e 2013, respectivamente, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 200 bps que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

	Projecção margem financeira					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Exercicio 2014	(34.200)	(17.100)	(8.550)	8.550	17.100	34.200
Exercicio 2013	(38.825)	(19.412)	(9.706)	9.706	19.412	38.825

No apuramento dos impactos apresentados no quadro acima, foi considerado que os activos e passivos sensíveis a taxa de juro em balanço nas datas de referência do cálculo se manteriam estáveis ao longo dos exercícios de 2014 e 2013, respectivamente, procedendo-se à sua renovação, sempre que aplicável, considerando as condições de mercado vigentes nas referidas datas de renovação e o "spread" médio das operações vivas em 31 de Dezembro de 2014 e 2013. Esses impactos correspondem exclusivamente a obrigações corporate detidas pela Caixa.

De referir que a informação contida nos quadros anteriores diz respeito a um cenário estático, não tendo em consideração alterações na estratégia e políticas de gestão do risco de taxa de juro que a Caixa possa adoptar em consequência de variações nas taxas de juro de referência.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o crédito a clientes foi maioritariamente concedido a taxa fixa, o qual ascendia a 27.690.373 mCve. e mCve. 28.288.584, respectivamente.

Risco cambial

Decomposição de instrumentos financeiros por moeda

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	2014				
	Moeda				
	Escudos de Cabo Verde	Euros	Dólares Norte-americanos	Outras	Total
Activo:					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	9.339.691	1.687.463	205.873	104.219	11.337.246
Disponibilidades em outras instituições de crédito	24.125	463.751	409.724	173.443	1.071.043
Activos financeiros disponíveis para venda (saldo líquido)	-	3.823	-	-	3.823
Aplicações em instituições de crédito	3.030.857	109.389	-	-	3.140.246
Crédito a clientes (valores brutos)	37.282.040	2	1	-	37.282.043
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	104.376	-	-	-	104.376
Outros activos (saldo líquido)	1.215.902	374.780	179.136	48	1.769.866
	50.996.991	2.639.208	794.734	277.710	54.708.643
Passivo:					
Recursos de outras instituições de crédito	(415.137)	(501.458)	(12.470)	-	(929.065)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(48.826.195)	(496.191)	-	-	(49.322.386)
Outros passivos	1.885.835	(1.703.897)	(213.184)	(276.993)	(308.239)
	(47.355.497)	(2.701.546)	(225.654)	(276.993)	(50.559.690)
Exposição líquida	3.641.494	(62.338)	569.080	717	4.148.953

	2013 (Pró-forma)				
	Moeda				
	Escudos de Cabo Verde	Euros	Dólares Norte-americanos	Outras	Total
Activo:					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2.873.180	2.211.857	383.125	223.550	5.691.712
Disponibilidades em outras instituições de crédito	108.193	184.025	265.928	103.470	661.616
Activos financeiros disponíveis para venda (saldo líquido)	-	3.823	-	-	3.823
Aplicações em instituições de crédito	6.726.263	108.224	-	-	6.834.487
Crédito a clientes (valores brutos)	36.235.513	8	-	-	36.235.521
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	125.638	-	-	-	125.638
Outros activos (saldo líquido)	598.337	71.619	378.968	62	1.048.986
	46.667.124	2.579.556	1.028.021	327.082	50.601.783
Passivo:					
Recursos de outras instituições de crédito	(381.143)	(558.255)	(4.008)	-	(943.406)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(44.542.981)	(447.131)	(635.261)	(3.273)	(45.628.646)
Outros passivos	2.570.504	(2.225.045)	(388.751)	(323.807)	(367.099)
	(42.353.620)	(3.230.431)	(1.028.020)	(327.080)	(46.939.151)
Exposição líquida	4.313.504	(650.875)	1	2	3.662.632

32. GESTÃO DE CAPITAL

Em conformidade com as regras prudenciais, a Caixa Económica está sujeita ao respeito do rácio de solvabilidade, dos rácios sobre a liquidez, a divisão de riscos e do equilíbrio do balanço.

A gestão dos Fundos Próprios da Caixa é conduzida de forma a respeitar os níveis de Fundos Próprios prudenciais nos termos do Aviso nº 3/2007 de 19 de Novembro do Banco de cabo Verde "Fundos Próprios das Instituições de Crédito, Instituições Parabancárias e Instituições Financeiras Internacionais", a fim de dar cobertura aos riscos ponderados de crédito, aos riscos operacionais e aos riscos de mercado.

O Aviso nº 3/2007 do Banco de Cabo Verde define as exigências de Fundos Próprios aplicáveis às Instituições de Crédito e as modalidades do cálculo de do rácio de solvabilidade.

Os Fundos Próprios são divididos em duas categorias:

- os Fundos Próprios de base determinadas a partir dos capitais próprios deduzidos dos ganhos e perdas latentes; e

- Os Fundos próprios complementares que são limitados a 100% do montante dos fundos próprios de base e compostos principalmente por empréstimos subordinados.

As deduções relativas as participações em outras instituições de crédito diminuem o total dos fundos próprios.

Em aplicação da regulamentação, a Caixa deve respeitar em permanência um rácio de solvabilidade de 10%.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a Caixa Económica de Cabo Verde cumpriu as exigências regulamentares, tal como segue:

	Fundos próprios	Rácio Solvabilidade	Limite de imobilizações
2014	3.700.219	15,19%	161,12%
2013	3.538.158	14,21%	144,27%